



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202086100132	Distribuição: 11/02/2020
Número Único: 0000133-88.2020.8.25.0060	Competência: Monte Alegre
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: UARLEI MELO ROCHA
Endereço: POVOADO SANTO ANTÔNIO
Complemento: CASA
Bairro: CENTRO
Cidade: MONTE ALEGRE DE SERGIPE - Estado: SE - CEP: 49690000
Requerente: Advogado(a): JOSÉ JEOVANY DA SILVA 12367/AL
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: Rua Senador Dantas
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: - CEP: 20031205
Requerido: Advogado(a): RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA 918/A/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086100132

DATA:

11/02/2020

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

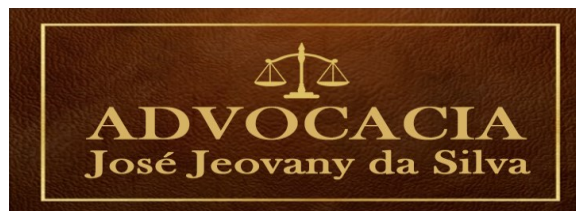
Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202086100132, referente ao protocolo nº 20200210214907261, do dia 10/02/2020, às 21h49min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
COMARCA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DISTRITO JUDICIÁRIO DE
MONTE ALEGRE DE SERGIPE – SERGIPE**

UARLEI MELO ROCHA, brasileiro, casado, lavrador, portador do RG nº 37945858 SSP/SE e CPF nº 098.441.844-01, residente e domiciliado no Povoado Santo Antônio, S/N, Zona Rural, Monte Alegre de Sergipe/SE, CEP 49.690-000, Tel.: (79) 98864-7927, **não possui endereço eletrônico**, por meio de seu advogado que esta subscreve (**procuração anexa**), vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 319 do CPC/2015, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DAS DIFERENÇAS DE SEGURO OBRIGATÓRIO
DPVAT**

em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Bairro Centro, CEP nº 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, **endereço eletrônico desconhecido**, por razões de fato e de direito a seguir delineadas:

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Inicialmente, afirma o Requerente que, para os fins previstos na Lei nº 1.060/50, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, pelo que requer os benefícios da gratuidade da justiça.

DOS FATOS

No dia 03 de Agosto de 2019, o Requerente conduzia o veículo motocicleta, marca/modelo HONDA/CG 150 TITAN EX, ano 2013/2013, cor preta, placa OER-2913, CHASSI 9C2KC1660DR536821, Nossa Senhora da Glória/SE, quando um



buraco na pista fez com que perdesse o controle da motocicleta, vindo o Requerente cair abruptamente ao chão, conforme registro policial de ocorrência anexo.

Destarte, o Requerente sofreu fraturas expostas em dois lugares na perna direita em virtude deste acidente, donde o Requerente necessitou e foi submetido a tratamento médico e ambulatorial (com uso de medicamentos), o que se pode constatar no relatório médico anexo.

Assim, necessitando sobremaneira de recursos financeiros para custear seu tratamento médico por conta das lesões sofridas no sinistro, bem como para garantir sua subsistência, o Requerente fez a requisição administrativa do benefício do Seguro DPVAT junto à Seguradora Líder.

Contudo, apesar de o Requerente ter enviado a documentação necessária (boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros), a seguradora realizou pagamento concernente à indenização por invalidez do seguro DPVAT apenas no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), em 23 de Outubro de 2019, valor este que é inferior ao percentual devido, por ser desproporcional à lesão sofrida, conforme será demonstrado pelos documentos anexos e pelo exame pericial.

Portanto, não restou outra alternativa ao Requerente, senão recorrer ao Judiciário para garantir uma indenização justa e compatível com o grau da lesão corporal por ele sofrida no sinistro em comento.

DO DIREITO

O DPVAT se trata de um seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, constitui direito das vítimas de acidentes de trânsito, que se dá mediante o pagamento de indenização pelos danos sofridos, necessitando para tal que se prove a existência do acidente e o dano decorrente. É o que se extrai do artigo 5º, caput, da Lei nº 6.194/74:



Art. 5º **O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifou-se).

Nesta linha de raciocínio, **há que se esclarecer que não se discute, nesta lide, o direito à indenização por invalidez, haja vista que já foi reconhecido o direito do Requerente e deferida tal indenização pela Requerida, a discussão restringe-se portanto ao valor devido**, pois que a seguradora apenas pagou o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), em 23 de Outubro de 2019, conforme documento anexo.

Portanto, **não há que se falar em quitação da obrigação por parte da Requerida na seara administrativa, pois o quê o Requerente busca é receber justamente o valor que compreende inadimplido, pugnando tal valor por meio da tutela jurisdicional ora pleiteada através desta ação. Dessa forma, o Requerente demonstra total interesse de agir no presente feito, inclusive há entendimento já pacificado pela Corte de Justiça do Estado de Sergipe neste sentido, *in verbis*:**

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DA DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELO DAS SEGURADORAS. I - Preliminares. **Falta de Interesse de Agir. O recibo de quitação administrativa não inviabiliza reclamação de quantia adicional judicialmente. Doutrina e jurisprudência afastam o exaurimento da via administrativa como requisito de acesso ao Judiciário, dando eficácia ao direito fundamental de ação e ao princípio do amplo acesso à Justiça.** Alegação de necessidade de perícia. Insubsistente. Prova já colhida. Laudo pericial encartado aos autos. Preliminares rejeitadas. (...) III - Recurso conhecido e parcialmente provido APELAÇÃO CÍVEL Nº 11181/2012, 10ª VARA CÍVEL, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, GILSON FELIX DOS SANTOS, JUIZ(A) CONVOCADO(A), Julgado em 19/02/2013. (Grifou-se).

Vale salientar ainda, que com a inicial o Requerente anexa toda a documentação necessária a propositura da presente demanda, tais como: boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros. Pois que, a jurisprudência mais abalizada que segue essa mesma trilha dispensa a apresentação de qualquer outro documento além dos já citados, examine:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - LAUDO DO IML - AUSÊNCIA - DESNECESSIDADE A TÍTULO DE



PROPOSITURA INICIAL – POSSIBILIDADE COMPROVAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO - CONCESSÃO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO - INERCIA - IMPROCEDÊNCIA. - **Tendo a parte juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito.** (...). TJ-MG - Apelação Cível AC 10126130003182001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 23/02/2015. (Grifou-se).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGUROS. DPVAT. REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. GRAU DE INVALIDEZ. NECESSIDADE. SUMULA 474 DO STJ. DEFERIMENTO DA AJG PARA FINS RECURSAIS. (...). 3. **É dispensável a apresentação de laudo médico pericial com a petição inicial, eis que a prova da invalidez permanente e seu respectivo grau poderá ser realizada em sede judicial, conforme requerido pela agravante. Ademais, a autora juntou atestados médicos particulares, além do boletim de ocorrência do sinistro, documentos bastantes ao ajuizamento da ação.** RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70049792591, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 05/07/2012). (Grifou-se).

Assim, segundo a disposição contida no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, expressa nitidamente que quando os danos pessoais cobertos pelo seguro, causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, causarem invalidez, a indenização é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).
Veja:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei, compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:
(...)
II- até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente.
(...) (Grifou-se).

Frise-se que, os incisos I e II, §1º do artigo em comento (artigo 3º, da Lei nº 6.194/74), determinam o enquadramento da invalidez segundo a tabela disposta neste mesmo diploma legal, sendo assim, nos casos de invalidez total ou invalidez permanente parcial completa a indenização deve corresponder ao percentual máximo estabelecido, e nos casos de invalidez permanente parcial incompleta os percentuais da indenização podem variar porém obedecendo aos percentuais previstos neste. Observe:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez



permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009)*.

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, **correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura**; e *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009)*.

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução **proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão**, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (...) (Grifou-se)*.

Mesmo assim, no presente caso o Requerente ao pleitear o benefício, foi surpreendido com o pagamento de um valor claramente inferior ao que deveria receber, tendo em vista o desrespeito da seguradora ao enquadramento estabelecido na lei que garante o pagamento de percentual determinado.

Sendo costumeiro as seguradoras pagarem um valor inferior ao do seguro obrigatório fixado em lei, geralmente sob a justificativa de que fazem a fixação do valor com base na Resolução da SUSEP, o que não se pode conceber. Pois, desta forma, as seguradoras infringem a lei, lesando os beneficiários do seguro, logo os Tribunais já tem se posicionado quanto a possibilidade de se exigir a diferença:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL- Complementação do pagamento do Seguro DPVAT- Acidente ocorrido em março de 2008, antes da edição da Medida Provisória 451/2008- Possibilidade de pagamento proporcional ao grau de invalidez constatado- Necessidade de realização de perícia pelo IML para aferir a extensão das lesões sofridas pela vítima- inteligência do art. 3º da Lei nº 8.441/92- Precedentes do STJ- Preliminar de nulidade da sentença acolhida- Ausência de formalidade legal prevista- Recurso conhecido e provido- Retorno dos autos ao Juízo de origem para fins de realização de exame de aferição de grau de invalidez pelo IML. TJ-SE - INTEIRO TEOR. APELAÇÃO CÍVEL AC 2012202671 SE (TJSE)DATA DE PUBLICAÇÃO: 12/06/2012. (Grifou-se).

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. NATUREZA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO. ART. 206, §3º, ix, DO CÓDIGO CIVIL. “O valor do



seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada” Súmula n. 256- STJ. “O DPVAT tem natureza de seguro obrigatório de responsabilidade civil. A ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em 3 (três) anos” Súmula n. 405- STJ. STJ-RECURSO ESPECIAL 1170587 PR 2009/0236573-1 DATA DE PUBLICAÇÃO: 18/05/2010. (Grifou-se).

Desses, também extrai-se que se trata de entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, de que para a real constatação da invalidez é indispensável a realização de perícia para demonstrar a intensidade da incapacidade da parte autora. Do quê, com base na Súmula 474 do STJ, deverá ser paga a indenização de acordo com o grau da lesão e, para tanto, deve ser realizado exame pericial para auferir-se o grau. Atente:

Súmula 474 do STJ- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será proporcional ao grau de invalidez. (Grifou-se).

Sendo assim, para a fixação do *quantum* indenizatório deverá ser levado em consideração o grau da invalidez do Autor, o qual será constatado por meio de exame pericial, tendo em vista a incoerência da Seguradora no pagamento do seguro obrigatório.

DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, diante da plausibilidade do direito invocado e das razões de fato evidenciadas, passa o Requerente a formular os seguintes pedidos:

- a) A **concessão da gratuidade da justiça**, em virtude do Requerente não apresentar condições de custear o processo sem prejuízo do próprio sustento;
- b) Com fulcro no art. 334, § 5º do CPC/2015 e em observância aos princípios da celeridade processual, economia processual e boa-fé, o Requerente requer a **dispensa da designação da audiência de conciliação**, haja vista que é *praxe* a não realização de acordo em audiência de conciliação nas ações ajuizadas em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.;



-
- c) A **citação da Requerida** para, querendo, apresentar resposta, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos acima descritos;
- d) A **designação de perito**, a fim de que por laudo pericial seja verificado o grau de invalidez do Requerente e, por consequente, a determinação do *quantum* indenizatório proporcional à lesão, **segue anexo os quesitos para realização da perícia**;
- e) Que ao final, seja **a presente ação julgada totalmente procedente, condenado a Requerida ao pagamento da complementação do seguro DPVAT pertinente, auferido a partir da análise do laudo pericial e demais documentos acostados aos autos**;
- f) A condenação da Requerida também ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no percentual de 20% sobre o valor da condenação, além dos juros admitidos.

Protesta provar o alegado por todos os meios permitidos em direito, em especial, por juntada de documentos, laudo médico e oitiva de testemunhas, além de demais meios que se fizerem necessários.

Dá-se a causa o valor de R\$ 11.137,50 (onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 10 de Fevereiro de 2020.

José Jeovany da Silva
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A



ANEXO I

QUESITOS PARA PERÍCIA

Informe o Sr. Perito:

1. Qual a parte do corpo afetada pelo acidente?
2. Qual a lesão sofrida?
3. Houve perda anatômica e/ou funcional?
4. Sendo positiva a resposta do item “3”, qual o grau da perda anatômica e/ou funcional em uma escala de 10%, 25%, 50% ou 100%?
5. Está correta a quantia paga administrativamente?
6. Sendo negativa a resposta ao item “5”, qual seria o correto valor da indenização?





PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Uarli Melo Rocha, brasileiro, casado, lavrador, inscrito no RG sob N.º 3.794.5858 SSP/SE e no CPF sob N.º 098.441.844-01, residente e domiciliado no Povoado Santo Antonio, S/N Zona Rural, Monte Alegre de Sergipe/SE, CEP: 49.690-000.

OUTORGADO: José Jeovany da Silva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/AL, sob o nº 12.367 e na OAB/SE, sob o nº 889-A, CPF sob o nº 018.386.315-18, com escritório profissional na Rua Senador Leite Neto, nº 381, Centro, CEP: 49.680-000, Nossa Senhora da Glória/SE.

PODERES: pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

FINALIDADE: propor ação de cobrança

N.ª Sra. da Glória/SE, 10 de Fevereiro de 2020

x Uarli Melo Rocha
Assinatura

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

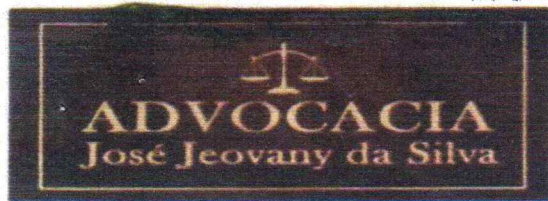
Declarante: Varlei Melo Rocha, brasileiro, casado, lavrador inscrito no RG sob nº 27945858 SSP/SE e no CPF sob nº 098.841.844-09, residente e domiciliado no povoado Santo Antonio, S/N Zona Rural, Monte Alegre de Sergipe/SE, CEP: 49.690-000.

Declara, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de Fevereiro de 1950, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, desejando obter os benefícios da "Gratuidade da Justiça", que se encontra em estado de vulnerabilidade econômica e não possui recursos suficientes para custear demandas judiciais, sem prejuízo da manutenção da sua família e suas atividades.

Por ser verdade, firmo.

N. Sra. da Glória/SE 10 de Fevereiro de 2020

x Varlei Melo Rocha
Assinatura



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Uelton Melo Rocha, portador(a)
do RG sob n. 37945858 expedido pelo SSP/SE em / / , e no
CPF sob n. 098.441.844-01, venho, por meio desta, declarar que resido
neste endereço: Pavão do Santo Antônio, S/N
Bairro: Zona Rural, Cidade: Monte Alegre de Sergipe
UF SE, CEP: 49690-000.

11. Sra. da Glória/SE 10 de Fevereiro de 2020

+ Uelton Melo Rocha
Assinatura

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
 UARLEI MELO ROCHA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
 37945858 SSP SE

CPF
 098.441.844-01

DATA NASCIMENTO
 03/03/1992

FILIAÇÃO
 HUMBERTO DIONISIO
 ROCHA
 JANICLEIDE VIEIRA DE
 MELO

PERMISSÃO
 ACC
 CAT. HAB.
 AB

Nº REGISTRO
 06323917391

VALIDADE
 01/10/2019

1ª HABILITAÇÃO
 17/03/2015

OBSERVAÇÕES
 SEM OBSERVAÇÃO;

Uarlei melo rocha

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
 ARACAJU, SE

DATA DE EMISSÃO
 04/04/2016

68872319457
 SE017928990

Edgard Simeão da Mota Neto
 DIRETOR - PRESIDENTE

ASSINATURA DO EMISSOR

DETRAN - SE (SERGIPE)

VÁLIDA EM TODOS
 O TERRITÓRIO NACIONAL
 1240386236

PROIBIDO PLASTIFICAR
 1240386236

HUMBERTO DIONIZIO ROCHA
POV SANTO ANTONIO, S/N / RESIDENCIAL - AREA RURAL
MONTE ALEGRE DE SERGIPE / SE CEP 49500000 (AG 240)



Ligação MONOFÁSICO
Cis/Soc RES MTC B1 / RESIDENCIAL - BAIXA RENDA
Roteiro B-420-280-730 Referência: Ago/2018
Medidor: N5032148898 Emissão: 14/08/2019

ENERGISA SERGIPE-DISTRIB ENERGIA SA
Rua Min Apolônio Sales, 81 - Inácio Barbosa
Aracaju/SE-CEP 49040-150
CNPJ 13.017.462/0001-60 Insc Est 270.767.430
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 016.062.885
Cód. para Débito Automático: 0000571152

Atendimento ao Cliente ENERGISA 08000 79 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a Apresentação Data prevista da próxima leitura CPF/CNPJ/RANI
Ago/2019 14/08/2019 13/09/2019 677.795.144-04
Insc Est.

UC (Unidade Consumidora): 3/657115-2

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 29 de abril de 2002.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
15/07/19	9617	14/08/19	9821		304	30

Demonstrativo		Quantidade	Tarifa C/	Valor Base Calc.	Aiq.	Juros(R\$)	Base Calc.	Pis(R\$)	Contrib(R\$)
CCI Descrição									
0801	Consumo até 30kWh-BR	30,000	0,258940	7,79	7,79	27	2,10	7,79	0,07
0801	Consumo - 31 a 100kWh-BR	70,000	0,445630	31,19	31,19	27	8,42	31,19	0,26
0801	Consumo - 101 a 220kWh-BR	120,000	0,868460	80,21	80,21	27	21,85	80,21	0,71
0801	Consumo acima de 220kWh-BR	84,000	0,742740	62,38	62,38	27	16,24	62,38	0,55
0801	Adic. B. Amarela			2,85	2,85	27	0,78	2,85	0,02
0801	Adic. B. Vermelha			6,87	6,87	27	1,90	6,87	0,08
0810	Subsídio			46,58	46,58	27	12,58	46,58	0,41
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0807	CONTRIB LUM PUBLICA			26,27	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 07/2019			2,62	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 07/2019			7,21	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0808	PARCELAMENTO DÉB 04/4			94,74	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0909	BONUS ITAIPUL 10.438/2002 07/2019			-0,54	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0809	ATUALIZAÇÃO MONETARIA 07/2019			0,30	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0908	Devolução Subsídio			-31,79	0,00	0	0,00	0,00	0,00
CCI Código de Classificação do Item		TOTAL		336,49	237,88		84,17	237,89	2,10
Tarifa s/ Tributos Até 30kWh 0,178850		Até 100kWh 0,303180		Até 220kWh 0,454770		Acima de 220kWh 0,505910			

Média últimos meses (kWh) 304

VENCIMENTO 21/08/2019

TOTAL A PAGAR R\$ 336,49

Histórico de Consumo (kWh)

343 | 374 | 489 | 468 | 348 | 294 | 348 | 331 | 396 | 410 | 358 | 397
Ago/18 Set/18 Out/18 Nov/18 Dez/18 Jan/19 Feb/19 Mar/19 Abr/19 Mai/19 Jun/19 Jul/19

RESERVADO AO FISCO

e35D.914c.88f1.5161.3112.c1e1.05af.26e3.

Indicadores de Qualidade 6/2019-MONTE ALEGRE

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	11,59	0,00	NOMINAL 127
DIC TRIMESTRAL	23,19		
DIC ANUAL	46,38		CONTRATADA LIMITE INFERIOR 117
FIC MENSAL	7,67	0,00	
FIC TRIMESTRAL	15,34		LIMITE SUPERIOR 133
FIC ANUAL	30,68		
DMIC	8,39	0,00	
DICRI	19,60		

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/SE	45,57	13,41
Compra de Energia	71,38	21,16
Serviços de Transmissão	4,41	1,31
Encargos Setoriais	9,02	2,68
Impostos Diretos e Encargos	112,27	33,31
Outros Serviços	94,74	28,11
Total	337,03	100,00

Valor em USD (Ref. 6/2019) R\$ 76,13

ATENÇÃO

- Faturas Anteriores Parceladas, conforme contrato firmado.
- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$ 31,70.
Atenção: A responsabilidade pela iluminação pública é da prefeitura do município.
- Leitura confirmada

Faturas em atraso

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL

00190.00009 03087.883008 02355.896172 2 79880000033649

PAGADOR: HUMBERTO DIONIZIO ROCHA - CPF/CNPJ: 677.795.144-04
POV SANTO ANTONIO, S/N / RESIDENCIAL - AREA RURAL - MONTE ALEGRE DE SERGIPE / SE CEP 49500000

Nosso Nr.	Nr. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
30878930002355898	000657115201908	21/08/2019	R\$ 336,49	

BENEFICIÁRIO: ENERGISA SERGIPE-DISTRIB ENERGIA SA CNPJ 13.017.462/0001-63
Rua Min Apolônio Sales, 81 - Inácio Barbosa - Aracaju / SE - CEP 49040-150

Agência / Código do beneficiário: 3084-3/178003-4



**GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE****POLÍCIA CIVIL****DELEGACIA PLANTONISTA - NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE****BOLETIM DE OCORRÊNCIA**

Nº: 093867/2019-A02

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 19/09/2019 13:54

Data/Hora Fim: 19/09/2019 13:55

Delegado de Polícia: Samuel Souza de Brito Oliveira

DADOS DA OCORRÊNCIA

Ato: Delegacia Plantonista - Nossa Senhora da Glória

Data/Hora do Fato: 03/09/2019 18:30

Local do Fato

Município: Nossa Senhora da Glória (SE)

Bairro: Povoado

Logradouro: Rodovia que liga as cidades de Glória a Monte Alegre nas proximidades da

Nº: sn

CEP: 49.680-000

Ponto de Referência: vila dos padres

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1095: Auto lesão - Acidente de trânsito	Não Houve

ENVOLVIDO(S)**Nome Civil: UARLEI MELO ROCHA (COMUNICANTE)**

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: AL - Arapiraca

Sexo: Masculino

Nasc: 03/03/1992

Profissão: Marinheiro

Escolaridade: Ensino Médio Incompleto

Estado Civil: Casado(a)

Nome da Mãe: JANICLEIDE VIEIRA DE MELO

Nome do Pai: HUMBERTO DIONÍSIO ROCHA

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 098.441.844-01

RG - Carteira de Identidade: 37945858

Endereço

Município: Canindé de São Francisco - SE

Logradouro: RUA D

Bairro: CENTRO

Telefone: (79) 98864-7927 (Celular)

Nº: SN

CEP: 49.820-000

Nome Civil: WESLEY MELO ROCHA (COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: SE - Ribeirópolis

Sexo: Masculino

Nasc: 21/05/1998

Profissão: Agricultor

Escolaridade: Ensino Médio Incompleto

Estado Civil: Solteiro(a)

Nome da Mãe: Janicleide Vieira de Melo

Nome do Pai: Humberto Dionizio Rocha

Endereço

Município: Monte Alegre de Sergipe - SE

Logradouro: Povoado Santo Antônio

Telefone: (79) 9635-9427 (Celular)

Nº: sn

CEP: 49.690-000

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Nenhum Objeto Informado



Delegado de Polícia Civil: Samuel Souza de Brito Oliveira
Impresso por: Jose Carlos Ribeiro Santos
Data de Impressão: 19/09/2019 13:56
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA PLANTONISTA - NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 093867/2019-A02

RELATO/HISTÓRICO

Relatam os comunicantes UARLEI MELO ROCHA (CPF 098.441.844-01) E WESLEY MELO ROCHA (067.497.134-59), que no dia 03/08/2019 por volta das 18:30, estavam na cidade de Nossa Senhora da Glória e seguiam para a casa de seus pais localizada no Povoado Santo Antônio (Taxas) na cidade de Monte Alegre (SE). QUE seguiam pela rodovia que liga as cidades de Glória a Monte Alegre, em uma motocicleta Honda CG 150, de cor preta, placa OER-2913, chassi 9C2KC1660DR536821, conduzida por UARLEI e WESLEY o acompanhava na garupa. QUANDO nas proximidades da Localidade conhecida como "Vila dos Padres", povoado de Glória, um buraco na pista fez com que perdessem o controle da motocicleta e ambos caíram ao chão, sofrendo um acidente. QUE foram socorridos por um vizinho que os trouxeram para o Hospital de Glória, onde receberam os primeiros atendimentos e foram levados/encaminhados de SAMU para o HUSE em Aracaju. Informa UARLEI que sofreu fratura exposta em dois lugares na tibia da perna direita, a operou e ficou internado por aproximadamente 12 dias no HUSE. Informa WESLEY que fraturou a escápula e borda superior esquerda e ficou internado por cerca de oito dias no HUSE. Registram o fato para acionarem o seguro DPVAT. Que a motocicleta envolvida no acidente está registrada em nome de JOSÉ ILDO DOS SANTOS, CPF 924.553.875-34.

ASSINATURAS


Jose Carlos Ribeiro Santos
Agente de Polícia
Matrícula 925
Responsável pelo Atendimento


Wesley Melo Rocha
(Comunicante)

Declaro, para os devidos fins de direito que sou o(s) único(s) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denunciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa do Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro.



HOSPITAL DE URGENCIAS DE SERGIPE - HUSE

USUARIO: RPSANTOS

SETOR: 06-SUTURA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE
NOME : UARLEI MELO ROCHA

DOC...: 37975858

SEXO...: MASCULINE

NUMERO: 812

CEP...: 49820-000

VIEIRA DE MELO

TEL.: 79.99938.

162

CASO POLICIAL.: NAO
ACID. TRABALHOS: NAO
PLANO DE SAUDE.....: NAO

ACID. TRABALHO: NAO
VEIO DE AMBULANCIA: SIM

TRAUMA: NAO

PA: [X mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [.] RAIOS X [] SANGUE [] URINA [] TC
 [.] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: ☐ SIM ☐ NAO

DADOS CLINICOS: CC - 40

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / /

último de queda de moto com trauma em membros, trazido pelo SBU da
UPA de fronteira para avaliação por Emergência e ortopedista. Refere uso de álcool e de drogas
suares algumas semanas antes da lesão. Exposto em mesa ① e FCC, em uso e trabalho

[illegible]

DIAGNOSTICO: Politrans

CID: ⑤ fracture exposte de MSD
+ FCC MSD, 1000000

PRESCRIÇÃO

HORARIO DA MEDICACAO

① Solitario Av. de Ortopedia

2) Salvato Motochuaka de Tula Ap (Suspenso)

③ $\sin 120^\circ + \sin 48^\circ = 0.866 + 0.742 = 1.608$

~~③ Anteriormente, los países de la zona se unieron en la zona (E) y el resto de los países (B) y C.~~

DATA DA SAÍDA: / /

HORA DA SAIDA: :

~~ALTA~~ [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO

[] EVASAO [] DESISTENCIA

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNAÇÃO NO PRÓPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: ☐ ATE 48HS ☐ APOS 48HS

☐ FAMILIA ☐ IML ☐ ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

⑤ Sol: 26 Av. de Nume Energie

(6) US Govt (Kurtz's 0/0)

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

3756

DATE: 04/08/19

1910

Dr. Thomas F. Noschke
 1000 E. 12th St.
 Suite 102 Chicago, IL 60605



MONTE ALEGRE

Secretaria M. de Saúde e Saneamento
RECEITUÁRIO

Nome: Vanhi Melo Rocha
Paulina Melo

Paula Supercilado foi atendida
de acidente de motocicleta
no dia 03/09/19, pelo
qual sofreu fratura de bacia
(direita). Submetido a tratamento
cirúrgico de emergência
aos membros e a lesões
Acumulado 24h de alta definitiva

03/10/5821

MÉDICO

Dr. Delvys Sanchez
Clínico Geral
CRM-SE 5663

DATA: 12/11/19

Praça Francisco Rollemberg, S/N - Monte Alegre de Sergipe/SE CEP 49.690-000



Dr. Albino Tavares de Almeida Neto
Clínico Geral
CRM 2455 CPF 921.188.365-20

UANLEI MBL ROCHA

RELATÓRIO MÉDICO


RELATO PARA OS DEVIDOS FINE...
O SR. AURA CITA, DE 27 ANOS
DE IDADE, FOI VÍTIMA DE ACIDENTE DE
MOTO EM VIA PÚBLICA EM 03/05/19,
TENDO SOFrido FRACTURA COMUM DE
TÍBIA DISTAL, SENDO SUBMETIDO A PO-
SICIONAMENTO UNILATERAL, COM COLAR DE
FIXAÇÃO (PLACA E PARAFUSOS), PERMANE-
CENDO EM SONO ENCEFALOGRAFICO (DI-
LUIDADE DE DESMOLHA + DE) MESMO APÓS...

Rua Augusto Cesar Leite Nº 263 - Porto da Folha - SE

ALTA DEFINITIVA. APRESENTA AINDA UNO
TACOS DE MOVIMENTO O SUPUNTO EN
FORMA CIRCULAR. MOVIMENTOS FAS-
CINOS (REVISÃO?).

7

Corina, 25/02/19



RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: VALLEI MELO ALHA
DATA DA ENTRADA: 24 / 08 / 2019
DATA DA SAÍDA: 12 / 09 / 2019

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO: PS (X) ENFERMARIA () UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente em internamento na enfermaria de 24/08/2019 até 12/09/2019, apresentando quadro clínico de TBC.

Em 24/08/2019, o paciente foi admitido no Hospital de São José, apresentando quadro clínico de TBC.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

24/08/2019: FURTURA DE PULMÃO DA TBC.

12/09/19: OSTEOMIELITE DA PULMÃO DA TBC.

EXAMES COMPLEMENTARES:

RAIO X: PULMÃO DA TBC.

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. Silvio C. V. Almeida

Dr. Sérgio de Almeida

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (X) TRANSFERIDO () ÓBITO ()

ARACAJU, 09 de 09 de 2019

Dr. Silvio C. V. Almeida
SAMA / HUSE
CRM 2510



RELATÓRIO MÉDICO

O (a) paciente

Roberto Hugo Bel...

foi atendido (a), nesta unidade dia

04/05/20

tendo sido submetido(a) () a tratamento cirúrgico () conservador)

de

fratura do 1.º

CID:

S87.7

ARACAJU

18/01/18

Dr. Antônio Franco Cabral
Ortopedia/Traumatologia
CRM 380



(/)



Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPRESSATRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3190578511 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA UARLEI MELO ROCHA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO INVESTPREV SEGUROS E PREVIDENCIA

BENEFICIÁRIO UARLEI MELO ROCHA

CPF/CNPJ: 09844184401





Posição em 10-02-2020 16:41:49

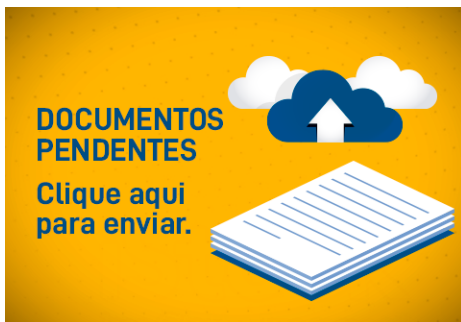
Desculpe. No momento, não conseguimos localizar informações com os dados que você forneceu. Por gentileza, [Clique aqui](#) (I

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
23/10/2019	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
23/01/2020	REANÁLISE DO PEDIDO DO SEGURO DPVAT	📎 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/ISDHedTLJYpPCHT__q6vapi_key=SnldRDgzJqyMV51lfN9HziOIlVgl__9bHFEiUreYCvY0=)
07/01/2020	REANÁLISE DO PEDIDO DO SEGURO DPVAT	📎 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/QpBGDLglvK2q+YAdvxlapi_key=SnldRDgzJqyMV51lfN9HziOIlVgl__9bHFEiUreYCvY0=)
04/12/2019	REANÁLISE DO PEDIDO DO SEGURO DPVAT	📎 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/3pfWqzZyl8T9wOfh__baapi_key=SnldRDgzJqyMV51lfN9HziOIlVgl__9bHFEiUreYCvY0=)

23/11/2019	REANÁLISE DO PEDIDO DO SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/mqmLwDlta__Tw5cQ__Zl api_key=SnldRDgzJqyMV51lfN9HzioIlVgl__9bHFEiUreYCvY0=)
08/11/2019	REANÁLISE DO PEDIDO DO SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/CiA5q6HaGDB7BBQxoSt api_key=SnldRDgzJqyMV51lfN9HzioIlVgl__9bHFEiUreYCvY0=)
01/11/2019	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/___g9N8___li9JOYAbe___s api_key=SnldRDgzJqyMV51lfN9HzioIlVgl__9bHFEiUreYCvY0=)
16/10/2019	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/RZN4cvze3OW71t___OTj api_key=SnldRDgzJqyMV51lfN9HzioIlVgl__9bHFEiUreYCvY0=)



(https://documentospendentes.seguradoralider.com.br/)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8)



(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital)

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO



Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documentos Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO



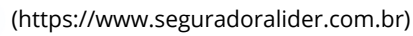
Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO



[Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. \(/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx\)](#)



(https://notdir(/notdir/faceservlet.wsp?_af=0&_afBr=)ofdipat_oficial/
l%C3%ADder-
dpvat)

7

Serviços

- › Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- › Consulta a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)
- › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)
- › Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

Dúvidas e Respostas

- › [A Seguradora Líder-DPVAT \(/Pages/Quem-Somos.aspx\)](#)
- › [Sobre o Seguro DPVAT \(/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx\)](#)
- › [Informações Gerais \(/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx\)](#)
- › [Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](#)
- › [Dicionário do Seguro DPVAT \(/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT\)](#)
- › [Perguntas Frequentes \(/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes\)](#)

Atendimento

- › Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › Telefones de Contato (/Contato/telefones-de-contato)
- › Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- › Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
- › Mapa do Site (/Mapa-do-Site)



[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](/Pages/Termos-de-Uso.aspx)



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086100132

DATA:

17/02/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086100132

DATA:

18/02/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Deste modo, com fulcro no art. 321, do CPC, intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a Inicial, a fim de juntar comprovante de residência em seu nome ou comprovar a impossibilidade de fazê-lo, a teor do art. 319, inciso II, do CPC. Advirta-se à parte de que, em se tratando de contrato de aluguel verbal, providencie declaração do locador e locatário nesse sentido, com firma reconhecida em Cartório ou outra documentação equivalente. Outrossim, a assistência jurídica integral e gratuita é assegurada àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos (art. 5º, LXXIV, CRFB/88). Desta forma, intime-se o requerente, por seu causídico, via DJe, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos relação e comprovantes de receitas e despesas, a fim de comprovar a insuficiência financeira, sob pena de indeferimento da justiça gratuita pleiteada.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Monte Alegre**

Nº Processo 202086100132 - Número Único: 0000133-88.2020.8.25.0060

Autor: UARLEI MELO ROCHA

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Compulsando os autos, constato que existe irregularidade na exordial a ensejar a devida retificação.

Entendo que em virtude do princípio da cooperação, deve o magistrado indicar, expressamente, os vícios contidos na Inicial em seu provimento jurisdicional, dando a oportunidade para que o causídico venha a sanear-los, no prazo legal.

Deste modo, com fulcro no art. 321, do CPC, **intime-se o requerente** para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a Inicial, **a fim de juntar comprovante de residência em seu nome ou comprovar a impossibilidade de fazê-lo**, a teor do art. 319, inciso II, do CPC.

Advirta-se à parte de que, em se tratando de contrato de aluguel verbal, providencie declaração do locador e locatário nesse sentido, com firma reconhecida em Cartório ou outra documentação equivalente.

Outrossim, a assistência jurídica integral e gratuita é assegurada àqueles que comprovarem a insuficiência de recursos (art. 5º, LXXIV, CRFB/88).

Desta forma, **intime-se o requerente**, por seu causídico, via DJe, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, **juntar aos autos relação e comprovantes de receitas e despesas**, a fim de comprovar a insuficiência financeira, sob pena de indeferimento da justiça gratuita pleiteada.

Expirados, com ou sem manifestação, certifique-se e volvam os autos à conclusão.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ MARCELO BARRETO PIMENTA**, Juiz(a) de Monte Alegre, em 18/02/2020, às 18:22:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000383840-05**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086100132

DATA:

04/03/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JOSÉ JEOVANY DA SILVA - 12367}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
COMARCA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DISTRITO JUDICIÁRIO DE
MONTE ALEGRE DE SERGIPE – SERGIPE**

Processo nº 202086100132

UARLEI MELO ROCHA, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, por seu advogado, que esta subscreve, vem mui respeitosamente manifestar-se, em cumprimento ao despacho de Vossa Excelência, com o fito de provar ser merecedor da concessão dos benefícios da gratuidade da justiça:

O Requerente faz jus à concessão da gratuidade da justiça, haja vista que o mesmo não possui rendimentos suficientes para custear as despesas processuais e honorários advocatícios em detrimento de seu sustento e de sua família.

Porquanto, o Requerente é pessoa humilde, conforme cópia da CTPS anexa. Além disso, como já narrado na exordial o Requerente foi vítima de um acidente automobilístico no qual sofreu fraturas expostas em dois lugares na perna direita em virtude deste acidente, donde necessitou e foi submetido a tratamento médico e ambulatorial, conforme relatórios médicos anexados a inicial.

Assim, o Requerente juntou com a presente inicial a declaração de hipossuficiência, informando que não possui condições para arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem que cause dano ao seu sustento e de sua família.

Desse modo, conseqüentemente, torna-se inviável o custeio das despesas processuais e o pagamento dos honorários do perito, pleiteando, portanto, os benefícios da gratuidade da justiça, assegurados pela Lei nº 1060/50 e consoante o art. 98, caput, do CPC/2015, *in verbis*:



Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. (Grifou-se).

Mister frisar, ainda sobre a gratuidade a que tem direito esta pessoa natural, o novo Código de Ritos Civis dispõe em seu art. 99, § 3º, que **“presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural”**.

Assim, à pessoa natural basta a mera alegação de insuficiência de recursos, sendo desnecessária a produção de provas da hipossuficiência financeira. Ou seja, apresentado o pedido de gratuidade acompanhado de declaração de pobreza, há presunção legal que o juiz pode prontamente deferir os benefícios ao seu requerente (cumprindo-se a presunção do art. 99, § 3º, do CPC/2015 acima).

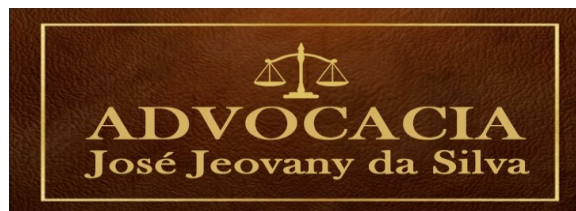
Portanto, entender de outra forma seria impedir os mais humildes de terem acesso à justiça, garantia maior dos cidadãos no Estado de Direito, corolário do princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal de 1988.

Desse modo, as normas legais mencionadas não exigem que os requerentes da assistência judiciária sejam miseráveis para recebê-la, sob a forma de isenção de custas, bastando que comprovem a insuficiência de recursos para custear o processo, ou, como reza a norma constitucional, que não estão em condições de pagar custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família, **bem como as normas de concessão do benefício não vedam tal benesse a quem o requeira por meio de advogados particulares**, conforme art. 99, § 4º, do CPC/2015, vejamos:

Art. 99, § 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça. (Grifou-se).

Excelência, como já afirmado, decorre da letra expressa do art. 99, § 3º, do CPC/2015, **que se presumem pobres, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei.**





Por fim, requer o Requerente a Vossa Excelência, que lhe seja concedida a gratuidade da justiça, com amparo nos argumentos de direito colacionados e documentos anexos.

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 04 de Março de 2020.

José Jeovany da Silva
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP

145.34718.27-2

NÚMERO

4008458

SÉRIE

003-0

UF

AL

Monte Melo Rocha

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO



CASA DA MOEDA DO BRASIL



CONTRATO DE TRABALHO

PLATAFORMA ENGENHARIA LTDA

EMPREGADOR.....

R. Desembargador Amorim Lima, 36, Sala 01

CGC/CPF/CEI.....

ENDEREÇO.....

CEP 51051-180

MUNICÍPIO.....

MACEIÓ-AL

UF.....

ESP. DO ESTABELECIMENTO.....

CARGO.....

CBO Nº.....

DATA DE ADMISSÃO.....

DE.....

05 Setembro DE 2011

REGISTRO Nº.....

FLS. / FICHA.....

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA.....

R\$ 548,00 (quinhentos e quarente e oito reais) / mês

PLATAFORMA ENGENHARIA LTDA

ASS. DO EMPREGADOR.....

Max Miller de A. Porangaba

Auxiliar Administrativo

DATA DE SAÍDA.....

DE.....

26 Dezembro DE 11

PLATAFORMA ENGENHARIA LTDA

Max Miller de A. Porangaba

Auxiliar Administrativo

COM. DISPENSA CD Nº.....

CONTRATO DE TRABALHO

MF TURISMO LTDA

CNPJ: 22.840.283/0001-12

**Endereço: Rua AC DIC II, Complexo Turístico
do Carrancas**

Município: Canindé de São Francisco/Se

Cep: 49820-000

Cargo: Marinheiro(a) de Conves CBO: 782705

Data de Admissão: 01 de Julho de 2016

**Remuneração: R\$ 1.126,58 (Hum Mil Cento e
e Vinte Seis Reais e Vinte e Cinquenta e Oito
Centavos)**

MF TURISMO LTDA
Antonio Manoel de Carvalho Neto
Sócio - Administrador

MF TURISMO LTDA

DATA DE SAÍDA..... DE..... DE.....

.....
ASS. DO EMPREGADOR OU A ROGO C/ TESTEMUNHA

1ª..... 2ª.....

COM. DISPENSA CD Nº.....

FGTS Nº DA CONTA:.....

ANOTAÇÕES GERAIS

CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O portador desta foi admitido em contrato de experiência durante o período de 45 dias podendo ser prorrogado por mais 45 dias, obedecendo ao disposto no § único do Art. 445 da CLT.

01 de ~~Junho~~ Julho de 2016

MF TURISMO LTDA

Antônio Manoel de Carvalho Neto
Sócio - Administrador

ANOTAÇÕES GERAIS

(Anotações autorizadas por lei).

Contribuição Sindical
2016 R\$ 37,55
2017 R\$ 37,55

MF TURISMO LTDA

Antônio Manoel de Carvalho Neto
Sócio - Administrador

BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica.: Nº 021.122.520



ENERGISA SERGIPE-DISTRIB.ENERGIA SA
Rua Min Apolonio Sales, 81 - Inacio Barbosa
Aracaju / SE - CEP 49040-150
CNPJ 13.017.462/0001-63 Insc.Est. 270.767.436

DADOS DO CLIENTE

HUMBERTO DIONIZIO ROCHA
POV SANTO ANTONIO S/N RESIDENCIAL
MONTE ALEGRE DE SERGIPE

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

3/657115-2

REFERÊNCIA

FEV/2020

APRESENTAÇÃO

12/02/2020

CONSUMO

406

VENCIMENTO

19/02/2020

TOTAL A PAGAR

R\$ 312,62

Acesse: www.energisa.com.br

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL

00190.00009 03087.893008 05677.640178 7 81700000031262

Pagador: HUMBERTO DIONIZIO ROCHA CNPJ/CPF: 677.795.144-04

POV SANTO ANTONIO S/N RESIDENCIAL - AREA RURAL - MONTE ALEGRE DE SERGIPE / SE - CEP 00000-000

Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
30878930005677640	000657115202002	19/02/2020	R\$ 312,62	
BENEFICIÁRIO:ENERGISA SERGIPE-DISTRIB.ENERGIA SA				13.017.462/0001-63
RUA MIN APOLONIO SALES, 00081 - - INACIO BARBOSA - ARACAJU / SE - CEP 49040-150				
Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/178003-4				





Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086100132

DATA:

09/03/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086100132

DATA:

10/03/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

(...) Assim, considerando que o artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República de 1988 exige prova da insuficiência de recursos para a concessão do benefício da assistência jurídica integral e gratuita, e tendo em vista que foi dada a oportunidade para o autor comprovar o direito ao referido benefício, não tendo sido satisfeito tal comando, indefiro a gratuidade judiciária ora vindicada. Intime-se a parte requerente, por seu causídico, via DJe, para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a seguinte diligência: 1) Proceder ao recolhimento das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290, do CPC). Expirado, com ou sem manifestação, certifique-se e volvam os autos à conclusão. Cumpra-se.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Monte Alegre**

Nº Processo 202086100132 - Número Único: 0000133-88.2020.8.25.0060

Autor: UARLEI MELO ROCHA

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

RH

A Constituição Federal, recepcionando a Lei 1.060/50, no atendimento aos anseios da sociedade carente, propiciou o acesso gratuito ao Judiciário àqueles que não possuem capacidade financeira para suportar o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo da própria subsistência.

Nesse contexto, caberá ao Juiz avaliar a pertinência das alegações da parte autora e deferir ou não o pedido de assistência judiciária gratuita, implicando a simples declaração de pobreza, tão somente, a simples presunção "*juris tantum*", suscetível de ser ilidida mediante prova em contrário.

Nessa linha, segue a decisão do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - PRESUNÇÃO JURIS TANTUM - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA RECURSAL DO RÉU. 1. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, gera presunção 'juris tantum' (relativa) de necessidade do benefício. Assim, é possível ao julgador indeferir tal pedido, ao verificar, com base nos elementos dos autos, não ser o requerente do benefício dele necessitado. 2. No caso em tela, o Tribunal de origem, com fulcro no acervo fático probatório colacionado aos autos, afastou a presunção de que o postulante não teria condições para arcar com as despesas processuais. Rever tal conclusão ensejaria, necessariamente, o revolvimento da matéria fática, o que não se admite em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no REsp: 1284445 SP 2011/0227437-1, Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Julgamento: 27/03/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/04/2014)

Assim, considerando que o artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República de 1988 exige prova da insuficiência de recursos para a concessão do benefício da assistência jurídica integral e gratuita, e tendo em vista que foi dada ao autor oportunidade para o autor comprovar o direito ao referido benefício, não tendo sido satisfeito tal comando, indefiro a gratuidade judiciária ora vindicada.

Intime-se a parte requerente, por seu causídico, via *DJe*, para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a seguinte diligência:

1) Proceder ao recolhimento das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290, do CPC).

Expirado, com ou sem manifestação, **certifique-se** **volvamos** autos à conclusão.

Cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE GASPAR MELLO DE MENDONCA, Juiz(a) de Monte Alegre**, em **10/03/2020**, às **13:29:42**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000548952-12**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086100132

DATA:

18/05/2020

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

AGRAVO DE INSTRUMENTO distribuído(a) em 18/05/2020, tombado sob nr. 202000712663
 {Movimento gerado automaticamente pelo 2o. Grau}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086100132

DATA:

19/05/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Mandado 202000702763 de OFÍCIO LIVRE (assinante juiz) (Assinante Magistrado)

 {Origem:
202000712663 - Gabinete Desa. IOLANDA SANTOS GUIMARÃES}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Gabinete Desa. IOLANDA SANTOS GUIMARÃES
Praça Fausto Cardoso, 122
Bairro - Capucho Cidade - Aracaju
Cep - 49080-901 Telefone -

Normal



202000702763

PROCESSO: 202000712663 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0004397-37.2020.8.25.0000
NATUREZA: Agravo de Instrumento
AGRAVANTE: UARLEI MELO ROCHA
AGRAVADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Senhor(a) Magistrado(a),

Através do presente, venho informar a Vossa Excelência que **foi concedida a antecipação da tutela recursal** vindicada nos autos do Agravo de Instrumento acima referenciado, o qual foi interposto perante este Tribunal em decorrência de decisão proferida nos autos do Processo nº 202086100132, nos termos da decisão que segue em anexo.

Atenciosamente,

Destinatário

Nome: Monte Alegre
Endereço: Praça Passos Porto, Nº 335
Bairro: Centro
Cidade: Monte Alegre de Sergipe - SE
CEP: 49690000

[TM3510, MD2028]



Documento assinado eletronicamente por **IOLANDA SANTOS GUIMARÃES, Magistrado(a) de Gabinete Desa. IOLANDA SANTOS GUIMARÃES**, em 19/05/2020, às 13:26:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000933760-26**.



Tribunal de Justiça de Sergipe

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por *Uarlei Melo Rocha* contra a decisão proferida pelo Juízo de Direito do Distrito Judiciário de Monte Alegre, Comarca de Nossa Senhora da Glória, que, nos autos da ação de cobrança ajuizada em face de *Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.*, indeferiu o pedido de gratuidade da justiça, nos seguintes termos:

“Assim, considerando que o artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República de 1988 exige prova da insuficiência de recursos para a concessão do benefício da assistência jurídica integral e gratuita, e tendo em vista que foi dada a oportunidade para o autor comprovar o direito ao referido benefício, não tendo sido satisfeito tal comando, indefiro a gratuidade judiciária ora vindicada.

Intime-se a parte requerente, por seu causídico, via *DJe*, para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a seguinte diligência:

1) Proceder ao recolhimento das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290, do CPC)”. (sic – destaques no original)

Sustenta a parte Agravante, em apertada síntese, que não possui condições de arcar com as despesas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

Pugna, assim, pela concessão da antecipação da tutela recursal, a fim de lhe ser deferido o benefício da gratuidade da justiça, medida a ser confirmada quando do julgamento do mérito deste recurso.

É o Relatório. Decido.

Antes de apreciar o pedido de antecipação da tutela recursal, uma questão preliminar precisa ser enfrentada.

Como é cediço, o preparo consiste no pagamento prévio das custas relativas ao processamento da irresignação recursal interposta, cuja comprovação constitui um dos requisitos de admissibilidade do recurso que, caso ausente, obsta a sua apreciação ante a sua deserção.

Todavia, não se pode olvidar que a matéria objeto do presente agravo é, justamente, o direito à assistência judiciária gratuita.

Ora, como o recurso de agravo interposto se insurge exatamente contra o indeferimento do pedido de assistência judiciária gratuita, resta evidente que a deserção do

recurso interposto não pode ser reconhecida, sob pena de inviabilizar o próprio direito à prestação jurisdicional.

O atual Código de Processo Civil, inclusive, regulamenta tal situação no seu art. 101, *caput* e §1º:

Art. 101. Contra a decisão que indeferir a gratuidade ou a que acolher pedido de sua revogação caberá agravo de instrumento, exceto quando a questão for resolvida na sentença, contra a qual caberá apelação.

§1º O recorrente estará dispensado do recolhimento de custas até decisão do relator sobre a questão, preliminarmente ao julgamento do recurso.

Mesmo antes da modificação legislativa a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já tinha se pacificado nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. JUSTIÇA GRATUITA. REVOGAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA ELIDIR A PRESUNÇÃO. RECURSO PROVIDO.

(...)

2. “É desnecessário o preparo do recurso cujo mérito discute o próprio direito ao benefício da assistência judiciária gratuita. Não há lógica em se exigir que o recorrente primeiro recolha o que afirma não poder pagar para só depois a Corte decidir se faz jus ou não ao benefício” (AgRg nos EREsp 1.222.355/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, CORTE ESPECIAL, julgado em 04/11/2015, DJe de 25/11/2015).

(...)

5. Agravo regimental provido para dar provimento ao recurso especial.

(AgRg no REsp 1508107/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 08/05/2019)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. PREPARO. AUSÊNCIA. DESERÇÃO. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO.

(...)

7. Ademais, há precedentes do STJ no sentido de que “É desnecessário o preparo do recurso cujo mérito discute o próprio direito ao benefício da assistência judiciária gratuita” e que, antes de

declarar a deserção do recurso, o magistrado deve analisar o pedido de gratuidade de justiça feito em tempo anterior a sua interposição, concedendo prazo, no caso de indeferimento, para recolhimento das custas devidas. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.181.169/RJ, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 10/4/2018, DJe 13/4/2018; AgInt no AREsp 983.952/RJ, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 23/5/2017, DJe 01/6/2017; AgInt no RMS 49.328/AC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 6/10/2016; RMS 49.180/AC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 18/8/2016.

8. Embargos de Divergência providos, no sentido da necessidade de intimação do interessado para a realização do preparo recursal nas hipóteses de indeferimento ou não processamento do pedido de assistência judiciária gratuita.

(EAREsp 742.240/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 27/02/2019)

Desta forma, é de se reconhecer devidamente instruído o recurso com os documentos necessários, merecendo ser conhecido, portanto.

Superado este ponto, passo ao exame do pleito antecipatório recursal, o qual deve ser examinado de acordo com o disposto nos arts. 299, 300 e 1.019, inciso I, do CPC:

Art. 299. A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.

Parágrafo único. Ressalvada disposição especial, na ação de competência originária de tribunal e nos recursos a tutela provisória será requerida ao órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito.

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Art. 1.019. Recebido o agravo de instrumento no tribunal e distribuído imediatamente, se não for o caso de aplicação do art. 932, incisos III e IV, o relator, no prazo de 5 (cinco) dias:

I - poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão;

(...)

Assim, cabe verificar se há probabilidade de o recurso ser provido (*fumus boni iuris*) e se a imediata produção dos efeitos da decisão recorrida poderá causar dano (*periculum in mora*).

Em análise à decisão agravada, observo que o Juízo *a quo* indeferiu o pedido de gratuidade judiciária com os seguintes fundamentos, *in litteris*:

“A Constituição Federal, recepcionando a Lei 1.060/50, no atendimento aos anseios da sociedade carente, propiciou o acesso gratuito ao Judiciário àqueles que não possuem capacidade financeira para suportar o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo da própria subsistência.

Nesse contexto, caberá ao Juiz avaliar a pertinência das alegações da parte autora e deferir ou não o pedido de assistência judiciária gratuita, implicando a simples declaração de pobreza, tão somente, a simples presunção “*juris tantum*”, suscetível de ser ilidida mediante prova em contrário.

Nessa linha, segue a decisão do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - PRESUNÇÃO JURIS TANTUM - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA RECURSAL DO RÉU. 1.A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, gera presunção 'juris tantum' (relativa) de necessidade do benefício. Assim, é possível ao julgador indeferir tal pedido, ao verificar, com base nos elementos dos autos, não ser o requerente do benefício dele necessitado. 2. No caso em tela, o Tribunal de origem, com fulcro no acervo fático probatório colacionado aos autos, afastou a presunção de que o postulante não teria condições para arcar com as despesas processuais. Rever tal conclusão ensejaria, necessariamente, o revolvimento da matéria fática, o que não se admite em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no REsp: 1284445 SP 2011/0227437-1, Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Julgamento: 27/03/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/04/2014)

Assim, considerando que o artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República de 1988 exige prova da insuficiência de recursos para a concessão do benefício da assistência jurídica integral e gratuita, e tendo em vista que foi dada a oportunidade para o autor comprovar o direito ao referido benefício, não tendo sido satisfeito tal comando, indefiro a gratuidade judiciária ora vindicada.

Intime-se a parte requerente, por seu causídico, via *DJe*, para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a seguinte diligência:

1) Proceder ao recolhimento das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290, do CPC)”. (sic – destaques no original)

Antes da vigência do Novo CPC, a própria Lei nº 1.060/50 preceituava, em seu art. 4º, *verbis*:

Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, **mediante simples afirmação, na própria petição inicial**, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

§1º **Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta Lei**, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

(...)

Este Tribunal de Justiça já teve a oportunidade de se manifestar em vários momentos sobre a questão, entendendo que, para fazer *jus* ao benefício da assistência judiciária gratuita, basta a mera afirmação, por petição, de que a parte não está em condições de pagar as despesas do processo, sem prejuízo próprio ou de sua família.

Por outro lado, não se olvida que, em caso de dúvida do Juízo, é possível a realização de diligências para aferir a capacidade econômica da parte, mas não a inversão da presunção de pobreza com determinação para comprovação da mesma.

Dito cenário, mesmo após a vigência do novo diploma processual, não se alterou, conforme se percebe da redação de seus arts. 98 e 99, §2º, do CPC:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

Art. 99. (...).

(...)

§2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a

concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

§3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

(...)

Nesse toar, considerando que o acesso à Justiça deve ser o mais amplo possível, e tendo em vista o entendimento do STJ, acima esposado, observo estarem presentes os requisitos para a antecipação da tutela recursal.

Embora tenha o Juízo *a quo* atendido à exigência de prévia intimação da parte requerente para comprovar a sua hipossuficiência, o conteúdo dos autos não é suficiente para pôr em dúvida a presunção de veracidade da alegação de hipossuficiência.

Conforme se extrai do conteúdo do processo de origem, o Agravante é pessoa de baixa renda, conforme se pode inferir da sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), inexistindo, ao menos até o momento, qualquer elemento de prova, ou mesmo indiciário, de que tenha condições de arcar com as despesas processuais.

Nesse cenário, repito, não vislumbro razões para afastar a presunção de veracidade que o art. 99, §3º, do CPC atribui à alegação de hipossuficiência de pessoa natural, restando demonstrada, então, a probabilidade de provimento deste recurso.

O perigo de dano, por sua vez, também se mostra presente, na medida em que, caso seja mantida a decisão de primeira instância, haverá a possibilidade de extinção do processo sem resolução do mérito sem que seja atendida a determinação do art. 99, §2º, do CPC, em prejuízo da parte autora/Agravante.

Por todo o exposto, presentes os requisitos autorizadores, **defiro o pleito antecipatório**, concedendo à Recorrente os benefícios da Justiça Gratuita.

Intime-se a parte Agravada para, querendo, apresentar suas contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.019 do CPC.

Comunique-se ao Juízo a quo o teor desta decisão.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Iolanda Santos Guimarães
Juiz(a) de Direito



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086100132

DATA:

25/05/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

</br>{Via Movimentação em Lote nº 202000101}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086100132

DATA:

28/05/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Assim, em cumprimento a decisão do Conselho Nacional de Justiça, a fim de proteger os envolvidos, deixo de designar audiência conciliatória, determinando, outrossim, a citação do réu para, querendo, contestar em 15 dias, sob pena de presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial. Saliento que, após a suspensão das ações presenciais, poderá a conciliação ser realizada, a pedido das partes.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Monte Alegre**

Nº Processo 202086100132 - Número Único: 0000133-88.2020.8.25.0060

Autor: UARLEI MELO ROCHA

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

RH

Tendo em vista o deferimento da Justiça Gratuita no Agravo de Instrumento de nº 202000712663, dou prosseguimento ao feito.

Como é sabido, a atual situação de crise instalada no mundo, em específico no Brasil, pela propagação do COVID-19 (coronavírus), não nos permite estabelecer data de normalização das atividades jurídicas. Pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio da Portaria Nº 79 de 22/05/2020, fora determinada a prorrogação até 14 de junho de 2020, no que refere-se a necessidade de comparecimento, conforme o artigo 1º, *in verbis*:

Art. 1º Prorrogar para o dia 14 de junho de 2020 os prazos de vigência das Resoluções CNJ nº 313/2020, nº 314/2020 e nº 318/2020, que poderão ser ampliados ou reduzidos por ato da Presidência deste Conselho, caso necessário.

Assim, em cumprimento a decisão do Conselho Nacional de Justiça, a fim de proteger os envolvidos, **deixo de designar audiência conciliatória, determinando, outrossim, a citação do réu para, querendo, contestar em 15 dias, sob pena de presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial.**

Saliento que, após a suspensão das ações presenciais, poderá a conciliação ser realizada, a pedido das partes.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ MARCELO BARRETO PIMENTA, Juiz(a) de Monte Alegre**, em 28/05/2020, às 23:02:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000989077-51**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086100132

DATA:

09/06/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

carta de citação 202086101783 confeccionado aguardando assinatura

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086100132

DATA:

10/06/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202086101783 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA
[TM4205,MD2372]

 {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Monte Alegre
Praça Passos Porto, Nº 335
Bairro - Centro Cidade - Monte Alegre de Sergipe
Cep - 49690-000 Telefone - (79)3318-1660

Normal(Justiça Gratuita)



202086101783

PROCESSO: 202086100132 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000133-88.2020.8.25.0060
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: UARLEI MELO ROCHA
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

Finalidade: Responder em 15 (quinze) dias.

Despacho: Assim, em cumprimento a decisão do Conselho Nacional de Justiça, a fim de proteger os envolvidos, deixo de designar audiência conciliatória, determinando, outrossim, a citação do réu para, querendo, contestar em 15 dias, sob pena de presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial. Saliento que, após a suspensão das ações presenciais, poderá a conciliação ser realizada, a pedido das partes.

Atenciosamente,

Ilmoº (a) Sr(a)

Nome : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência : Rua Senador Dantas, 5º ANDAR, 74
Bairro : Centro
Cep : 20031205
Cidade : Rio de Janeiro - -

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **HELTON DHALYSSON OLIVEIRA PORTO**, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Monte Alegre, em 10/06/2020, às 09:32:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001066065-30**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086100132

DATA:

23/06/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA (918-A-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20200622150303369 às 15:03 em 22/06/2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA DE MONTE ALEGRE – SE

Processo nº: 202086100132 (0000133-88.2020.8.25.0060)

SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A, devidamente qualificada nos autos, vem por seu advogado *in fine*, com instrumento procuratório em anexo e endereço profissional constante no timbre, onde deverão receber todas as comunicações processuais pertinentes, apresentar **CONTESTAÇÃO** aos termos da ação de cobrança proposta por **UARLEI MELO ROCHA**, pelos argumentos fáticos e jurídicos abaixo aduzidos.

I. INICIALMENTE

I.I) DAS COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS

Ab initio, impende solicitar que todas as comunicações processuais pertinentes sejam vinculadas em nome do **Bel. Rodrigo Ayres Martins de Oliveira, na OAB/SE 918-A, sob pena de nulidade insanável.**

I.II) BREVE SÍNTESE DOS FATOS

Alega a parte autora, em sua exordial, ter sido vítima de acidente de trânsito em 03/08/2019, havendo sido, em razão deste, supostamente acometido de “fratura exposta da tíbia”, motivo pela qual intenta fazer jus ao recebimento de indenização por invalidez permanente, decorrente do seguro DPVAT.

Ressalte-se que a seguradora, por sua vez, efetuou o pagamento correspondente ao valor de R\$2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) em 23/10/2019, de forma correta e dentro do prazo legal, frente à solicitação administrativa.

Inconformado, o autor veio à juízo para pleitear a indenização do aludido seguro no valor de seu teto indenizável, razão pela qual requer sua complementação. Entretanto, conforme restará demonstrado, não merece guarida tal pleito.

I.III) DA NECESSIDADE DE ESCLARECIMENTO DOS FATOS

A parte autora, em sua exordial, informa ter o acidente ocorrido em 03/08/2019. Ocorre que, da documentação acostada aos autos, bem como do Boletim de Ocorrência apresentado, é possível notar que a data mencionada para o acidente de trânsito, objeto da presente ação, consta como 03/09/2019. Assim, faz-se necessário o depoimento pessoal do autor, em sede de audiência, a fim de esclarecer o possível equívoco. Vejamos:

BOLETIM DE OCORRÊNCIA		Nº: 093867/2019-A02
DADOS DO REGISTRO		
Data/Hora Início do Registro: 19/09/2019 13:54	Data/Hora Fim: 19/09/2019 13:55	
Delegado de Polícia: Samuel Souza de Brito Oliveira		
DADOS DA OCORRÊNCIA		
Ato: Delegacia Plantonista - Nossa Senhora da Glória		
Data/Hora do Fato: 03/09/2019 18:30		
Local do Fato		
Município: Nossa Senhora da Glória (SE)	Bairro: Povoado	
Logradouro: Rodovia que liga as cidades de Glória a Monte Alegre nas proximidades da	Nº: sn	
	CEP: 49.680-000	
Ponto de Referência: vila dos padres		
Tipo do Local: Via Pública		
Natureza	Meio(s) Empregado(s)	
1095: Auto lesão - Acidente de trânsito	Não Houve	
ENVOLVIDO(S)		
Nome Civil: UARLEI MELO ROCHA (COMUNICANTE)		
Nacionalidade: Brasileira	Naturalidade: AL - Arapiraca	Sexo: Masculino
		Nasc: 03/03/1992

II. DAS PRELIMINARES

II.I) DA INÉPCIA DA INICIAL: DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA DEMANDA – LAUDO PERICIAL DO IML – ART. 5º, § 1º E §4º, DA LEI 6.194/74

Para a efetiva verificação dos elementos do sinistro, deve-se analisar, atentamente, se pela parte Autora foi apresentada toda a documentação indispensável à propositura da demanda, considerando o art. 283 do Código de Processo Civil, bem assim o art. 5º, § 1º, a, da Lei 6.194/74.

No caso de alegada invalidez, faz-se necessária a apresentação, dentre outros, do laudo do IML detalhando as eventuais lesões corporais (com enquadramento e graduação) e atestando seu nexo de causalidade com o acidente de trânsito, para constituir meios de prova do que se alega, o que, no caso, não foi observado.

Ressalte-se que o autor junta uma declaração assinada por ele próprio, de que o Instituto Médico Legal de sua cidade não realiza perícia médica para fins do seguro DPVAT. A princípio, tal alegação é absurda, porque o IML realiza suas perícias, não de acordo com a finalidade, mas com a causa. Havendo acidente e trânsito, é possível realizar a perícia.

Ademais, ainda que a declaração tivesse algum valor probante, não eximiria o autor de realizar o exame, afinal, pôde ele vir até a capital ajuizar sua demanda, por que não poderia ir a qualquer outra cidade fazer o exame?

Diante dos fundamentos acima, configurada está a ausência de documento essencial à propositura da demanda, devendo ser extinto o processo sem resolução de mérito, com fulcro nos artigos 320 e 485, I do CPC. Se assim não entender o julgador, deve considerar, no mérito, que o autor não fez prova de suas alegações.

II.II) DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR – CARÊNCIA DA AÇÃO PELA QUITAÇÃO

Quadra registrar que, como ato jurídico perfeito, o pagamento configura-se imodificável e possui presunção de validade. Portanto, a quitação dada pela parte Autora, na esfera administrativa, não carrega qualquer vício que indique a sua nulidade e, desta forma, permanece plenamente eficaz, sobretudo considerando que tal ato jurídico, por ser perfeito, deve contar com a segurança jurídica que lhe é afeta.

A Lei de Introdução ao Código Civil, em seu art. 6º, §1º, conceitua o ato jurídico perfeito. Como tal, o pagamento efetivado somente poderia ser desconstituído por meio de decisão judicial, proferida em ação direcionada a esta finalidade. Neste sentido, manifestou-se o Supremo Tribunal Federal:

Se as partes desavindas, por meio de documentos hábeis, delimitaram os interesses em controvérsia e firmaram documento de transação, esse ato jurídico complexo envolve-se para as partes e para todas as questões versadas com a força de coisa julgada, só rescindível por dolo, violência ou erro essencial, conforme o artigo 1.030, do Código Civil. E também, se na transação as partes não tornaram expresso que excluía dela uma dada questão, esta questão não pode vir a ser questionada em juízo, primeiro porque obrigada pelos efeitos de coisa julgada da transação (artigo 1.030, do CC) e segundo por efeito do princípio da indivisibilidade da transação (art. 1.026, do CC)¹

¹STF, RE n.º 93.861-3/RJ, Rel. Min. Clóvis Ramalhete.

Verifica-se, pois, a inexistência de qualquer manifestação da parte Autora acerca de vícios no pagamento dantes concretizado, restando inabalado o reconhecimento da quitação da indenização decorrente do seguro DPVAT. Neste passo, evidencia-se a ausência de interesse de agir da parte Autora, de tal forma que o presente processo deve ser julgado extinto, sem resolução do mérito, com fulcro nos art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil.

III. DO MÉRITO

III.I) DA AUSÊNCIA DE COBERTURA – ATO ILÍCITO

No presente caso, a parte autora requer a diferença entre o pagamento administrativo realizado e o teto indenizatório da cobertura do Seguro DPVAT, em razão de acidente de trânsito ocorrido em 03/08/2019, por entender ser de seu direito.

Ocorre que, na data do acidente, o motorista encontrava-se alcoolizado, conforme afirmado em relatórios médicos acostados aos autos pelo próprio autor. Veja-se:

IDENTIFICACAO DO PACIENTE			
NOME	: UARLEI MELO ROCHA	DOC....	: 37975858
IDADE.....	: 27 ANOS	NASC: 03/03/1992	SEXO...: MASCULINO
ENDERECO.....	: AVENIDA JOAO ALVES FILHO	NUMERO:	: 812
COMPLEMENTO....	: BAIRRO: CENTRO		
MUNICIPIO.....	: CANINDE DE SAO FRANCISCO	UF: SE	CEP....: 49820-000
NOME PAI/MAE...	: HUMBERTO DIONISIO ROCHA	/JANICLEIDE VIEIRA DE MELO	
RESPONSAVEL...	: TRAZIDO PELO SAMU (ESPOSA - RIZEKELLE)	TEL....: 79.99938.	
PROCEDENCIA...	: CANINDE DO SAO FRANCISCO-SE		: 162
ATENDIMENTO....	: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)		
CASO POLICIAL..	: NAO	PLANO DE SAUDE....	: NAO
ACID. TRABALHO:	: NAO	VEIO DE AMBULANCIA:	: SIM
TRAUMA: NAO			

PA: [X	mmHg]	PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES:	[.] RAIO X	[] SANGUE	[] URINA [] TC
	[.] LIQUOR	[] ECG	[] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO			

DADOS CLINICOS: 00-60		DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___	
<p><i> vítima de queda de moto com trauma em membros, trazido pelo SAMU da para a UBS para avaliação por Cirurgião ortopédico. Refere uso de álcool e de drogas sua rotina apresenta episódios de abuso de substâncias.</i></p>			

Recorte de relatório médico emitido pelo Hospital de Urgências de Sergipe – HUSE

Ainda, dos demais documentos apresentados administrativamente à Seguradora, que não foram acostado a estes presentes autos, também é possível confirmar tal informação.

ESTAMOS ENCAMINHANDO O PACIENTE <u>VARLEY MERO ROLINS</u>		
SEXO <u>M</u>	NASCIDO EM <u>27e.</u>	MATRÍCULA _____
CUJO PROBLEMA DE SAÚDE NECESSITA DE UM TIPO DE ATENDIMENTO QUE ESTA UNIDADE NÃO OFERECE.		
MOTIVO DA CONSULTA / IMPRESSÕES DIAGNÓSTICAS OU PROBLEMAS IDENTIFICADOS		
<u>Pericite alcoolizado vítima de queda de moto</u> <u>sem repente c/ fratura extensa de perna direita.</u> <u>Paciente orientado. Não se lembra e não se lembra no local.</u>		

Conforme entendimento do STJ, não há que se falar em direito à indenização à vítima causadora da ação uma vez que a prática do ilícito pelo próprio segurado torna nulo o contrato de seguro e, por essa razão, não deveria ter sido realizado, em verdade, qualquer pagamento de indenização. A legislação e jurisprudência entendem que o agente do ilícito não pode se beneficiar da própria torpeza e que não são gerados direitos lícitos com fundamento em atos ilícitos. Assim, no presente caso, não há cobertura do seguro DPVAT.

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. **SEGURO DE AUTOMÓVEL. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE.** TERCEIRO CONDUTOR (PREPOSTO). **AGRAVAMENTO DO RISCO. EFEITOS DO ÁLCOOL NO ORGANISMO HUMANO. CAUSA DIRETA OU INDIRETA DO SINISTRO. PERDA DA GARANTIA SECURITÁRIA.** CULPA GRAVE DA EMPRESA SEGURADA. CULPA IN ELIGENDO E CULPA IN VIGILANDO. PRINCÍPIO DO ABSENTEÍSMO. **BOA-FÉ OBJETIVA E FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO DE SEGURO.**

1. Cinge-se a controvérsia a definir se é devida indenização securitária decorrente de contrato de seguro de automóvel quando o causador do sinistro foi terceiro condutor (preposto da empresa seguradora) que estava em estado de embriaguez.

2. **Consoante o art. 768 do Código Civil, "o segurado perderá o direito à garantia se agravar intencionalmente o risco objeto do contrato". Logo, somente uma conduta imputada ao segurado, que, por dolo ou culpa grave, incrementa o risco contratado, dá azo à perda da indenização securitária.**

3. A configuração do risco agravado não se dá somente quando o próprio segurado se encontra alcoolizado na direção do veículo, mas abrange também os condutores principais (familiares, empregados e prepostos). O agravamento intencional de que trata o art. 768 do CC envolve tanto o dolo quanto a culpa grave do segurado, que tem o dever de vigilância (culpa in vigilando) e o dever de escolha adequada daquele a quem confia a prática do ato (*culpa in eligendo*).

4. **A direção do veículo por um condutor alcoolizado já representa agravamento essencial do risco avençado, sendo lícita a cláusula do contrato de seguro de automóvel que preveja, nessa situação, a exclusão da cobertura securitária. A bebida alcoólica é capaz de alterar as condições físicas e psíquicas do motorista, que, combatido por sua influência, acaba por aumentar a probabilidade de produção de acidentes e danos no trânsito. Comprovação científica e estatística.**

5. O seguro de automóvel não pode servir de estímulo para a assunção de riscos imoderados que, muitas vezes, beiram o abuso de direito, a exemplo da embriaguez ao volante. A função social desse tipo contratual torna-o instrumento de valorização da segurança viária, colocando-o em posição de harmonia com as leis penais e administrativas que criaram ilícitos justamente para proteger a incolumidade pública no trânsito.

6. O segurado deve se portar como se não houvesse seguro em relação ao interesse segurado (princípio do absenteísmo), isto é, deve abster-se de tudo que possa incrementar, de forma desarrazoada, o risco contratual, sobretudo se confiar o automóvel a outrem, sob pena de haver, no Direito Securitário, salvo-conduto para terceiros que queiram dirigir embriagados, o que feriria a função social do contrato de seguro, por estimular comportamentos danosos à sociedade.

7. Sob o prisma da boa-fé, é possível concluir que o segurado, quando ingere bebida alcoólica e assume a direção do veículo ou empresta-o a alguém desidioso, que irá, por exemplo, embriagar-se (culpa in eligendo ou in vigilando), frustra a justa expectativa das partes contratantes na execução do seguro, pois rompe-se com os deveres anexos do contrato, como os de fidelidade e de cooperação.

8. Constatado que o condutor do veículo estava sob influência do álcool (causa direta ou indireta) quando se envolveu em acidente de trânsito - fato esse que compete à seguradora comprovar -, há presunção relativa de que o risco da sinistralidade foi agravado, a ensejar a aplicação da pena do

art. 768 do CC. Por outro lado, a indenização securitária deverá ser paga se o segurado demonstrar que o infortúnio ocorreria independentemente do estado de embriaguez (como culpa do outro motorista, falha do próprio automóvel, imperfeições na pista, animal na estrada, entre outros).
9. Recurso especial não provido.²

Na mesma linha de raciocínio, a Ministra Nancy Andrighi se posicionou da seguinte maneira:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. **EMBRIAGUEZ AO VOLANTE. DENÚNCIAÇÃO DA LIDE À SEGURADORA. LITISCONSÓRCIO PASSIVO. AUSÊNCIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.** AUSÊNCIA. MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. JUROS DE MORA. MARCO INICIAL. SÚMULA 54/STJ. SEGURADORA. RESPONSABILIDADE. CLÁUSULA DE EXCLUSÃO. O propósito recursal é julgar acerca da eficácia da cláusula de exclusão da cobertura securitária na hipótese de o acidente de trânsito ser causado pelo segurado em estado de embriaguez e, ainda, da possibilidade de condenar a seguradora direta e solidariamente ao pagamento da indenização. Tem-se nesse julgamento duas lides distintas: a principal, onde se deve decidir acerca da responsabilidade do autor em reparar a vítima pelo dano causado e a lide secundária, decorrente da denúncia do réu, para decidir sobre a existência de direito de regresso do segurado em face da seguradora. Diante da denúncia da lide à seguradora por parte do segurado, pode a denunciada: (i) aceitar a denúncia e contestar o pedido autoral ou (2) se contrapor à própria existência de direito de regresso do segurado. A aceitação da denúncia da lide e a contestação dos pedidos autorais por parte da seguradora fazem com que esta assuma posição de litisconsorte passivo na demanda principal, podendo ser condenada direta e solidariamente a pagar os prejuízos, nos limites contratados na apólice para a cobertura de danos causados a terceiros. O mesmo raciocínio não se aplica, entretanto, quando a seguradora contesta a existência de direito de regresso do segurado. Nesse contexto, deve o Tribunal julgar a questão em lide secundária. Na espécie se conclui por não ser possível a cobrança direta e solidária da seguradora. É legítima a cláusula que exclui cobertura securitária na hipótese de dano causado por segurado dirigir em estado de embriaguez. A ingestão de álcool conjugada à direção viola a moralidade do contrato de seguro, por ser manifesta ofensa à boa-fé contratual, necessária para devida administração do mutualismo, manutenção do equilíbrio econômico do contrato e, ainda, para que o seguro atinja sua finalidade precípua de minimizar os riscos aos quais estão sujeitos todos os segurados do fundo mutual. A nocividade da conduta do segurado se intensifica quando há também violação da própria literalidade do contrato, em manifesto descumprimento à pacta sunt servanda, imprescindível para a sustentabilidade do sistema securitário. Contratos de seguro tem impactos amplos em face da sociedade e acabam influenciando o comportamento humano. Por isso mesmo, o objeto de um seguro não pode ser incompatível com a lei. Não é possível que um seguro proteja uma prática socialmente nociva, porque esse fato pode servir de estímulo para a assunção de riscos imoderados, o que contraria o princípio do *absenteísmo*, também basilar ao direito securitário. A revisão da compensação por danos morais só é viável em recurso especial quando o valor fixado for exorbitante ou ínfimo. Há incidência da Súmula 7/STJ, impedindo o acolhimento do pedido. Parcial provimento.³

Desta forma, *insta* salientar que o pagamento administrativo realizado não implica em reconhecimento tácito da cobertura, visto que, após melhor análise, concluiu-se pela ausência de cobertura em razão da ilicitude dos atos cometidos pelo condutor do veículo já descritos (tipificados nos arts. 306; 162, I; e 244, I, do Código de Trânsito Brasileiro), razão pela qual não há o que se falar em complementação de indenização do referente Seguro, conforme objetiva o Autor, mas sim devendo ser a presente ação julgada totalmente improcedente.

Por esta razão, requer a total improcedência do feito pela ausência de cobertura.

III.II) DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - LEI 11.945/2009

² REsp 1485717/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 14/12/2016

³ REsp 1441620/ES, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 23/10/2017

Importante registra as regras de cálculo para indenização por invalidez permanente introduzidas pela MP 451/2008, convertida na Lei 11.945/2009, embora tal tema já tenha sido debatido e afastado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 4.350, realizado no dia 23 de outubro de 2014.

No que toca a suposta inconstitucionalidade formal na edição da MP 451/2008, não subsistiria, visto que foi esta convertida na Lei 11.945/2009 e, deste modo, os eventuais vícios existentes, restaram sanados com a conversão, conforme entendimento jurisprudencial já pacificado (ADI nº 1.721, Rel. Min. Carlos Britto, julgamento em 11/10/06, DJ de 29/06/07).

Ademais, a nossa Suprema Corte admite o exame jurisdicional do mérito dos requisitos de relevância e urgência na edição de medida provisória apenas em casos excepcionalíssimos, e, especificamente sobre a MP 451/2008, entendeu o Nobre Relator da citada ADI 4.350, o Senhor Ministro Luiz Fux, que **“os temas veiculados pelas regras combatidas são de inegável relevância social e sua disciplina exige uma atuação urgente do Poder Executivo”**.

Ao realizar o julgamento da ADI 4.350, entendeu o Ministro Luis Fux que, não se entrevê, ao longo dos dispositivos impugnados, qualquer ofensa à Constituição quando se fixa legalmente a quantia devida em razão do acidente de trânsito proporcional ao grau da lesão, através da tabela de cálculo da indenização do Seguro Obrigatório.

Além disto, entende-se que os critérios adotados pelo Legislador, que considerou o grau da incapacidade funcional para se determinar o valor devido, são razoáveis e dentro do parâmetro aceitável. Dessa forma, de acordo com o voto do Nobre Relator da ADI 4.350, não há loteamento do corpo humano com a aplicação da tabela de graduação, mas apenas uma preocupação recomendável com o pagamento justo ao acidentado.

Por outro lado, ressalta-se que o STJ tem se posicionado no sentido de reconhecer a aplicação da tabela determinada pela Lei 11.945/2009, conforme julgado colacionado abaixo:

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE. 1. É válida a utilização de tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT, em situações de invalidez parcial. Precedente. 2. Recurso conhecido e improvido. (REsp nº 1.101.572/RS- Recurso Especial 2008/0251090-0. Rel. Min. Nancy Andrighi DJe 25.11.2010)

Ainda, foi editada a Súmula 474 do STJ: “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Isso porque, no plano material, não se vislumbra a inconstitucionalidade da Lei 11.945/2009, uma vez que não há um fundamento concreto para se defender qualquer violação aos preceitos constitucionais, em especial ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Primeiro porque se feriria o princípio constitucional se, e somente se, deixasse de pagar os adequados e razoáveis valores àqueles acometidos de invalidez em decorrência de acidente de trânsito.

sito. Por outro lado, o que se extrai das alterações legislativas é a aplicação imediata e objetiva dos princípios da ponderação e da proporcionalidade.

Segundo, pois a referida lei estabelece meios de prover a segurança jurídica dos segurados à medida que objetivamente define o valor indenizatório conforme a lesão sofrida, não havendo espaço para qualquer celeuma, uma vez que o valor das indenizações para o seguro está expressa em lei, em quantia certa e determinada, de maneira que duas pessoas vitimadas da mesma lesão receberão o mesmo *quantum* indenizatório. Na medida em que a tabela é aplicada corretamente, tem-se o real cumprimento do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, deixando claro que a tese do autor é descabida.

Resta claro que a pretensão autoral não encontra guarida no ordenamento jurídico pátrio, mesmo porque a redação do inciso II do art. 3º da lei de regência, estabelece que a indenização decorrente de invalidez não é estanque e baseada em valor fixo integral, como a de morte. Caso assim o fosse, o legislador não optaria pela utilização da palavra **ATÉ** antes do valor. Tal conclusão é indubitável, pois se sabe que a invalidez permanente pode ser total ou parcial, e nestes casos, completa ou incompleta.

Além do que, pode atingir membros e sentidos diferentes, gerando maiores ou menores dificuldades na vida da pessoa lesionada. Nisto não incorre em equívoco a supramencionada lei, ao passo que observa os princípios da Igualdade e da Isonomia, de forma que danos menores, a exemplo da perda funcional completa do menor dedo da mão, não podem ser tratados igualmente à perda funcional completa de ambos os membros superiores e inferiores. Afirmar o contrário seria desconsiderar os princípios constitucionais da ponderação e isonomia, além de desvirtuar o âmago dos valores da justiça.

III.III) DO NÃO AGRAVAMENTO DA LESÃO X INDENIZAÇÃO ADIMPLIDA

Exa., é de bom alvitre chamar atenção para o fato de que a parte autora não acostou aos autos nenhum laudo ou relatório médico que comprove a existência do agravamento da lesão já indenizada por esta seguradora. Ademais, a documentação ora apresentada é a mesma apresentada quando do requerimento administrativo, e que já foi objeto de análise pelos peritos que enquadraram e graduaram a lesão, de modo a fixar o *quantum* já disponibilizado à parte autora

Como sabemos, para o recebimento do seguro DPVAT, prevê a Lei nº. 6.194/74, modificada pelas **Leis federais 11.482/07 e 11.945/09**, que a sequela que serve de lastro à pretensão indenizatória advenha de um acidente de trânsito. Isto é, para fazer jus ao recebimento de qualquer valor a título do seguro obrigatório, incumbe à parte promovente o ônus de demonstrar a existência de nexo de causalidade e efeito entre o acidente noticiado e a lesão (que ocasionou a invalidez) para a partir daí aplicar-se a regra de enquadramento e graduação, conforme disciplinado pelas leis atinentes à matéria DPVAT.

Não havendo nos autos quaisquer relatórios de atendimento médico ou novos laudos periciais que atestem que as referidas lesões adimplidas na via administrativa foram agravadas de modo a ensejar a complementação pretendida pela parte autora, resta patente a fragilidade dos elementos de prova ora carreados pela parte requerente.

Com efeito, Exa., por força do art. 373, I, do CPC, cabe à parte promovente o ônus probatório daquilo que pretende ver tutelado judiciário. Tendo em vista que pela documentação carreada ao processo **NÃO** restou devidamente comprovado que a parte autora faz jus a complementação pretendida, a **demanda deverá ser julgada improcedente, para completa rejeição dos pleitos autorais, a teor do art. 487, I, do CPC.**

Por fim, na remota hipótese de ser superada a argumentação trazida alhures, em atendimento aos princípios da eventualidade e contração da defesa, prosseguimos atacando o *meritum causae*.

III.IV) DA GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ – QUANTO À QUANTIFICAÇÃO

Como se vê, a indenização por invalidez permanente sempre foi baseada na graduação da invalidez. Até a edição da MP 451/08, convertida na Lei 11.945/09, a quantificação das lesões era regulamentada pela Circular da SUSEP nº 029/91, por competência delegada pelo art. 36, alínea "c", do Decreto-Lei 73/66. Trata-se matéria já pacificada, conforme voto vencedor da Ministra Nancy Andrighi, no REsp 1.101.572/RS, STJ.

No caso vertente, ocorrido o acidente durante a vigência da Lei 11.945/09, o cálculo do **grau de invalidez** obedece ao seguinte parâmetro:

Art. 3º [...]

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

O cálculo da indenização obedece, portanto, à seguinte equação:

teto x enquadramento na tabela x percentual da perda apurado

A quantificação da indenização desta forma tem por objetivo privilegiar o **princípio constitucional da isonomia**. Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça, em decisão de 19/06/2012, elaborou o enunciado de **Súmula nº 474**: “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”.

No caso vertente os documentos da parte autora apontam para lesão no membro inferior direito, que por sua vez, possui o seguinte enquadramento na tabela vigente:

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Por outro lado, na via administrativa apurou-se que a referida lesão foi de grau LEVE (25%), tendo-se o seguinte cálculo:

$$\text{LESÃO: (R\$ 13.500) x (70\%) x (25\%) = R\$ 2.362,50}$$

Veja-se:

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190578511 Cidade: Nossa Senhora da Glória Natureza: Invalidez Permanente
Vítima: UARLEI MELO ROCHA Data do acidente: 03/08/2019 Seguradora: CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 16/10/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DA TÍBIA DIREITA. PG5,8

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR EXTERNO) E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Sequelas: Com seqüela

Documento/Motivo:

Nome do documento
faltante:

Apontamento do Laudo
do IML:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Documentos
complementares:

Observações:

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50

Nessa toada, verifica-se que o valor pago pela Seguradora está em consonância com as normas vigentes, não havendo complementação devida, razão pela qual requer que seja julgado totalmente improcedente o pedido. Ressalte-se que, entendendo a parte Autora ser devida qualquer complementação, teria ela o ônus da prova correspondente, do qual não se desincumbiu no caso concreto.

III.V) DA INSUFICIÊNCIA DE PROVAS - NECESSIDADE DE PERÍCIA MÉDICA

Caso não entenda o douto magistrado, de logo, pela improcedência do pleito autoral, considerando a necessidade de averiguação da invalidez permanente e o seu percentual de extensão, qua-

dra pleitear a produção de prova pericial, a ser concretizada pelo Instituto Médico Legal, consoante capitulado no art. 5º, § 5º, Lei 6194/74, modificada pela Lei 8.441/92.

Na hipótese deste Julgador entender pela não expedição de ofício ao IML, requer-se a produção de prova por meio de perito judicial, sendo atribuído à parte Autora os custos referentes à mesma, pela regra do CPC, porquanto trata-se de prova constitutiva do seu direito, bem como por tê-la requerido.

Ressalte-se que o fato da parte autora ser beneficiária da justiça gratuita não autoriza a inversão do ônus da prova, haja vista não ser, a realização de perícia médica, algo dificultoso para ela, ao contrário, somente ela pode viabilizar a realização do exame, apresentando-se ao IML ou ao perito nomeado.

Isso porque, a dificuldade em realizar a prova não se confunde com seu custo, que, se não puder ser suportado pela autora, deverá ser pago, ao final pelo vencido, ou suportado pelo Tribunal.

III.VI) – QUESITOS TÉCNICOS PARA PERÍCIA MÉDICA – CONVÊNIO PARA O CUSTEIO DE PERÍCIAS

Por fim, impende esclarecer que a requerida firmou convenio com o TJSE para custeio das perícias, sob pagamento de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), conforme convenio nº 21/2018, cópia em anexo. Assim, caso o ônus da prova recaia sobre a parte Ré, e o valor dos honorários periciais ultrapasse o valor pactuado com o TJSE, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe deve arcar com a diferença.

Oportunamente, segue quesitos técnicos para perícia médica ao final da presente contestação.

III.VII) DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Sendo certa a afirmativa de que os JUROS DE MORA correspondem à sanção que o devedor inadimplente deve suportar pelo não pagamento tempestivo da sua dívida e, ainda, que o devedor só se torna inadimplente a partir do instante em que deixou de pagar o que devia, conclui-se que, antes disso, não há mora. Por conseguinte, juros não são devidos.

Com efeito, a mora inexistente se ao devedor não foi imputado fato ou omissão a que tenha dado causa (Código Civil, Art. 396). Apenas nos casos em que a obrigação decorra de ato ilícito, a mora incide desde a prática do ato (Código Civil, Art. 398).

Desta feita, não tendo a Seguradora praticado qualquer ilicitude, não são os juros moratórios devidos, cabendo contar-se a incidência dos mesmos, em relação ao pedido de indenização do

seguro DPVAT, a partir da citação inicial, conforme disposição expressa do art. 405 do Código Civil. Ainda, este é o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça: “SÚMULA N. 426-STJ. Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação”.

Acerca da correção monetária, no caso de superveniência de sentença condenatória, além da observância acerca do cálculo da indenização estabelecido pela Lei nº 11.945/09, requer seja considerada por Vossa Excelência a data do evento danoso para a incidência da correção monetária, na forma do estabelecido na Súmula 580 do STJ: “A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no §7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso” (Súmula 580, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 19/09/2016).

III.VIII) DA LIMITAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – PARTE AUTORA BENEFICIÁRIA DE JUSTIÇA GRATUITA

Em decorrência do princípio da eventualidade e sendo a parte Autora beneficiária de assistência judiciária gratuita, em caso de hipotética condenação, o que se admite para argumentar, os honorários de sucumbência devem ser limitados a 20% (vinte por cento), na forma do artigo 85 do CPC/2015.

O Superior Tribunal de Justiça já declarou válida esta limitação, entre outras oportunidades, no seguinte acórdão:

O recorrente alega que o percentual de 12% fixado no aresto vergastado transbordaria os limites da Lei nº 1.060/50, que dispõe:
Art. 11. § 1º. Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o líquido apurado na execução da sentença.
Não há violação à referida norma, à medida que a condenação, na verdade, ficou claramente abaixo da lide encimada. Com efeito, a sentença fixou os honorários em 10% do valor da condenação (fl. 42) e o acórdão recorrido somente o aumentou para 12% sobre a mesma base (fl. 198).[1]

Bem assim, o § 2º, do art. 85 do CPC, estabelece que o valor dos honorários advocatícios deve ser definido, levando em consideração o grau de zelo do profissional, lugar de prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, bem como o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Imperioso destacar que, em recente decisão o Supremo Tribunal de Justiça, entendeu que as hipóteses elencadas no artigo 85 do CPC, deverão respeitar a ordem de vocação, senão vejamos:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIPARAÇÃO NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, **ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º)**. PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido. **2.** Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais

[1] Superior Tribunal de Justiça. Resp. 569425. Quinta Turma. Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca

cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: **a)** enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: **(a.I)** nas causas de pequeno valor; **(a.II)** nas de valor inestimável; **(a.III)** naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e **(a.IV)** nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); **b)** no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: **(b.I)** em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando **(b.II)** o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º). **3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.** **4.** Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: **(I)** primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); **(II)** segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: **(II.a)** sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou **(II.b)** não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, **(III)** havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º). **5.** A expressiva redação legal impõe concluir: **(5.1)** que o § 2º do referido art. 85 veicula a *regra geral*, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: **(I)** da condenação; ou **(II)** do proveito econômico obtido; ou **(III)** do valor atualizado da causa; **(5.2)** que o § 8º do art. 85 transmite *regra excepcional*, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: **(I)** o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou **(II)** o valor da causa for muito baixo. **6.** Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.

Ademais, é de solar clareza que as demandas que tratam do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre – DPVAT, não exigem maiores esforços do profissional, haja vista que, se tratando de matéria de direito, não existem grandes discussões doutrinárias e jurisprudências capazes de ensejar dispêndio exacerbado de tempo para criação de teses jurídicas, não justificando a condenação ao teto apontado.

Portanto, os honorários de sucumbência, caso venha a incidir na hipótese em apreço, devem incidir respeitando o limite de 10% (dez por cento).

IV. DOS REQUERIMENTOS

Diante do exposto, requerer:

a) Que todas as comunicações processuais pertinentes sejam veiculadas em nome do **Bel. RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA, inscrito na OAB/SE 918-A**, sob pena de arguição de nulidade processual insanável;

b) Preliminarmente, que seja acolhida a **preliminar de inépcia da inicial pela ausência de documento imprescindível para a propositura da demanda**, qual seja o laudo pericial emitido pelo IML, conforme o art. 5º, § 1º, a, da Lei 6.194/74;

c) Tendo sido afastada a preliminar anterior, que seja acolhida a **preliminar de carência da ação, por falta de interesse de agir**, haja vista a quitação graduada de forma correta e dentro do prazo legal, referente à indenização perseguida pelo Seguro DPVAT, devendo, por conseguinte, ser extinto o processo, sem resolução do mérito;

d) Que sejam **julgados improcedentes todos os pedidos da presente ação**, ante a plausibilidade das razões aqui apresentadas, extinguindo o processo com resolução de mérito, confor-

me disposto no art. 487, I, do Código de Processo Civil, com a condenação da parte autora nas verbas sucumbenciais;

e) Subsidiariamente, acaso assim não compreenda o Julgador, requer sejam observados os parâmetros acima indicados, considerando, para cálculo da indenização, o valor já adimplido de R\$2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), bem como o teto máximo indenizável de R\$13.500, as normas de graduação, a incidência de correção monetária a partir do evento danoso, juros incidentes apenas a partir da citação válida, e honorários de sucumbência limitados ao patamar de 10% (dez por cento), consoante capitulado no art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50;

f) Pugna pela produção de prova documental, pericial e oral (depoimento pessoal do autor).

Nestes termos, pede deferimento.

Monte Alegre/SE, 18 de Junho de 2020.

Rodrigo Ayres Martins de Oliveira
OAB/SE 918-A

ROL DE QUESITOS

- a) A vítima é acometida de invalidez permanente?
- b) O dano averiguado decorreu do acidente narrado pelo autor na petição inicial ou é oriundo de circunstância distinta?
- c) A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano?
- d) O dano averiguado possui natureza meramente estética?
- e) Restando constatada a invalidez permanente, esta se caracteriza como TOTAL ou PARCIAL?
- f) Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado (intenso, médio, leve ou residual)?
- g) Considerando-se o grau de invalidez permanente parcial identificado, qual seria o correto valor da indenização do seguro DPVAT?

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190578511 **Cidade:** Nossa Senhora da Glória **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: UARLEI MELO ROCHA **Data do acidente:** 03/08/2019 **Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 16/10/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DA TÍBIA DIREITA. PG5,8

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR EXTERNO) E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR DIREITA.

**Documentos
complementares:**

Observações:

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 23/10/2019

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 2.362,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: UARLEI MELO ROCHA

BANCO: 001

AGÊNCIA: 00612-2

CONTA: 000010018155-4

Nr. da Autenticação 28EC6FE5B74C95F3

**DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO
PROCESSO ADMINISTRATIVO
INSTAURADO**

Rio de Janeiro, 15 de Outubro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190578511

Vítima: UARLEI MELO ROCHA

Data do Acidente: 03/08/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), UARLEI MELO ROCHA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 14966534

Rio de Janeiro, 30 de Outubro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190578511

Vítima: UARLEI MELO ROCHA

Data do Acidente: 03/08/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), UARLEI MELO ROCHA

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 2.362,50

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 70%) 17,50%

Valor a indenizar: 17,50% x 13.500,00 = R\$ 2.362,50

Recebedor: UARLEI MELO ROCHA

Valor: R\$ 2.362,50

Banco: 001

Agência: 000000612-2

Conta: 000010018155-4

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em:

www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,



Rio de Janeiro, 06 de Novembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190578511

Vítima: UARLEI MELO ROCHA

Data do Acidente: 03/08/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA

Assunto: REANÁLISE DO PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), UARLEI MELO ROCHA

Após revisão da Análise Médica Documental ou perícia em 04/11/2019, verificou-se que a lesão permanente apresentada já foi adequadamente indenizada, nos termos da Lei nº 6.194, de 1974, não tendo sido identificado agravamento da invalidez permanente da vítima, ou nova lesão permanente decorrente do mesmo acidente de trânsito.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para você



Rio de Janeiro, 21 de Novembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190578511

Vítima: UARLEI MELO ROCHA

Data do Acidente: 03/08/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA

Assunto: REANÁLISE DO PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), UARLEI MELO ROCHA

Após revisão da Análise Médica Documental ou perícia em 19/11/2019, verificou-se que a lesão permanente apresentada já foi adequadamente indenizada, nos termos da Lei nº 6.194, de 1974, não tendo sido identificado agravamento da invalidez permanente da vítima, ou nova lesão permanente decorrente do mesmo acidente de trânsito.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para você



Rio de Janeiro, 03 de Dezembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190578511

Vítima: UARLEI MELO ROCHA

Data do Acidente: 03/08/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA

Assunto: REANÁLISE DO PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), UARLEI MELO ROCHA

Após revisão da Análise Médica Documental ou perícia em 02/12/2019, verificou-se que a lesão permanente apresentada já foi adequadamente indenizada, nos termos da Lei nº 6.194, de 1974, não tendo sido identificado agravamento da invalidez permanente da vítima, ou nova lesão permanente decorrente do mesmo acidente de trânsito.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para você

Rio de Janeiro, 06 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do
Seguro DPVAT: 3190578511 Vítima: UARLEI MELO ROCHA

Data do Acidente: 03/08/2019 Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA

Assunto: REANÁLISE DO PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), UARLEI MELO ROCHA

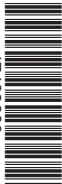
Após revisão da Análise Médica Documental ou perícia em 03/01/2020, verificou-se que a lesão permanente apresentada já foi adequadamente indenizada, nos termos da Lei nº 6.194, de 1974, não tendo sido identificado agravamento da invalidez permanente da vítima, ou nova lesão permanente decorrente do mesmo acidente de trânsito.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para você

Pag. 01453/01454 - carta_09 - INVALIDEZ



Carta nº 15327018

Rio de Janeiro, 22 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do
Seguro DPVAT: 3190578511 Vítima: UARLEI MELO ROCHA

Data do Acidente: 03/08/2019 Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA

Assunto: REANÁLISE DO PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), UARLEI MELO ROCHA

Após revisão da Análise Médica Documental ou perícia em 21/01/2020, verificou-se que a lesão permanente apresentada já foi adequadamente indenizada, nos termos da Lei nº 6.194, de 1974, não tendo sido identificado agravamento da invalidez permanente da vítima, ou nova lesão permanente decorrente do mesmo acidente de trânsito.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para você

Pag. 01749/01750 - carta_09 - INVALIDEZ



Carta nº 15402739

PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☐ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL:

3 - CPF da vítima:

098.441.844-01

4 - Nome completo da vítima:

Varlei Melo Rocha

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo:

Varlei Melo Rocha

6 - CPF:

098.441.844-01

7 - Profissão:

lavrador

8 - Endereço:

Rua Santo Antonio

9 - Número:

SIN

10 - Complemento:

rua

11 - Bairro:

zona rural

12 - Cidade:

Monte Alegre D. S. George

13 - Estado:

SE

14 - CEP:

49.690-000

15 - E-mail:

marceloelicio@gmail.com

16 - Tel. (DDD):

99.9918.9204

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAÍS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal:

18 - CPF do Representante Legal:

19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☒ RECUSO INFORMAR

☐ R\$1.00 A R\$1.000,00

☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00

☐ SEM RENDA

☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00

☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS:

☐ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO

☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAÍS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237)

☐ Itaú (341)

☒ Banco do Brasil (001)

☐ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA: 0612

2

CONTA: 1855

2

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

AGÊNCIA:

CONTA:

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima:

☐ Solteiro

☐ Casado (no Civil)

☐ Divorciado

☐ Separado Judicialmente

☐ Viúvo

24 - Data do óbito da vítima:

25 - Grau de Parentesco com a vítima:

26 - Vítima deixou companheiro(a):

☐ Sim

☐ Não

27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos?

☐ Sim

☐ Não

29 - Se tinha filhos, informar Vivos:

Falecidos:

30 - Vítima deixou nascituro (vai nascer)?

☐ Sim

☐ Não

31 - Vítima teve irmãos?

☐ Sim

☐ Não

32 - Se tinha irmãos, informar Vivos:

Falecidos:

33 - Vítima deixou pais/avós vivos?

☐ Sim

☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

35 - Nome legível de quem assina a rogo/a pedido

36 - CPF legível de quem assina a rogo/a pedido

37 - (*) Assinatura de quem assina a rogo/a pedido

38 - 1ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data,

Monte Alegre D. S. George 02.10.19

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
04/10/2019 - Autoatendimento - 12:54:17
061274317 0491

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM POUPANCA - CHEQUE

FAVORECIDO	UARLEI MELO ROCHA
AGENCIA:	0612-2
CONTA:	18.155-2
VARIACAO	51
VALOR *	5,00
NR. ENVELOPE	1.036.869.418

* Acolhido em: 04/10/2019, na Agência 0612-2.

DECLARO-ME CIENTE E DE ACORDO QUE OS
CREDITOS EM POUPANCA EFETUADOS A PARTIR
DE 04/05/2012 ESTAO DISCIPLINADOS
PELA MEDIDA PROVISORIA 567/2012.

*VALOR SUJEITO A CONFERENCIA

Depositos realizados durante o expediente
bancario serao conferidos e processados
ate as 23h59 do mesmo dia. Apes o expediente
bancario, aos sabados, domingos e feriados,
ate as 23h59 do primeiro dia util subsequente.

Cheques estao sujeitos aos prazos legais de
compensacao e devolucao.

Se houver divergencia no valor depositado,
o envelope sera processado pelo valor
apurado. Envelopes vazios nao serao abertos
e permanecerao disponiveis por 60 dias na
agencia onde foi depositado, para visualizacao.

Acompanhe o processamento do seu deposito nos
canais BB na opcao "Consulta Envelope":
Aplicativo BB / www.bb.com.br / Caixa Eletronica
Central de atendimento BB: 4003-0148
(capitais e regioes metropolitanas)
ou 0800-729-0148 (demais localidades).

Leia no verso como conservar este documento,
entre outras informacoes.



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA PLANTONISTA - NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - NOSSA SENHORA
DA GLÓRIA - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 093867/2019-A02

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 19/09/2019 13:54 Data/Hora Fim: 19/09/2019 13:55
Delegado de Polícia: Samuel Souza de Brito Oliveira

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Plantonista - Nossa Senhora da Glória
Data/Hora do Fato: 03/09/2019 18:30

Local do Fato

Município: Nossa Senhora da Glória (SE)
Logradouro: Rodovia que liga as cidades de Glória a Monte Alegre nas proximidades da
Ponto de Referência: vila dos padres
Tipo do Local: Via Pública

Bairro: Povoado
Nº: sn
CEP: 49.680-000

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1095: Auto lesão - Acidente de trânsito	Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: UARLEI MELO ROCHA (COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: AL - Arapiraca
Profissão: Marinheiro
Estado Civil: Casado(a)
Nome da Mãe: JANICLEIDE VIEIRA DE MELO

Sexo: Masculino Nasc: 03/03/1992
Escolaridade: Ensino Médio Incompleto

Nome do Pai: HUMBERTO DIONÍSIO ROCHA

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 098.441.844-01
RG - Carteira de Identidade: 37945858

Endereço

Município: Canindé de São Francisco - SE
Logradouro: RUA D
Bairro: CENTRO
Telefone: (79) 98864-7927 (Celular)

Nº: SN
CEP: 49.820-000



Nome Civil: WESLEY MELO ROCHA (COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: SE - Ribeirópolis
Profissão: Agricultor
Estado Civil: Solteiro(a)
Nome da Mãe: Janicleide Vieira de Melo

Sexo: Masculino Nasc: 21/05/1998
Escolaridade: Ensino Médio Incompleto

Nome do Pai: Humberto Dionizio Rocha

Endereço

Município: Monte Alegre de Sergipe - SE
Logradouro: Povoado Santo Antônio
Telefone: (79) 9635-9427 (Celular)

Nº: sn
CEP: 49.690-000

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Nenhum Objeto Informado



Delegado de Polícia Civil: Samuel Souza de Brito Oliveira
Impresso por: Jose Carlos Ribeiro Santos
Data de Impressão: 19/09/2019 13:56
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA PLANTONISTA - NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - NOSSA SENHORA
DA GLÓRIA - SE

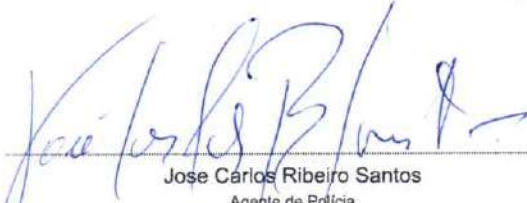
BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 093867/2019-A02

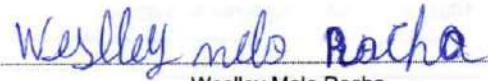
RELATO/HISTÓRICO

Relatam os comunicantes UARLEI MELO ROCHA (CPF 098.441.844-01) E WESLEY MELO ROCHA (067.497.134-59), que no dia 03/08/2019 por volta das 18:30, estavam na cidade de Nossa Senhora da Glória e seguiam para a casa de seus pais localizada no Povoado Santo Antônio (Taxas) na cidade de Monte Alegre (SE). QUE seguiam pela rodovia que liga as cidades de Glória a Monte Alegre, em uma motocicleta Honda CG 150, de cor preta, placa OER-2913, chassi 9C2KC1660DR536821, conduzida por UARLEI e WESLEY o acompanhava na garupa. QUANDO nas proximidades da Localidade conhecida como "Vila dos Padres", povoado de Glória, um buraco na pista fez com que perdessem o controle da motocicleta e ambos caíram ao chão, sofrendo um acidente. QUE foram socorridos por um vizinho que os trouxeram para o Hospital de Glória, onde receberam os primeiros atendimentos e foram levados/encaminhados de SAMU para o HUSE em Aracaju. Informa UARLEI que sofreu fratura exposta em dois lugares na tíbia da perna direita, a operou e ficou internado por aproximadamente 12 dias no HUSE. Informa WESLEY que fraturou a escápula e borda superior esquerda e ficou internado por cerca de oito dias no HUSE. Registram o fato para acionarem o seguro DPVAT. Que a motocicleta envolvida no acidente está registrada em nome de JOSE ILDO DOS SANTOS, CPF 924.553.875-34.

ASSINATURAS


Jose Carlos Ribeiro Santos
Agente de Polícia
Matrícula 925

Responsável pelo Atendimento


Wesley Melo Rocha

(Comunicante)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que del origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa do Crime cu de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☐ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL:

3 - CPF da vítima:

098.441.844-01

4 - Nome completo da vítima:

Varlei Melo Rocha

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo:

Varlei Melo Rocha

6 - CPF:

098.441.844-01

7 - Profissão:

lavrador

8 - Endereço:

Rua Santo Antonio

9 - Número:

SIN

10 - Complemento:

rua

11 - Bairro:

zona rural

12 - Cidade:

Monte Alegre D. S. George

13 - Estado:

SE

14 - CEP:

49.690-000

15 - E-mail:

marceloelicio@gmail.com

16 - Tel. (DDD):

99.9918.9204

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAÍS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal:

18 - CPF do Representante Legal:

19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☒ RECUSO INFORMAR

☐ R\$1.00 A R\$1.000,00

☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00

☐ SEM RENDA

☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00

☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS:

☐ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO

☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAÍS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237)

☐ Itaú (341)

☒ Banco do Brasil (001)

☐ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA: 0612

2

CONTA: 1855

2

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

AGÊNCIA:

0

0

CONTA:

0

0

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima:

☐ Solteiro

☐ Casado (no Civil)

☐ Divorciado

☐ Separado Judicialmente

☐ Viúvo

24 - Data do óbito da vítima:

25 - Grau de Parentesco com a vítima:

26 - Vítima deixou companheiro(a):

☐ Sim

☐ Não

27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos?

☐ Sim

☐ Não

29 - Se tinha filhos, informar Vivos:

Falecidos:

30 - Vítima deixou nascituro (vai nascer)?

☐ Sim

☐ Não

31 - Vítima teve irmãos?

☐ Sim

☐ Não

32 - Se tinha irmãos, informar Vivos:

Falecidos:

☐ Sim

☐ Não

33 - Vítima deixou pais/avós vivos?

☐ Sim

☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

35 - Nome legível de quem assina a rogo/a pedido

36 - CPF legível de quem assina a rogo/a pedido

37 - (*) Assinatura de quem assina a rogo/a pedido

38 - 1ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data,

Monte Alegre D. S. George 02.10.19

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
04/10/2019 - Autoatendimento - 12:54:17
061274317 0491

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM POUPANCA - CHEQUE

FAVORECIDO	UARLEI MELO ROCHA
AGENCIA:	0612-2
CONTA:	18.155-2
VARIACAO	51
VALOR *	5,00
NR. ENVELOPE	1.036.869.418

* Acolhido em: 04/10/2019, na Agência 0612-2.

DECLARO-ME CIENTE E DE ACORDO QUE OS
CREDITOS EM POUPANCA EFETUADOS A PARTIR
DE 04/05/2012 ESTAO DISCIPLINADOS
PELA MEDIDA PROVISORIA 567/2012.

*VALOR SUJEITO A CONFERENCIA

Depositos realizados durante o expediente
bancario serao conferidos e processados
ate as 23h59 do mesmo dia. Apos o expediente
bancario, aos sabados, domingos e feriados,
ate as 23h59 do primeiro dia util subsequente.

Cheques estao sujeitos aos prazos legais de
compensacao e devolucao.

Se houver divergencia no valor depositado,
o envelope sera processado pelo valor
apurado. Envelopes vazios nao serao abertos
e permanecerao disponiveis por 60 dias na
agencia onde foi depositado, para visualizacao.

Acompanhe o processamento do seu deposito nos
canais BB na opcao "Consulta Envelope":
Aplicativo BB / www.bb.com.br / Caixa Eletronica
Central de atendimento BB: 4003-0148
(capitais e regioes metropolitanas)
ou 0800-729-0148 (demais localidades).

Leia no verso como conservar este documento,
entre outras informacoes.

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 23/10/2019

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 2.362,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: UARLEI MELO ROCHA

BANCO: 001

AGÊNCIA: 00612-2

CONTA: 000010018155-4

Nr. da Autenticação 28EC6FE5B74C95F3

HUMBERTO DIONIZIO ROCHA
POV SANTO ANTONIO, S/N / RESIDENCIAL - AREA RURAL
MONTE ALEGRE DE SERGIPE / SE CEP 49800000 (A/C 240)

Ligação MONOFÁSICO
Clt/Soc RES MTC B1 / RESIDENCIAL - BARRA RENDUA
Roteiro 3-420-280-730 Referência Ago/2019
Medidor N5032148999 Emissão 14/08/2019

Energisa
ENERGISA SERGIPE-DISTRIB ENERGIAS SA
Rua Min Apolonia Sales, 91 - Inácio Barboza
Aracaju/SE-CEP 49040-150

CNPJ 13.017.462/0001-63 Insc Est 270.767.436
Nota Fiscal Conta de Energia Elétrica Nº 016 052 585
Cód para Deb. Automático: 0000571152

Atendimento ao Cliente **ENERGISA 08000 79 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Ago / 2019	14/08/2019	13/09/2019	677.795.144-04

UC (Unidade Consumidora): **3/657115-2**

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 28 de abril de 2002.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
15/07/19	8617	14/08/19	8621	1	304	30

Demonstrativo		Quantidade	Tarifa U	Valor Base	Cov. Alq.	Imposto (R\$)	Base Calc.	Pis (R\$)	Cofins (R\$)
				Tributo Total (R\$)	ICMS (R\$)	Pis (R\$)	Cofins (R\$)		
0601	Consumo até 30kWh-BR	30,000	0,258940	7,79	7,79	27	2,10	7,79	0,67
0601	Consumo - 31 a 100kWh-BR	70,000	0,445630	31,18	31,18	27	8,42	31,18	0,26
0601	Consumo - 101 a 220kWh-BR	120,000	0,868480	58,21	58,21	27	16,05	58,21	0,71
0601	Consumo acima de 220kWh-BR	64,000	0,742740	62,38	62,38	27	16,24	62,38	0,55
0601	Adic. B. Amarela			2,85	2,85	27	0,78	2,85	0,02
0601	Adic. B. Vermelha			6,87	6,87	27	1,90	6,87	0,08
0610	Subsídio			46,59	46,59	27	12,56	46,59	0,41
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0807	CONTRIB LUM PUBLICA			26,27	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 07/2019			2,52	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 07/2019			7,21	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0899	PARCELAMENTO DES. 04/4			64,74	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0999	BONUS ITAFULE 10 438/2002 07/2019			-0,54	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0999	ATUALIZAÇÃO MONETARIA 07/2019			0,30	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0906	Devolução Subsídio			-31,79	0,00	0	0,00	0,00	0,00
CCI Código de Classificação do Item				TOTAL					
Tarifa s/ Tributos Até 30kWh 0,170850				Até 100kWh 0,203180	Até 220kWh 0,454770		64,17	237,59	2,10
									0,70
									Acima de 220kWh 5,505310

Média últimos meses (kWh) **384**

VENCIMENTO 21/08/2019

TOTAL A PAGAR R\$ 336,49

Histórico de Consumo (kWh)

343	1	374	1	423	1	469	1	546	1	594	1	642	1	691	1	739	1	787	1	835	1	883	1	931	1	979	1	1027	1	1075	1	1123	1	1171	1	1219	1	1267	1	1315	1	1363	1	1411	1	1459	1	1507	1	1555	1	1603	1	1651	1	1699	1	1747	1	1795	1	1843	1	1891	1	1939	1	1987	1	2035	1	2083	1	2131	1	2179	1	2227	1	2275	1	2323	1	2371	1	2419	1	2467	1	2515	1	2563	1	2611	1	2659	1	2707	1	2755	1	2803	1	2851	1	2899	1	2947	1	2995	1	3043	1	3091	1	3139	1	3187	1	3235	1	3283	1	3331	1	3379	1	3427	1	3475	1	3523	1	3571	1	3619	1	3667	1	3715	1	3763	1	3811	1	3859	1	3907	1	3955	1	4003	1	4051	1	4099	1	4147	1	4195	1	4243	1	4291	1	4339	1	4387	1	4435	1	4483	1	4531	1	4579	1	4627	1	4675	1	4723	1	4771	1	4819	1	4867	1	4915	1	4963	1	5011	1	5059	1	5107	1	5155	1	5203	1	5251	1	5299	1	5347	1	5395	1	5443	1	5491	1	5539	1	5587	1	5635	1	5683	1	5731	1	5779	1	5827	1	5875	1	5923	1	5971	1	6019	1	6067	1	6115	1	6163	1	6211	1	6259	1	6307	1	6355	1	6403	1	6451	1	6499	1	6547	1	6595	1	6643	1	6691	1	6739	1	6787	1	6835	1	6883	1	6931	1	6979	1	7027	1	7075	1	7123	1	7171	1	7219	1	7267	1	7315	1	7363	1	7411	1	7459	1	7507	1	7555	1	7603	1	7651	1	7699	1	7747	1	7795	1	7843	1	7891	1	7939	1	7987	1	8035	1	8083	1	8131	1	8179	1	8227	1	8275	1	8323	1	8371	1	8419	1	8467	1	8515	1	8563	1	8611	1	8659	1	8707	1	8755	1	8803	1	8851	1	8899	1	8947	1	8995	1	9043	1	9091	1	9139	1	9187	1	9235	1	9283	1	9331	1	9379	1	9427	1	9475	1	9523	1	9571	1	9619	1	9667	1	9715	1	9763	1	9811	1	9859	1	9907	1	9955	1	10000	1
-----	---	-----	---	-----	---	-----	---	-----	---	-----	---	-----	---	-----	---	-----	---	-----	---	-----	---	-----	---	-----	---	-----	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	------	---	-------	---

RESERVADO AO FISCO

e350.914c.88f1.5161.3112.c1e1.05af.26e3.

Indicadores de Qualidade 6/2019-MONTEALEGRE

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	11,59	0,00	
DIC TRIMESTRAL	23,19		
DIC ANUAL	46,38		
FIC MENSAL	7,67	0,00	NOMINAL 127
FIC TRIMESTRAL	15,34		
FIC ANUAL	30,69		
OMIC	5,39	0,00	CONTRATADA 117
OMIC	10,80		LIMITE INFERIOR 125
			LIMITE SUPERIOR 129

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia/SE	45,11	13,41
Consumo de Energia	71,36	21,18
Serviços de Transmissão	4,41	1,31
Encargos Setoriais	9,02	2,68
Impostos Diretos e Encargos	112,27	33,31
Outros Serviços	54,74	16,11
Total	337,03	100,00

Valor de EVSD (Ref. 6/2019) R\$ 76,13

ATENÇÃO

- Faturas Anteriores Parceladas, conforme contrato firmado.
- Sua unidade foi faturada como Barra Renda, tendo um desconto de R\$31,70.
- Atenção: A responsabilidade pela iluminação pública é da prefeitura do município.
- Leitura confirmada

Faturas em atraso

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL

00190.00009 03087.893008 02355.896172 2 79880000033649

PAGADOR HUMBERTO DIONIZIO ROCHA - CPF/CNPJ 677.795.144-04

POV SANTO ANTONIO, S/N / RESIDENCIAL - AREA RURAL - MONTE ALEGRE DE SERGIPE / SE CEP 49800000

Nosso Nr	Nr. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
30878930002355895	000657115201908	21/08/2019	R\$ 336,49	

BENEFICIÁRIO ENERGISA SERGIPE-DISTRIB ENERGIAS SA CNPJ 13.017.462/0001-63

Rua Min Apolonia Sales, 91 - Inácio Barboza - Aracaju / SE - CEP 49040-150

Agência / Código do beneficiário: 3086-3/178003-4



JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA
RUA DOS SILOS, 0217 / CASA A - SILOS
NOSSA SENHORA DA GLORIA / SE CEP 48800000 (AQ 432)



Ligação: BIFÁSICO
Clas/Sbc: RES NTC B1 / RESIDENCIAL-RESIDENCIAL
Roteiro: 5-430-340-7381 Referência: Set / 2019
Medidor: E6003349123 Emissão: 10/09/2019

ENERGISA SERGIPE-DISTRIB ENERGIA SA
Rua Min Apolônio Sales, 81 - Inac e Barroca
Aracaju/SE - CEP 49040-150
CNPJ 13.017.482/0001-83 Insc. Est. 270.767.438
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 016.754.372
Chf. por Dist. Automática: 00009127879

Atendimento ao Cliente ENERGISA 08000 79 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Set / 2019	10/09/2019	10/10/2019	020.003.676-00 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 3/912787-9

Canal de contato

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data: 09/09/19 Leitura: 8954	Data: 10/09/19 Leitura: 9421	1	67	32

Demonstrativo		Quantidade	Tarifa (r)	Valor Base (R\$)	Alug. (R\$)	Base Calc. (R\$)	Base Calc. (R\$)	Base Calc. (R\$)	Base Calc. (R\$)
		Tributos Total (R\$)		ICMS (R\$)	ICMS	Pol. (R\$)	Pol. (R\$)	Pol. (R\$)	Pol. (R\$)
0801	Consumo em kWh	57,000	0,747530	50,08	50,08	25	12,52	50,08	0,36
0801	Adic. B. Vermêda	3,77	0,77	25	0,94	3,77	0,02	0,12	
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0807	CONTRIB. LUM. PUBLICA	0,78	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0804	J. PROS. DE MORA DB/2018	0,07	0,06	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 09/2019	0,84	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CCI Código de Classificação do Item	TOTAL	63,52	63,52	19,46	59,95	0,99	1,77
Tarifa de Tributos	0,590120						

Média últimos meses (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
90	17/09/2019	R\$ 63,52

Histórico de Consumo (kWh)											
59	74	99	76	73	120	172	128	79	79	75	64
Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19

RESERVADO AO FISCO
568e.be59.14a4.50d3.0764.f484.abc9.8090.

Indicadores de Qualidade		7/2019 - NOSSA SENHORA DA GLORIA	
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	
DIC MENSAL	6,15	3,92	
DIC TRIMESTRAL	12,30		
DIC ANUAL	24,60		
FIC MENSAL	3,38	1,00	
FIC TRIMESTRAL	8,72		
FIC ANUAL	13,45		
DMIC	3,83	0,00	
DICRI	12,22		

Composição do Consumo		
Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Dist. de Energia/SE	13,30	20,94
Compra de Energia	20,99	33,04
Serviço de Transmissão	1,80	2,83
Encargos Setoriais	2,82	4,44
Impostos Diretos e Encargos	25,29	39,80
Dúvidas: Serviços	0,00	0,00
Total	63,52	100,00

Valor do R/SD (R\$) 7/2019: R\$ 21,26

ATENÇÃO

Atenção: A responsabilidade pela iluminação pública é da prefeitura do município.

Faturas em atraso

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL
00190.00009 03087.893008 02808.547174 8 80150000006352

PAGADOR: JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA - CPF/CNPJ: 022.603.675-00
RUA DOS SILOS, 0217 / CASA A - SILOS - NOSSA SENHORA DA GLORIA / SE CEP 48800000

Nosso Nr	Nr. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
39578830002306547	000012767201909	17/09/2019	R\$ 63,52	

BENEFICIÁRIO: ENERGISA SERGIPE-DISTRIB ENERGIA SA CNPJ 13.017.482/0001-83
Rua Min Apolônio Sales, 81 - Inac e Barroca - Aracaju/SE - CEP 49040-150

Agência / Código do beneficiário: 3064-3/178003-4

Este documento é uma cópia impressa e não substitui o documento original. A validade deste documento é de 90 dias a partir da data de emissão. Após este prazo, o documento não poderá ser utilizado para fins de comprovação.

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECAWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF²**.

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº9.613/98.

Pelo exposto, eu Jose Marcos D.O. Rocha inscrito (a) no CPF sob o Nº 020.003.675/00 na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Varlei Melo Rocha inscrito (a) no CPF sob o Nº 098.441.844/01, do sinistro de DPVAT cobertura invalidadez da Vítima Varlei Melo Rocha, inscrito (a) no CPF sob o Nº 098.441.844/01, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço <u>Rua Dos Gileos</u>		Número <u>217</u>	Complemento <u>Secretario</u>
Bairro <u>Brasilia</u>	Cidade <u>J. Gra Da Gloria</u>	Estado <u>SE</u>	CEP <u>49.680-000</u>
Email <u>marcosdugloria@gmail.com</u>	Telefone comercial(DDD) <u>79.99189207</u>	Telefone celular (DDD) <u>79.99252568</u>	

J. Gra Da Gloria de 02 de 10 de 19
Local e Data

Jose Marcos de Gloria Rocha
Assinatura do Declarante

NOME DO PACIENTE: VALERIO ALEO MCHT

DATA DA ENTRADA: 24 / 07 / 2014

DATA DA SAÍDA: 18 / 08 / 2019.

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAÇÃO: PS (4) ENFERMARIA (6) UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Phosphorus was added to the system as the
rate of transfer, approximately 150 mg per
24 hrs

For TV 707922, 729792, & 741122, 741122, 741122
For 741122, 741122, 741122, 741122, 741122

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

24/08/2019: F1212 EXTRA 3 F1212 12 518/12

16/05/19 : 25501111111111111111 25 25501111111111111111 25 25501111111111111111

EXAMES COMPLEMENTARES:

1910 X : Pm 20 m T/312

MÉDICOS ASSISTENTES:

Mr 5173 8/2/50

15E-41U 2017 460

CONDIÇÕES DE ALTA: **MELHORADO** (☒) **TRANSFERIDO** (☐) **ÓBITO** (☐)

ARACAJU, 09 de 09 de 2019

Dr. Silvio C. V. Almeida
SAMA / HUSE
CRM 2510

Nascimento + Vórtice. Alineia a 2ª parte. Condição de

2

MS/DATASUS

HOSPITAL DE URGENCIAS DE SERGIPE - HUSE

No. DO BE: 31337

DATA: 04/08/2019

HORA: 00:42

USUARIO: RPSANTOS

CNS:

SETOR: 06-SUTURA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : UARLEI MELO ROCHA
IDADE.....: 27 ANOS NASC: 03/03/1992
ENDereco.....: AVENIDA JOAO ALVES FILHO
COMPLEMENTO....: BAIRRO: CENTRO
MUNICIPIO.....: CANINDE DE SAO FRANCISCO UF: SE
NOME PAI/MAE...: HUMBERTO DIONISIO ROCHA /JANICLEIDE VIEIRA DE MELO
RESPONSAVEL....: TRAZIDO PELO SAMU (ESPOSA - RIZEKELLE) TEL....: 79.99938.
PROCEDENCIA....: CANINDE DO SAO FRANCISCO-SE 162
ATENDIMENTO....: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: SIM

PA: [X] mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS: 00:40

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

Último de queda de moto com trauma em membros, trazido pelo SAMU da
UPA de Jaboatão para avaliação nos Cuidados e ortopedista. Refere uso de álcool e de capote
segurantes após trauma com fratura exposta no punho (D) e FCCs em MSD e joelho (E)
ANOTACOES DA ENFERMAGEM: Ao chegar, 6:00, exposto, em MV, SNA, ACV BOMAS 27.1.
A330M2. Semicoma, fútil, insólito (D) vias aéreas, fútil, insólito (E) entalado no punho
DOP. (B) Respiração normal (D) ECG 15

DIAGNOSTICO: Politrauma

CID: (E) fratura exposta de MSD
+ FCC MSD e joelho (E)

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

(1) Solicito Av. de Ortopedia.

(2) Solicito Neurologia de Tórax AP (Suspenso)

(3) Manter 12mg, + med de 18 a 24h, IV, se dor.

(4) Antidépresse, comissão, fratura de FCCs em joelho (E) e fratura de punho (D) (DOP) fútil

DATA DA SAIDA: / /

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA

HORA DA SAIDA: :

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS

[] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

(5) Solicito Av. de Neuro Cirurgia

(6) vs fratura (fratura de 1/2)

TRANSFERENCIA DE ATENDIMENTO - PS

RECEBIDO: 3756

DATA: 04/08/19

HORARIO: 00:42

Edeleverton B. Dantas
MR CIRURGIA GERAL HUSE
CRM 5954

Dr. Thiago F. Nascimento
Neurologia e Traumatologia
RPMSE 3702 CRM/SP 117789

HUSE

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

HUSE
ULTRASONOGRAFIA
EXAME(S) REALIZADO(S)

Data: 03/10/19

Horário: 02:40

Médico: *Thy*

US FAIS

Negativo

Dr. Vitor Kário M. Bezerra
Ultrassonografia Geral
CRM - SE 26400Fundação
Hospitalar
da Saúde**FICHA DE ATENDIMENTO****ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO - SISTEMA DE MANCHESTER**

NOME DO PACIENTE (Sem abreviações):

REGISTRO:

IDADE:

ETNIA:

DATA: / /

DATA DE NASCIMENTO

NOME DA MÃE:

HORA:

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

SITUAÇÃO / QUEIXA:

*Alto risco, alagado e capote. Vem com
6.5. 1.5. isocorico. 1. defect*

FLUXOGRAMA:

DISCRIMINADOR:

ALÉRGICAS (MEDICAMENTOS E ALIMENTOS):

*Alto de risco. 1. fratura
no colo do fêmur. 1. fratura*

VERMELHO	LARANJA	AMARELO	VERDE	AZUL
<i>Alto da net</i>	MUITO URGENTE	URGENTE	POUCO URGENTE	NÃO URGENTE
0 MIN	10 MIN	60 MIN	120 MIN	240 MIN

OBSERVAÇÃO:

Dr. Breno W. M. Guedes
Neurocirurgia
CRM-SE 5843*Alto da net. 1. fratura
no colo do fêmur. 1. fratura*

DESTINO / ENCAMINHAMENTO:

entrou no sistema de saúde (1)

ENF.:

COREN:

Dr. Thiago F. Nascimento
Ortopedia e Traumatologia
CRM-SE 17.789

ASSINATURA:

Edicleverton B. Dantas
MR-CIRURGIA GERAL HUSE
CRM 5954

COORDENADOR:

RECLASSIFICAÇÃO PARA A PRIORIDADE:

DISCRIMINADOR

às h min.

DATA: / /

HORA: h

ENF.:

COREN:

CONFIRMADA IDENTIFICAÇÃO COM O PACIENTE / FAE / PULSEIRA? (S/N)

COLOCADA PULSEIRA? (S/N)

EM QUAL MEMBRO? (PULSO E / PULSO D / TORNOZELO E / TORNOZELO D)

RELATÓRIO DE TRANSFERÊNCIA

UNIDADE DE ORIGEM

HOSPITAL REGIONAL GOV. JOÃO ALVES FILHO - N. S^a DA GLÓRIA/SE

UNIDADE PARA REFERÊNCIA

MUSE - VERDE PRIMA DR. AGOS

ENDEREÇO DA UNIDADE DE REFERÊNCIA

ESTAMOS ENCAMINHANDO O PACIENTE

VARLEY MERO ROLINS

SEXO

M

NASCIDO EM

27e

MATRÍCULA

CUJO PROBLEMA DE SAÚDE NECESSITA DE UM TIPO DE ATENDIMENTO QUE ESTA UNIDADE NÃO OFERECE.

MOTIVO DA CONSULTA / IMPRESSÕES DIAGNÓSTICAS OU PROBLEMAS IDENTIFICADOS

Paciente diabético rotina de glicose de rotina
sem capote c/ fratura externa de punho direito.
Consciente, orientado. Mucosa úmida e língua no bord.
ECG-15 PA=140x90mmHg SAT 98% ex orientado
FC=92bpm

ESTUDOS A QUE FOI SUBMETIDO O PACIENTE, SEUS RESULTADOS E CONDUTA ADOTADA (RESUMO DOS PRINCIPAIS ACHADOS DO EXAME CLÍNICO E DOS EXAMES COMPLEMENTARES REALIZADOS ANTES DA SOLICITAÇÃO DO ENCAMINHAMENTO)

- SRL 2000 ml (60) 136mm
- Pâncreas Ovar (6)
- Diferença dos (6)

MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO

Receber 2g (6)

→ Rx de punho direito → fratura de tíbia direita.
Sintomas de dor e inchaço

DATA DO ENCAMINHAMENTO

03, 09, 19

Dr. Antônio C. Pedrosa Neto
Clínica Médica
CRM/AL 4870

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO

CHECKLIST DE CIRURGIA SEGURA



ANTES DA INDUÇÃO ANESTÉSICA

		SIM	NÃO	N
1	Dados pessoais confirmados com o paciente+equipe+prontuário+pulseira	X		
2	Procedimento/sítio cirúrgico confirmado com paciente+equipe+prontuário+exames	X		
3	Termo de consentimento assinado			
4	Checado funcionamento do equipamento anestésico	X		A
5	Alergias conhecidas: <u>Diperona + Propofol</u>	X		
6	Via aérea difícil e/ou risco de broncoaspiração Se SIM, os materiais devem estar disponíveis em sala	X		
7	Avaliado risco de perda sanguínea > 500ml (7ml/kg em crianças) Se SIM, paciente deve ter 2 AVP calibrosos punccionados ou CVC e fluido previsto em sala		X	

ANTES DA INCISÃO CIRÚRGICA

		SIM	NÃO	N
8	Todos os membros da equipe se apresentam informando nome e função	X		
9	Equipe confirma nome do paciente, local da cirurgia e procedimento	X		
10	Imagens essenciais disponíveis na sala operatória	X		
11	Antibioticoprofilaxia administrada nos últimos 60min.	X		
12	Materiais e implantes no prazo de validade	X		

ANTES DO PACIENTE SAIR DA SALA DE OPERAÇÃO

		SIM	NÃO	N
13	Contagem de instrumentais, compressas e agulhas estão corretas	X		
14	Biópsia identificada com: Nome completo, data de nascimento, nº do prontuário, cirurgião e data do procedimento. Nº de amostras		X	
15	Identificados problemas com equipamentos durante o procedimento		X	
16	Recomendações especiais para o pós operatório		X	

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

HORA	REGISTRO	ASSINATURA
8:30	Paciente admitido neste setor de SOB não causou nenhum dano ao membro superior direito. Foi realizado o exame físico e o paciente foi encaminhado para a sala de cirurgia. Foi realizado o procedimento cirúrgico. Foi realizado o procedimento cirúrgico. Foi realizado o procedimento cirúrgico.	
9:00	Fim da anestesia raquídea. Foi realizado o procedimento cirúrgico. Foi realizado o procedimento cirúrgico. Foi realizado o procedimento cirúrgico.	
9:30	Fim do procedimento cirúrgico. Foi realizado o procedimento cirúrgico. Foi realizado o procedimento cirúrgico. Foi realizado o procedimento cirúrgico.	
10:15	Fim do procedimento cirúrgico. Foi realizado o procedimento cirúrgico. Foi realizado o procedimento cirúrgico. Foi realizado o procedimento cirúrgico.	
11:00	Paciente encaminhado para a SRPA. Foi realizado o procedimento cirúrgico. Foi realizado o procedimento cirúrgico. Foi realizado o procedimento cirúrgico.	

ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

QUEIXA

PROFISSÃO:

ANAMNESE DE ENFERMAGEM

HORÁRIO:

TIPO

ALERTA/ORIENTADO ☐ LETARGICO ☐ OBNUBILADO ☐ TORPOROSO ☐ COMATOSO ☐ OUTROS ☐

HISTORIA PREGRESSA

☐ DIABETES ☐ HIPERTENSÃO ARTERIAL ☐ CARDIOPATIA ☐ AVC ☐ OUTROS:
QUAIS:

ALERGIAS / INTOLERÂNCIA

SIM ☒ NÃO ☐

QUAIS:

DIPLOMA

MEDICAMENTO EM USO

SIM ☐ NÃO ☐

QUAIS:

SINAIS VITAIS

Glicose mg/dl Pressão Arterial / mmHG Frequência Cardíaca bpm Temperatura °C Frequência Respiratória irpm Saturação de Oxigênio % Peso kg

RISCO:

VERMELHO ☐AMARELO ☐VERDE ☐AZUL ☐

OBSERVAÇÃO:

Ass. Enfermeiro(a) / Carimbo

ATENDIMENTO MÉDICO

PRESCRIÇÃO MÉDICA:

EVOLUÇÃO MÉDICA

REGISTRO DE ENFERMAGEM

03/08/19. Paciente com uma apresentação
 várias alterações com contusão PEI e
 instabilidade postural. ECE/5. PA: 140 x 100 mmHg, SPO2 98%
 FC - 98 bpm, mantendo para HUSC
 21:05h Realizado AVP em HSD (dorso da mão) com furo
 18. instalo SE 0.9% + Thonol e administre medicamento
 EV e IN conforme prescrição médica
 Realizo cateterismo vesical N° 16 com retorno
 normal apresentando leve hematuria
 A 22:00h Ref. Trabalho para SPML
 Assinatura e Carimbo

HORÁRIO DE SAÍDA:

22:00

Assinatura e Carimbo

FICHA DE PRONTO ATENDIMENTO

NUMERO DA FICHA		DATA		HORA	
		3/8/2019		20:31	
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE					
NOME:		UARLEI MELO ROCHA		NASC:	3/3/1992
RG:		3798588			
CARTÃO SUS:	0	IDADE:	27	SEXO:	<input checked="" type="checkbox"/> MASC <input type="checkbox"/> FEM
ENDEREÇO:	POVOADO TAXAS		Nº	0	BAIRRO:
MUNICÍPIO:		MONTE ALEGRE		UF:	SE
CEP:		49690 000			
MÃE:	JANICLEIDE VIEIRA DE MELO		PAI:	HUMBERTO DIONIZIO ROCHA	
RESPONSÁVEL:			TEL:	79 99988-0199	
PROCEDÊNCIA:	QUEIXA: ACIDENTE DE MOTO				
TIPO ATEND:	<input checked="" type="checkbox"/> URGÊNCIA / EMERGÊNCIA <input checked="" type="checkbox"/> CL. MÉDICA <input type="checkbox"/> PEDIATRIA <input type="checkbox"/> OBSTETRICIA				
CASO POLICIAL	<input type="checkbox"/>	ACIDENT. TRAB	<input type="checkbox"/>	TRAUMA	<input type="checkbox"/>
VEIC. DE AMBULANCIA	<input type="checkbox"/>				
EXAMES COMPLEMENTARES:	<input type="checkbox"/> RAIO - X	<input type="checkbox"/> SANGUE	<input type="checkbox"/> URINA		
	<input type="checkbox"/> LIQUOR	<input type="checkbox"/> ECG	<input type="checkbox"/> TC		
SUSPEITA DE VIOLÊNCIA OU MAUS TRATOS:	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	PA=140x80		
ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM:			USO DE MEDICAÇÃO: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		
			QUAIS:		
DADOS CLÍNICOS			DATA PRIMEIROS SINTOMAS		
Paciente obedece, vítima de queda de moto e/ou lesões contusas no joelho esquerdo e punho esquerdo na parte distal.					
DIAGNÓSTICO:			CID:		
PRESCRIÇÃO:			HORÁRIO DA MEDICAÇÃO		
- SRL. 2000ml @ 1300 500 500 500 500					
- Transf. Ols + m @					
- Dilu. F. 2g + m @					
- Recup. 2g + m @					
- R. de quadril, joelho e punho distal. OK!					
DATA DA SAÍDA			HORA DA SAÍDA		
ALTA	DECISÃO MÉDICA	A PEDIDO	EVASÃO	PERISTÊNCIA	
INTERNAÇÃO NO PRÓPRIO HOSPITAL (SETOR): ENFERMAGEM P/ HUSG - TRAUMA D.2. ARGOS.					
TRANSFERÊNCIA (UNIDADE DE SAÚDE): PELA VIATURA SAMU.					
ÓBITO:	<input type="checkbox"/> ATÉ 48 HS	<input type="checkbox"/> APÓS 48 HS	HORA DO ÓBITO:		
ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL <i>Clara Leon Oliveira</i>			ASSINATURA E CARIMPO DO MÉDICO Dr. Antônio C. Pedrosa Neto Clínica Médica CRM/AL 4870 CRM/SE 2207		

RELATÓRIO DE TRANSFERÊNCIA

Clinica: SARAL TURNO:
 NOME: VARLEI MELO ROCHA
 MATRÍCULA: DATA: 03-09-2019
 CIDADE: MONTE ALEGRE
 de Saúde

RIO DE TRANSFERÊNCIA

UNIDADE DE ORIGEM

HOSPITAL REGIONAL GOV. JOÃO ALVES FILHO - N. Srª DA GLÓRIA/SE

UNIDADE PARA REFERÊNCIA

RUSS - CENTRO VASUM Dr. Agos

ENDEREÇO DA UNIDADE DE REFERÊNCIA

ESTAMOS ENCAMINHANDO O PACIENTE

VARLEI MELO ROCHA

SEXO

M

NASCIDO EM

27.08.1981

MATRÍCULA

CUJO PROBLEMA DE SAÚDE NECESSITA DE UM TIPO DE ATENDIMENTO QUE ESTA UNIDADE NÃO OFERECE.

MOTIVO DA CONSULTA / IMPRESSÕES DIAGNÓSTICAS OU PROBLEMAS IDENTIFICADOS

Paciente diabético, vítima de queda de poste
 sem capacidade de flexão externa do punho direito.
 Consciente, orientado. Nega sincope e emere no local.
 CCG-15 PA: 140x90mmHg SAI 98%. 20ml de urina
 T: 37,5°C.

ESTUDOS A QUE FOI SUBMETIDO O PACIENTE, SEUS RESULTADOS E CONDUTA ADOTADA (RESUMO DOS PRINCIPAIS ACHADOS DO EXAME CLÍNICO E DOS EXAMES COMPLEMENTARES REALIZADOS ANTES DA SOLICITAÇÃO DO ENCAMINHAMENTO)

- SRA. 2200 ml (C) (M)
- Tensão 0,40 (C)
- Diabete Mellitus (C)

MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO

Doença de (C)

→ R de punho direito → fratura do fêmur direito.
 Sinais de fratura de fêmur direito.

DATA DO ENCAMINHAMENTO

03/09/19

Dr. Antônio C. Pedrosa Neto
 Clínica Médica
 CRM/AL 4870
 CRM/SE 6307

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO

MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA FINS DE PERÍCIA

(Elaborado de acordo com a Resolução CFM nº 1.558/2002, com alterações feitas pela Resolução CFM 1.851/2008)¹

Atesto, para fins de comprovação junto à Perícia Oficial da Previdência Social ou Poder Judiciário, que examinei o paciente abaixo indicado, cuja identidade foi por mim conferida, nos termos do art. 4º da Resolução CFM nº 1.558/2002, e constatar que o examinado é portador da(s) patologia(s) adiante, com as consequências descritas a seguir:

Nome do paciente: VARLEI MELO ROLIM

Número do documento de identidade (documento com foto) 3.794.585-8 SSP/SE

- Diagnóstico: patologias verificadas e respectiva classificação CID 10

- 1) SEQUELA DE FRATURA DE TALA PROXIMAL S821
- 2) SEQUELA DE FRATURA DE TALA DISTAL S822
- 3) _____
- 4) _____

- O paciente se submeteu ou apresentou resultados de exames complementares?

() Não

(X) Sim. Quais (descrição breve e resultado)?

RAIOGRAFIA DA TALA COM PUCA E PARAFUSOS

- Quais as consequências da(s) patologia(s) para a saúde do paciente? Quais as funções ou sentidos de que está o paciente privado ou limitado em virtude das patologias verificadas?

LIMITA AO ESPORTE FÍSICO, NECESSITA DE USO DE MOLETAS PARA DEAMBULAR E PARA LOCOMOÇÃO; DOR NA REFORRETE
IMPA DE SEGUIR NO LOCAL DA FRATURA

- As patologia(s) constatada(s) o incapacita(m) para o trabalho?

() Não.

(X) Sim. Por quê?

LIMITA AO ESPORTE FÍSICO; USO DE MOLETAS PARA LOCOMOÇÃO; DOR AO ESPORTE FÍSICO

- Em caso de resposta positiva à pergunta anterior, a incapacidade é irreversível?

() Sim.

(X) Não. Qual o tempo de repouso estimado para a recuperação do paciente, considerando que o mesmo siga o tratamento indicado para a patologia?

TEMPO INDETERMINADO

Informo, por fim, que o fornecimento do presente atestado, com o respectivo diagnóstico, foi solicitado e autorizado pelo próprio paciente ou seu representante legal, conforme assinatura (ou identificação digital) ao final, em obediência ao art. 5º da Resolução CFM nº 1.558/2002.

AMIRDE NE S/O FRAUSO - SE 24/10/2019

NOME DO MÉDICO
Nº DO CRM

Dr. César Augusto Melo Carvalho
Médico
CRM/SE 2434

Eu, (nome do paciente ou representante legal)

Autorizo o fornecimento de atestado médico ao Poder Judiciário, com a identificação das patologias constatadas e informações a ela relacionadas.

Varleli Melo Rolim

(Assinatura do Paciente)

¹ Art. 1º O atestado médico é parte integrante do ato médico, sendo seu fornecimento direito inalienável do paciente, não podendo importar em qualquer majoração de honorários.
Art. 2º Ao fornecer o atestado, deverá o médico registrar em ficha própria e/ou prontuário médico os dados dos exames e tratamentos realizados, de maneira que possa atender às pesquisas de informações dos médicos peritos das empresas ou dos órgãos públicos da Previdência Social e da Justiça.
Art. 3º [...] III - registrar os dados de maneira legível.

Solicitação de Ré – Análise

Eu: Uarlei Melo Rocha portador do RG: 37945858 CPF: 098.441.844-01 residente no Povoado Santo Antonio S/N Bairro: Area Rural Cidade: Monte Alegre -SE Cep: 49.690-000. Venho pelo presente instrumento, solicitar aos senhores que seja marcado uma Perícia médica para o meu processo, pois só foi liberado 2.362,50 para as lesões que mim encontro enviei relatório médico que comprovam as lesões que foram **FRATURA EM TIBIA CID:S:82.1 + FRATURA EM DIAFISE DA TIBIA CID:S82.2** sinto muitas dores horríveis não trabalho mas, não consigo andar direito fico a merecer dos outros, por isso peço encarecidamente que marquem com urgência uma perícia para que o perito verifique e comprove o que aqui descrevo.

Certo de contar com vossa compreensão, agradeço desde já.

X Uarlei Melo Rocha

UARLEI MELO ROCHA

NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE 28/10/2019

TESTEMUHAS:

Haldeirio J. Resea

Maria Lúcia Santa Costa Oliveira

Solicitação de Ré – Análise

Eu: Uarlei Melo Rocha portador do RG: 37945858 CPF: 098.441.844-01 residente no Povoado Santo Antonio S/N Bairro: Area Rural Cidade: Monte Alegre -SE Cep: 49.690-000. Venho pelo presente instrumento, solicitar aos senhores que seja marcado uma Perícia médica para o meu processo , pois só foi liberado 2.362,50 para as lesões que mim encontro enviei relatório médico que comprovam as lesões que foram **FRATURA EM TIBIA CID:S:82.1 + FRATURA EM DIAFISE DA TIBIA CID:S82.2** sinto muitas dores horríveis não trabalho mas , não consigo andar direito fico a merecer dos outros , por isso peço encarecidamente que marquem com urgência uma perícia para que o perito verifique e comprove o que aqui descrevo.

Certo de contar com vossa compreensão ,agradeço desde já.

x Uarlei Melo Rocha

UARLEI MELO ROCHA

NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE 28/10/2019

TESTEMUHAS:

Salvadora O. Rese

Maria Lúcia Santa Rosa Oliveira



MONTEALEGRE

Secretaria M. de Saúde e Saneamento

RECEITUÁRIO

Nome:

Vasili Melo Rocha

Releitura de dados

Paciente Supracitado foi vítima
de Acidente de motocicleta

no dia 03/09/19, pelo
qual sofreu fratura de tíbia
(diapisa) submetido a tratamento
cirúrgico de urgência sob anestesia
aos membros e a lesões
Acumulando 24h de alta médica

02/10: 582.1

MÉDICO

Dr. Delvys Sanchez, A.V.G.
Clínico Geral
CRM-SE-5663

DATA: 12/11/19.

Praça Francisco Rollemberg, S/N – Monte Alegre de Sergipe/SE CEP 49.690-000

Solicitação de Ré – Análise

Eu: Uarlei Melo Rocha portador do RG: 37945858 CPF: 098.441.844-01 residente no Povoado Santo Antonio S/N Bairro: Area Rural Cidade: Monte Alegre -SE Cep: 49.690-000. Venho pelo presente instrumento, solicitar aos senhores que seja marcado uma Perícia médica para o meu processo , pois só foi liberado 2.362,50 para as lesões que mim encontro enviei relatório médico que comprovam as lesões que foram **FRATURA EM TIBIA CID:S:82.1 + FRATURA EM DIAFISE DA TIBIA CID:S82.2** sinto muitas dores horríveis não trabalho mas , não consigo andar direito fico a merecer dos outros , por isso peço encarecidamente que marquem com urgência uma perícia para que o perito verifique e comprove o que aqui descrevo.

Certo de contar com vossa compreensão ,agradeço desde já.

x Uarlei Melo Rocha

UARLEI MELO ROCHA

NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE 28/10/2019

TESTEMUHAS:

Salvador D. Rêse

Maria Lúcia Santa Costa Oliveira



MONTE ALEGRE

Secretaria M. de Saúde e Saneamento
RECEITUÁRIO

Nome: Vanli da Rocha

Paciente Paulo Medeiros
Paciente Supracitado foi vítima
de acidente motociclístico no dia
03/09/2019, sofrendo Fratura
em tíbia e fêmur de tíbia
sendo submetido a tratamento
cirúrgico ficando com sequelas
que limitam os movimentos.
Apresenta ruptura a pele e
profundo com sequelas constantes
Hog encontrar-se de alto defeito

CTB 10.582,2

DATA: 26/11/19

Dr. Debys Sanchez Alvarez
Clinico Geral
CRM-SE-5563

Praça Francisco Rollemberg, S/N - Monte Alegre de Sergipe/SE CEP 49.690-000

DATA: 18 / 08 / 2019.

14º DIH

NOME: Uarlei Melo Rocha 27anos - B 2.2

DIAGNÓSTICO(S): Fratura Exposta Tibia D

EVOLUÇÃO MÉDICA:

Medicamentos (Princípio ativo + Concentração)	Horários de Administração
1º. Dieta Livre	SND
2º. Gelco Salinizado	com uso
3º. Kefazol 1 g EV 8/8hs ou Keflin 1 g EV 6/6hs	16 24 08
4º. Gentamicina 240mg + SF 0,9% 200 ml EV 1x dia SUSP	susp.
5º. Dipirona 2ml + 8ml AD EV ou Paracetamol 40gts VO 6/6hs	12 18 24 06
6º. Nauseidron 8mg EV 08/08hs SOS	sol
7º. Antak 50mg EV ou 150mg VO 12/12hs / Omeprazol 40mg EV ou VO às 6hs	ob
8º. Tramal 100mg + 100 ml SF 0,9% EV ou VO 8/8hs SOS	sol
9º. Profenid 100mg + 100ml SF 0,9% EV 12/12hs SUSP	susp.
10º. Captopril 25mg VO 8/8hs se PAS > 180 mmHg e PAD > 110 mmHg SOS	sol
11º. Glicose 25% 04amp. EV se Glicemia < ou = 80mg/dl SOS	sol
12º. Clexane 40mg SC 1 x dia ou Heparina 5000UI SC 2 x dia	20
13º. Dextro 6/6hs SUSP	-
14º Insulina Regular SC, após o dextro. 201 - 250: 02UI 251 - 300: 04UI 301 - 350: 06UI 351 - 400: 08UI	-
15º. Curativos Diários 1 x dia [X] SF 0,9% + Gazes	-
16º SSVV 6/6hs	
17º	
18º	
19º	
20º	
21º	
22º	

Fabiana Cardozo Santana
COREN-SE 65240 - ENF

Dr. Antônio Franco Cabral
Ortopedia e Traumatologia
CRM 1880

Médico

EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE - HUSE

Nome do Paciente: Marlei Melo Rocha Idade: 27a Sexo:
Unidade de Produção: Leito: Nº do Prontuário:

04/08/19 Paciente vítima de acidente de moto caindo com perfurador exposto dentário alveolar. Metragem da cirurgia de correção de duas ortopedias. Sem melhorias após estabilização e melhora nas condições de feridas.

Dr.ª Maria S. M. de A. M. 012/1988
CRM-SE 141119-10
Ortodontia e Cirurgia

04/08/19 Paciente admitida da UIC. LOTE. Exprimido: Frac. de Tálua. Com uso de PVP + cirúrgica. Segue em condições de internação.

Fabiana Cardoso
COREN-SE-33254

13/08 Ref. na lista de feridas. Não há. Segue com internação, em estado estável, com APD, porém, aguardando a cirurgia de correção. Carla M. M. de A.

4

HOSPITAL DE URGENCIAS DE SERGIPE - HUSE
=====

FICHA DE INTERNACAO
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo....: 3560
Numero do CNS.....: 0000000000000000
Nome.....: UARLEI MELO ROCHA
Documento.....: 37975858 Tipo :
Data de Nascimento: 3/03/1992 Idade: 27 anos
Sexo.....: MASCULINO
Responsavel.....: HUMBERTO DIONISIO ROCHA
Nome da Mae.....: JANICLEIDE VIEIRA DE MELO
Endereco.....: AVENIDA JOAO ALVES FILHO 812
Bairro.....: CENTRO Cep.: 49820-000
Telefone.....: 79.99938.7162
Município.....: 2801207 - - SE
Nacionalidade.....: BRASILEIRO
Naturalidade.....: SERGIPE

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 31337
Clinica.....: 918 - CENTRO CIRURGICO SRPA
Leito.....: 999.0298
Data da Internacao: 04/08/2019
Hora da Internacao: 08:11
Medico Solicitante: 116.335.815-00 - ANTONIO FRANCO CABRAL
Proced. Solicitado: NAO INFORMADO
Diagnostico.....: NAO INFORMADO
Identif. Operador.: ESBSANTOS

b2

INFORMACOES DE SAIDA

Proc.Realizado:
Dt.Hr Saida:
Especialidade:
Tipo de Saida:
CID Principal:
CID Secundario:
Principal:
Secundario:
Outro:

Cirurgia de controle de
ortopedicos de danos

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE: Harlei Leão Rodas

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: Fratura exposta de tíbia S.

CIRURGIA REALIZADA: Desbridamento + fixação externa

CIRURGIÃO: Drª Martha Belreca

AUXILIARES:

ANESTESIA: Rogue

ANESTESISTA Drª Clarissa

DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO:

() CIRURGIA LIMPA

() CIR. POTENCIALMENTE CONTAMINADA

(x) CIRURGIA CONTAMINADA

() CIR. INFECTADA

INFECÇÃO PRESENTE À ADMISSÃO? () SIM () NÃO

TOPOLOGIA DA INFECÇÃO:

() VIAS AÉREAS SUP. () PULMONAR () URINÁRIA () SNC () TGI

() CUTÂNEO () AP. CARDIO-VASCULAR () PLEURA () OUTROS

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

1. Paciente em decúbito dorsal pós anestesia
2. antissepsia do membro inferior S.
3. Exposição de campo cirúrgico
4. Redução da fratura e estabilização temporária
5. com o fixador externo linear
6. fechamento de ferimento
7. curativos

DATA: 4/08/19

Drª Martha Barreto
Ortopedia e Traumatologia
CRM-SE 3174 (EOT: 16853)

Assinatura do Cirurgião


PACIENTE: Ubaldo Melo Rocha Nº PRONTUÁRIO: 3560 DATA: 04/08/19 PSICOBOX/ Nº LACRE:

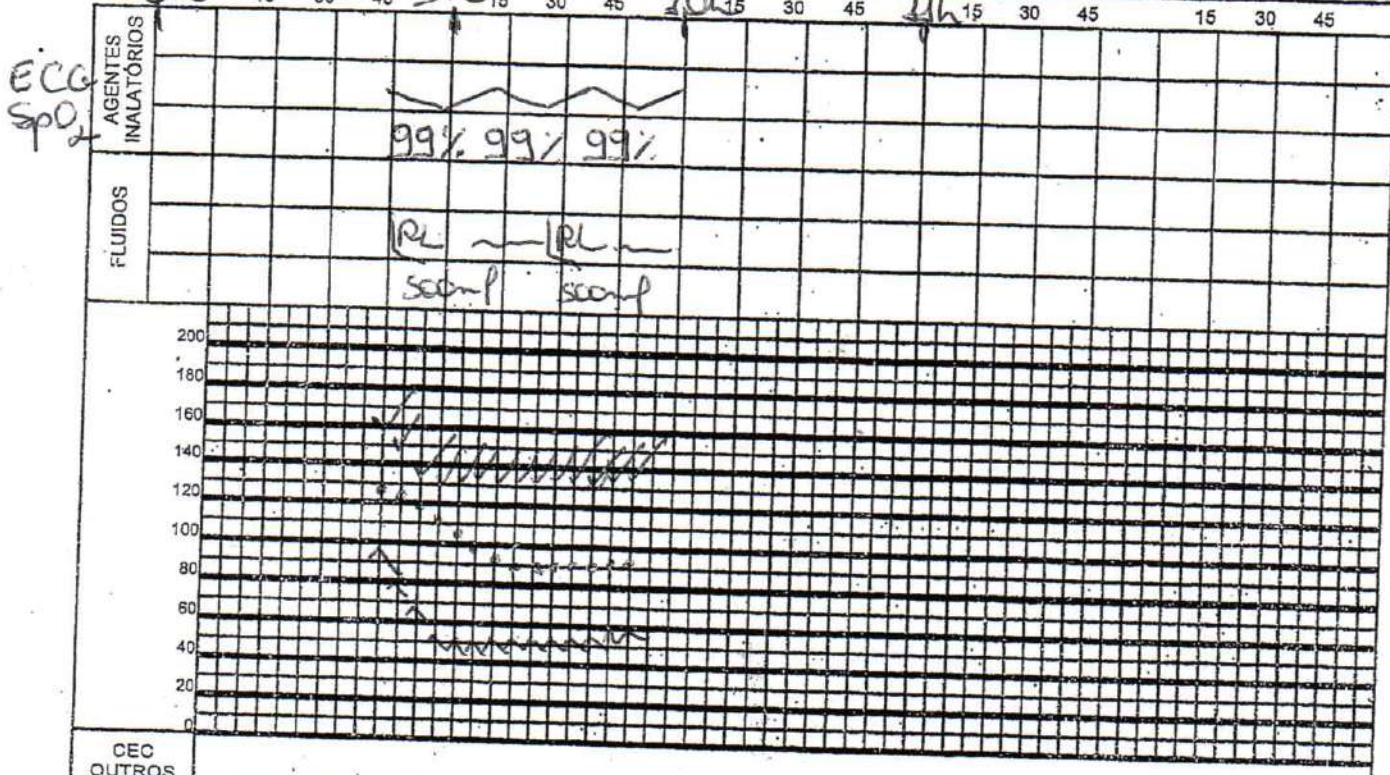
CIRURGIÃO: Dr. Marinho TIPO DE ANESTESIA: Raqui CIRCULANTE: Ilzo

CIRURGIÁ: Fixador externo INSTRUMENTADOR: Marinho Nº DE SALA: 090 GELADO:

ENFERMEIRO: Felipe ANESTESISTA: Blairise Nº DO KIT: KIT FIOS:

MEDICAMENTOS COMUNS	QTD UTILIZ	QTD REPOSTA							
ÁGUA DESTILADA			LIDOCAÍNA/ XILOCAÍNA 2% C/V			SERINGA 5 ML			02
AMINOFILINA			LIDOCAÍNA/ XILOCAÍNA 2% S/V			SERINGA 10 ML			02
ATROPINA			LIDOCAÍNA/ XILOCAÍNA SPRAY			SERINGA 20 ML			
BICARBONATO DE SÓDIO			PANCURÔNIO			SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº			
BROMOPRIDA (DIGESAN)			RONCURÔNIO			SONDA DE URETRAL Nº			
CEFALOTINA (KEFLIN)			ROPIVACAÍNA			SONDA NASOGÁSTRICA Nº			
CEFAZOLINA (KEFAZOL)			MATERIAIS E SANEANTES	QTD UTILIZ	QTD REPOSTA	TORNEIRINHA 3 VIAS			
CETOPROFENO (PROFENID)			ÁGUA OXIGENADA			TUBO ARAMADO Nº			
CLONIDINA			AGULHA 13X,045			TUBO ENDOTRAQUEAL Nº			
DEXAMETASONA (DECADRON)			AGULHA 25X7	06		FIOS	QTD UTILIZ	QTD REPOSTA	
DIPIRONA			AGULHA 30X8			ALGODÃO C/A Nº			
EPINEFRINA (ADRENALINA)			AGULHA 40X12			ALGODÃO S/A Nº			
ETILEFRINA (EFORTIL)			AGULHA PERIDURAL			FIO DE AÇO (ACIFLEX) Nº			
GENTAMICINA (GARAMICINA)			AGULHA RAQUI 22			MONONYLON (NYLON) Nº	2-0	02	
GLICONATO DE CÁLCIO			AGULHA RAQUI 25			POLIESTER (ETHIBOND)			
HEPARINA F/A SML			AGULHA RAQUI 26	01		POLIGLACTINA (VICRYL) Nº			
			AGULHA RAQUI 27			POLIPROPILENO (PROLENE) Nº			
CORTIZONA DE 100 MG			ÁLCOOL 70%	100		EQUIPAMENTOS	QTD UTILIZ	QTD REPOSTA	
METOCLOPRAMIDA (PLASIL)			ALGODÃO ORTOPÉDICO	06		BISTURI ELÉTRICO			
NEOSTIGMINE (PROSTIGMINE)			ATAD. CREPOM			CARRO DE ANESTESIA			
NOREPINEFRINA			ATAD. GESSADA 10CM			DESFIBRILADOR			
OMEPRAZOL			ATAD. GESSADA 15CM			MICROSCÓPIO			
ONDASETRONA (NAUSEDRON)			ATAD. GESSADA 20CM			MONITOR CARDÍACO			
RANITINA (ANTAK)			CAPA P/ MICROSCÓPIO			NEGATOSCÓPIO			
SUXAMETÔNIO 100 MG (QUELICIN)			CAPA P/ VÍDEO			OXÍMETRO DE PULSO			
TERBUTALINA (BRICANYL)			CATETER DE OXIGÊNIO Nº			GASOTERAPIA	UTILIZ	REPOSTA	
SOROS	QTD UTILIZ	QTD REPOSTA	CATETER P/ SUBCLÁVIA (INTRACATH)			AR COMPRIMIDO			
SORO FISIOLÓGICO 100ML			CATETER TIPO ÓCULOS			NITROGÊNIO			X
SORO FISIOLÓGICO 250ML			CLOREXIDINA ALCOOLICA			OXIGÊNIO			
SORO FISIOLÓGICO 500ML	12		CLOREXIDINA AQUOSA			PROTÓXITO DE AZÔNIO			
SORO GLUCOFISIOLÓGICO			CLOREXIDINA DEREGEMANTE			OUTROS	UTILIZ	REPOSTA	
SORO GLICOSADO			COLETOR DE URINA			Fixador externo			
SORO RINGER LACTATO			ELETRODOS	05		elíbia	01		
CONTROLADOS	QTD UTILIZ	QTD REPOSTA	EQUIPO BOMBA						
DEXTROCEAMINA (KETALAR)			EQUIPO DE SANGUE	01					
ETOMIDATO			EQUIPO MACROGOTAS						
FENTANIL + DROPERIDOL (NILPERIDOL)			ESCOVA PVPI	50					
FENTANIL 2ML			ESPARADRAPO						
FENTANIL 10ML			EXTENSOR						
MIDAZOLAM 5MG (DORMANID)			FILTRO BARREIRA						
MIDAZOLAM 15MG (DORMANID)			GASE ALGODOADA	150					
MORFINA 0,2MG (DIMORF)			GASE SIMPLES						
MORFINA 10 MG (DIMORF)			GELCO Nº						
MORFINA 2 MG (DIMORF)			LÂMINA DE BISTURI Nº						
PARECOXIBE (BEXTRA)			LÂMINA DE BISTURI Nº 15	02					
PROPOFOL			LÂMINA DE BISTURI Nº 21	01					
REMIFETANILA (ULTIVA)			LÂMINA DE BISTURI Nº 24						
SEVOFLURANO			LÁTEX						
TRAMADOL (TRAMAL)			LUVAS ESTER Nº 7						
ANESTÉSICOS	QTD UTILIZ	QTD REPOSTA	LUVAS ESTER Nº 7,5	05					
BUPIVACAÍNA 0,5% C/V			LUVAS ESTER Nº 8	100					
BUPIVACAÍNA 0,5% S/V			MICROPORE						
BUPIVACAÍNA+ GLUCOSE (NEOCAÍNA PESADA)			PVPI DEGERMANTE						
CISATRACURIO			PVPI TÓPICO						
LIDOCAÍNA/ XILOCAÍNA 1% C/V			SERINGA 1 ML	02					
LIDOCAÍNA/ XILOCAÍNA 1% S/V			SERINGA 3 ML						
REPOSTO POR (FARMÁCIA)									

HUSE		BOLETIM DE ANESTESIA			
PACIENTE: <u>Uonlei Melo Roche, 27 anos.</u>			REGISTRO: <u>3560</u>		
UNIDADE: <u>Fratura exposta perna D.</u>			LEITO: <u></u>		
CIRURGIA PROGRAMADA: <u>Redução Cirúrgica com fixação externa</u>			CIRURGIA REALIZADA: <u></u>		DATA: <u>04/08/2019</u>
ANESTESIOLOGISTA: <u>Cláudia Porto</u>		TÉCNICA ANESTÉSICA: <u>Raquianestesia + Sedação</u>		MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA: <u></u>	
CIRURGIÃO: <u>Dra. Marta</u>		AUXILIAR: <u></u>		ASA: <u>I (E)</u>	
HORA DE INÍCIO: <u>8:45h</u>	HORA DE TÉRMINO: <u>9h</u>	ACESSO VENOSO: <u>MSE pelo 18G</u>		POSICÃO: <u>Decúbito Dorsal</u>	



MONITORIZAÇÃO		CONDIÇÃO DE ALTA PARA CRPA	
PA NÃO INVASIVA	<input checked="" type="checkbox"/>	PVC	
PA INVASIVA		TEMPERATURA	
ELETROCARDIOGRAFIA	<input checked="" type="checkbox"/>	DIURESE	<input checked="" type="checkbox"/>
OXIMETRIA	<input checked="" type="checkbox"/>	VENTILAÇÃO	
CAPNOGRAFIA		PAM	

AGENTES ANESTÉSICOS	DOSE	ANTIBIÓTICO PROFILÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> PENTANIL 100mg IV. LIDOCAÍNA 1% 3/10 30mg SC NEOCAÍNA PESADA Q.S. 15mg IT DILORF 0,4 mg IT DEXAMETASONA 40mg IV KEPAZOL 20g IV MIDAZOLAM 2,5 mg IV. 		NOME: <u></u> 1ª Dose as: <u></u> horas 2ª Dose as: <u></u> horas 3ª Dose as: <u></u> horas
OBSERVAÇÕES: <u>ALERGICO A DIPIRONA</u> <u>Bloqueio Subcutâneo</u> <u>63/44 1/4 agulha Quincke n2</u> <u>2G (mediana) punção</u> ENCAMINHADO PARA: <u>UTI</u> UNIDADE: <u>Amco</u>		

HUSE

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

REGISTRO DE ENFERMAGEM NO TRANS-OPERATÓRIO



NOME (s/abreviações):

Marlei Melo Rocha

DATA: 04/08/19

HORA Entrada/sala 08:40 H HORA Saída/sala H HORA incisão H HORA rafia H ALERGIA: Dipirona

CIRURGIÃO: Dr. Martha Barreto 1º AUXILIAR:

ANESTESISTA: Dr. Valeriso 2º AUXILIAR:

INSTRUMENTADOR: Maria CIRCULANTE: Elzo

CIRURGIA PROGRAMADA: Debridamento + Fix. externa Tibia D LATERALIDADE

CIRURGIA REALIZADA: a mesma DIREITA ESQUERDA

NÍVEL DE CONSCIÊNCIA: ☒ ACORDADO ☐ SONOLENTO ☐ TORPOROSO ☐ COMATOSO

TÉCNICA ANESTÉSICA: ☐ GERAL VENOSA ☐ GERAL INALATÓRIA ☐ GERAL COMBINADA ☐ GERAL BALANCEADA ☒ RAQUIANEST

☐ PERIDURAL C/ CATETER ☐ PERIDURAL S/ CATETER ☐ SEDAÇÃO ☐ BLOQUEIO DE PLEXO ☐ LOCAL

TOT ☐ ARAMADO Nº ☐ MÁSCARA LARINGEA ☐ TRAQUEÓSTOMO ☐ GUEDEL ☐ SNG ☐ SNE

DISPOSITIVOS: SVD ☐ SILICONE ☐ SUCÇÃO ☐ D. TÓRAX ☐ D. PIZZER ☐ D. KHER ☐ D. BLAKE ☐ D. PEN

☐ LÁTEX ☐ DL ☐ AVP ☐ CATETER FOGARTY

CVC ☐ TL

ASEPSIA: ☐ PVPI TÓPICO ☐ PVPI ALCOÓLICA ☒ PVPI DEGERMANTE ☐ CLOREXIDINA ALCOÓLICA ☐ CLOREXIDINA DEGERMANTE ☐ CLOREXIDINA AQUOSA

EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS UTILIZADOS

☐ BOMBA DE INFUSÃO ☐ DESFIBRILADOR ☐ MONITOR CEREBRAL (BIS) ☐ INTENSIFICADOR DE IMAGEM ☐ MANTA TÉRMICA ☐ MICROSC

☐ FIBROSCÓPIO ☒ MONITOR CARDÍACO ☒ PA NÃO INVASIVA ☐ PA INVASIVA ☒ OXÍMETRO ☐ CAPNÓGRAFO

☐ FOCO AUXILIAR ☐ FONTE DE LUZ ☐ BRONCOSCÓPIO ☐ VIDEOLAPAROSCÓPIO ☐ OUTROS

POSIÇÃO: ☒ DORSAL ☐ VENTRAL ☐ LATERAL DIRETO ☐ LATERAL ESQUERDO ☐ CANIVETE ☐ TREDEMBURG ☐ LITOTOMIA

COXINS DE CONFORTO UTILIZADOS BISTURI ELÉTRICO: ☐ BIPOLAR ☐ MONOPOLAR

☐ CABEÇA ☐ MSD ☐ MSE ☐ MID ☐ MIE PLACA DE BISTURI CONTAGEM DE COMPRESSAS

ENTREGUE RECOLHIDO

10 10

LOCAL: ELETRODOS CONTAGEM DE INSTRUMENTAL

INCISÃO CIRÚRGICA ENTREGUE RECOLHIDO

SINAIS VITAIS

	SpO2 (%)	FC (BPM)	PA (mmHg)	PAI (mmHg)	TEMP (°C)	FR (RPM)	GLICEMIA	LPP
PRÉ-OPERATÓRIO	100	97	159	70				
INTRA-OPERATÓRIO	97	86	145	67				
PÓS-OPERATÓRIO								

SIM	NÃO	NA
-----	-----	----

ANTES DA INCISÃO CIRÚRGICA

ANTES DO PACIENTE SAIR DA SALA DE OPERAÇÃO

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

CAMINHA 118 PARA:



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



Fundação
Hospitalar
de Saúde

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE: Ueslei Melo Rocha

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: Lesão do punho D. Export

CIRURGIA REALIZADA: RAC

CIRURGIÃO: Artemio

AUXILIARES: Imado

ANESTESIA: bloqueo

ANESTESISTA

DIAGNÓSTICO PÓS- OPERATÓRIO: o mesmo

() CIRURGIA LIMPA

(☒) CIR. POTENCIALMENTE CONTAMINADA

() CIRURGIA CONTAMINADA

() CIR. INFECTADA

INFECÇÃO PRESENTE À ADMISSÃO? () SIM (☒) NÃO

TOPOLOGIA DA INFECÇÃO:

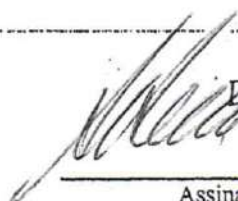
() VIAS AÉREAS SUP. () PULMONAR () URINÁRIA () SNC () TGI

() CUTÂNEO () AP. CARDIO-VASCULAR () PLEURA () OUTROS

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO



1. Paciente em DDK sob anestesia
2. Realizado antiseptico + antibioticos + colocados curativos
3. Realizado bloqueio + paracetamol
4. Realizado curativo e fixação do punho
5. Discretos ferimentos, muitos abertos + fratura interna
6. Placa DCP estendida com 10 fios e 8 parafusos
7. Realizado punção, curativo do ferimento, lavagem e fixação
- Sutura dos planos
- Curativos e curativos / curativos
- A. SRPA

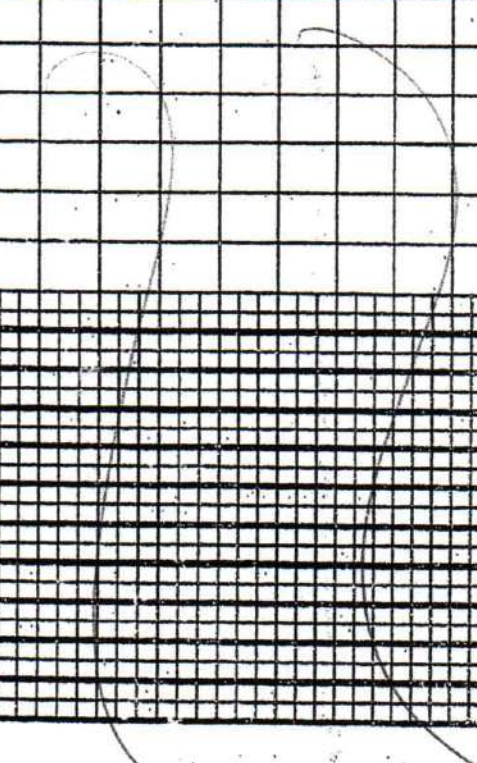
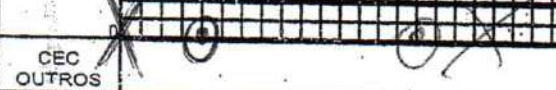
DATA: 14/08/19


Dr. Artemio Rocha Melo
Ortopedia Traumatologia
Cirurgia do Joelho
CRM - 2232
Assinatura do Cirurgião
CRM 2232

ALÉRGICO A DILORONA / PROFENID

34

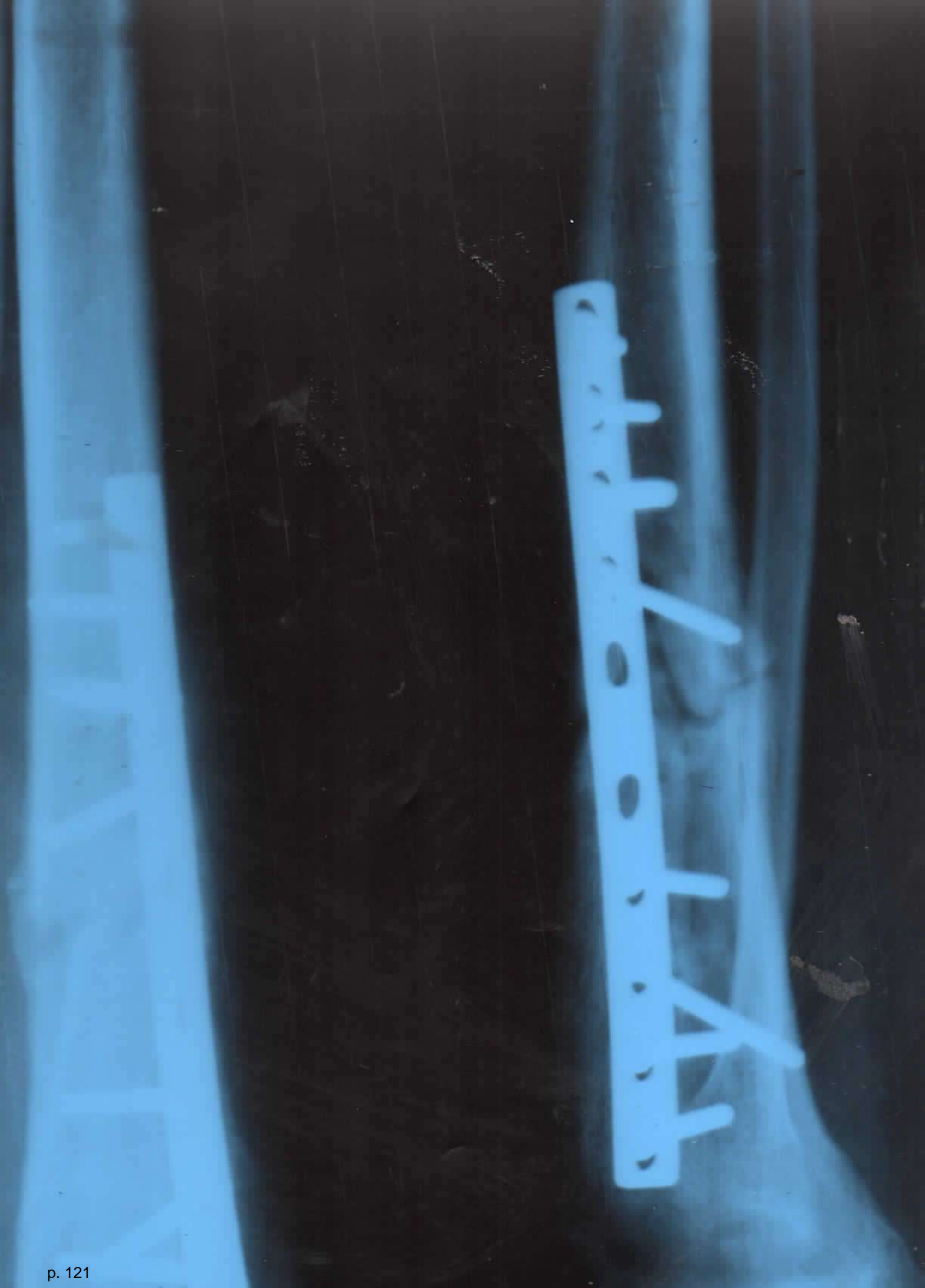
HUSE		BOLETIM DE ANESTESIA		 	
PACIENTE: <u>Uarlei Melo Rocha</u>			REGISTRO: <u>3560</u>		
UNIDADE:		MÉDICO:		LEITO:	
CIRURGIA PROGRAMADA: <u>RAFI de MED (túbia)</u>		CIRURGIA REALIZADA:		DATA: <u>16/08/2019</u>	
ANESTESIOLOGISTA: <u>Dra Raúlia SA Passos</u>		TÉCNICA ANESTÉSICA: <u>Raqui + Sedação</u>		MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA:	
CIRURGIÃO: <u>Dr Artêmio Rocha Melo</u>		AUXILIAR:		ASA: <u>I</u>	
HORA DE INÍCIO: <u>9:00 / 9:30h</u>	HORA DE TÉRMINO:	ACESSO VENOSO: <u>MS Dm: 18 em sala</u>		POSIÇÃO:	

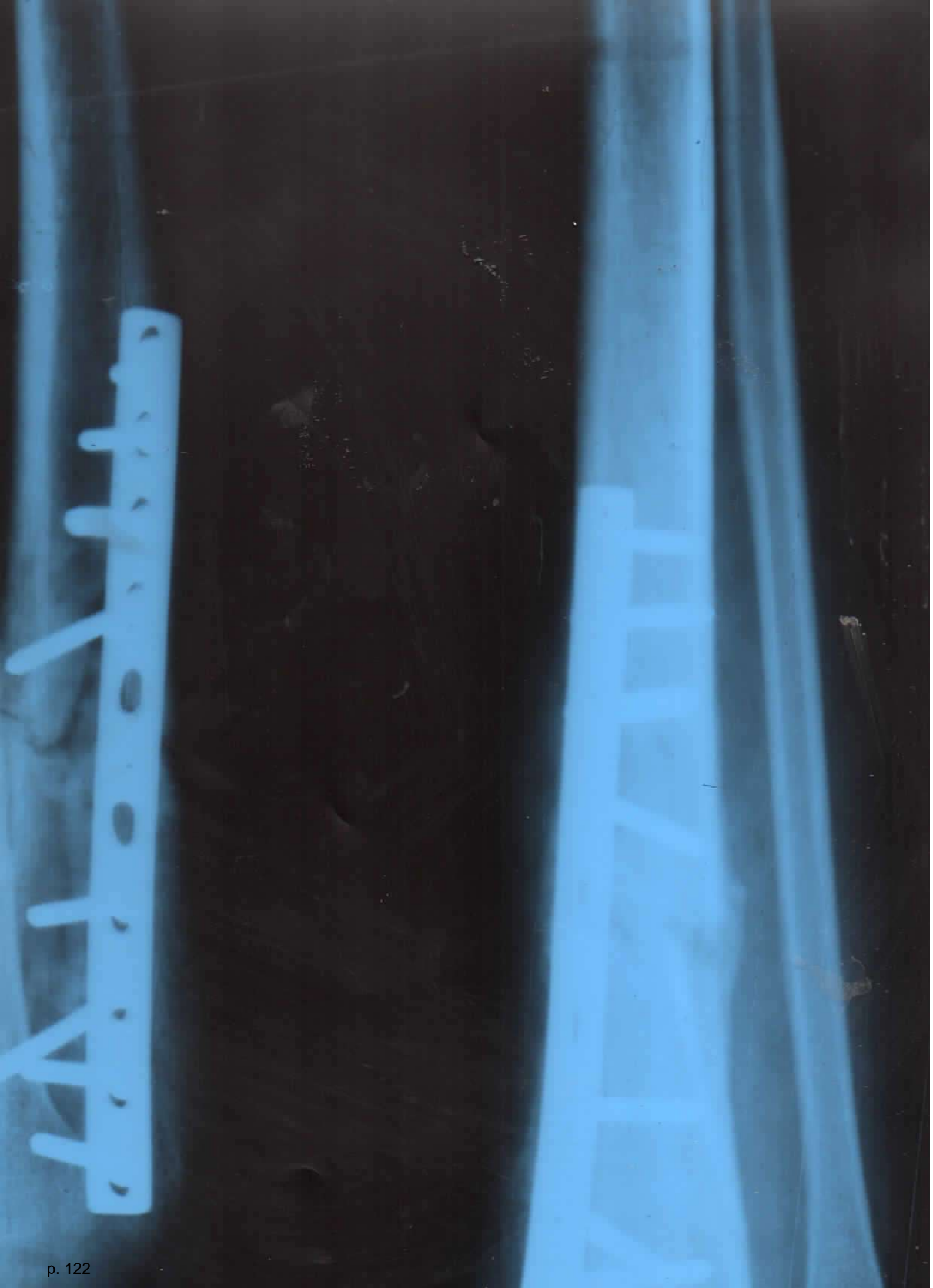
AGENTES INALATÓRIOS	0	15	30	45	10h15	15	30	45	11h15	15	30	45	15	30	45	
																
FLUIDOS	F 500	F 500														
CEC OUTROS																

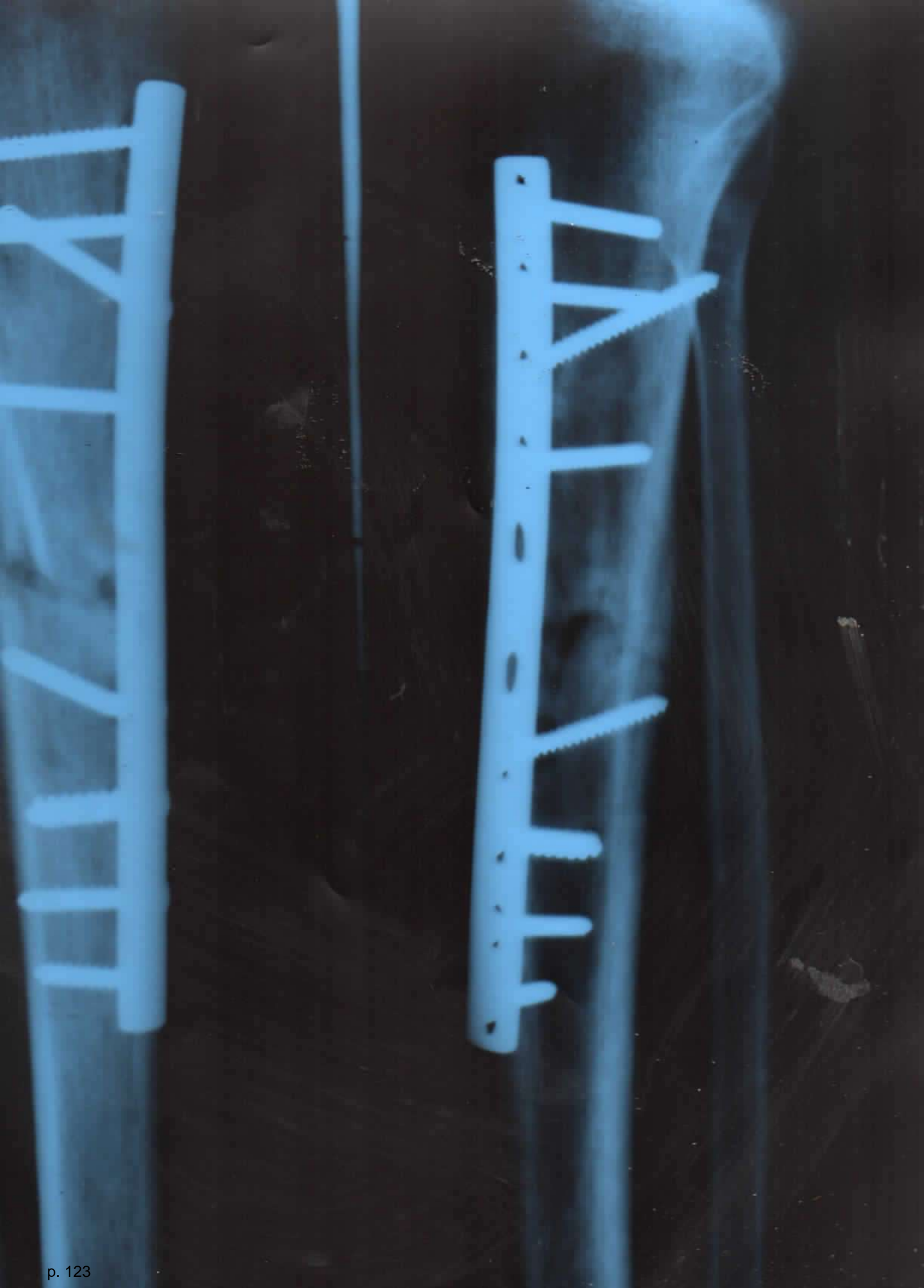
MONITORIZAÇÃO		CONDIÇÃO DE ALTA PARA ORPA	
PA NÃO INVASIVA	<input checked="" type="checkbox"/>	PVC	
PA INVASIVA		TEMPERATURA	
ELETRCARDIOGRAFIA	<input checked="" type="checkbox"/>	DIURESE	
OXIMETRIA	<input checked="" type="checkbox"/>	VENTILAÇÃO	
CAPNOGRAFIA		PAM	

AGENTES ANESTÉSICOS	DOSE	ANTIBIÓTICO PROFILAXIA
1) Nitroclonazepa: 0,15% - 17mg (01)		NOME: <u>Kefazol</u>
2) Dormyl: 8mg (01)		1ª Dose as: <u>9:00</u> horas <u>18</u>
3) Dormyl: 0,5mg (01)		2ª Dose as: horas
4) Nitroclonazepa: 0,15mg (01)		3ª Dose as: horas
5) Nitroclonazepa: 0,15mg (01)		
6) Nitroclonazepa: 0,15mg (01)		
7) Nitroclonazepa: 0,15mg (01)		
8) Nitroclonazepa: 0,15mg (01)		
9) Nitroclonazepa: 0,15mg (01)		
10) Nitroclonazepa: 0,15mg (01)		
Técnica anestésica: <u>Punção lombor: Anestesia</u>		OBSERVAÇÕES:
<u>hipnótica, opioide, única, 0,3-0,4,</u> <u>para 266, líquido amniótico 1/10000</u> <u>sedação</u>		
ENCAMINHADO PARA: <u>UTI</u>		UNIDADE:

Rocélia Santana
Anestesiologia
CRM 2601







ALTA DEFINITIVA. APRESENTA ALMA L

Taças os movimentos e supunção em
forma crônica noturnamente em
ondas (neutras?).

7

Canino, 25/12/19

Dr. Augusto Cesar de Almeida Neto
CRM 2433

Plano Augusto Cesar de Almeida Neto - Folha 253 - Folha da Folha - SE



UANLEI MBL ROCHA

RELATÓRIO MÉDICO

RELATO PARA OS DEBATES FINS, ANOS
O SR. AUM CITADO, DE 27 ANOS
DE IDADE, FOI VÍTIMA DE ACIDENTE DE
MOTO EM VIA PÚBLICA EM 03/09/19,
TENDO SOFrido FRACTURA CRUVEIS DE
TÍBIA DIREITA, SENDO SUBMETIDO A PRO-
CEDIMENTO CIRÚRGICO, EM COLAÇÃO DE
FLEXÕES (PLACA E PARAFUSOS), PERMANE-
CENDO EM SEQUELAS IMOBILIZADORAS (DIFI-
CULDADE DE DEAMBULAR + DO) MESMO APÓS...

Análise de Gêneros: 10/2023

Rua Augusto Cesar Leite Nº 263 - Porto da Folha - SE

Solicitação de Ré – Análise

Eu: Uarlei Melo Rocha portador do RG: 37945858 CPF: 098.441.844-01 residente no Povoado Santo Antonio S/N Bairro: Area Rural Cidade: Monte Alegre -SE Cep: 49.690-000. Venho pelo presente instrumento, solicitar aos senhores que seja marcado uma Perícia médica para o meu processo, pois só foi liberado 2.362,50 para as lesões que mim encontro enviei relatório médico que comprovam as lesões que foram **FRATURA EM TIBIA CID:S:82.1 + FRATURA EM DIAFISE DA TIBIA CID:S82.2** sinto muitas dores horríveis não trabalho mas, não consigo andar direito fico a merecer dos outros, por isso peço encarecidamente que marquem com urgência uma perícia para que o perito verifique e comprove o que aqui descrevo.

Certo de contar com vossa compreensão ,agradeço desde já.

X Uarlei Melo Rocha

UARLEI MELO ROCHA

NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE 28/10/2019

TESTEMUHAS:

Helodileide O. Resee

Maria Lúcia Santa Rosa Oliveira

Solicitação de Ré – Análise

Eu: Uarlei Melo Rocha portador do RG: 37945858 CPF: 098.441.844-01 residente no Povoado Santo Antonio S/N Bairro: Area Rural Cidade: Monte Alegre -SE Cep: 49:690-000. Venho pelo presente instrumento, solicitar aos senhores que seja marcado uma Perícia médica para o meu processo , pois só foi liberado 2.362,50 para as lesões que mim encontro enviei relatório médico que comprovam as lesões que foram **FRATURA EM TIBIA CID:S:82.1 + FRATURA EM DIAFISE DA TIBIA CID:S82.2** sinto muitas dores horríveis não trabalho mas , não consigo andar direito fico a merecer dos outros , por isso peço encarecidamente que marquem com urgência uma perícia para que o perito verifique e comprove o que aqui descrevo.

Certo de contar com vossa compreensão ,agradeço desde já.

x Uarlei Melo Rocha

UARLEI MELO ROCHA

NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE 28/10/2019

TESTEMUHAS:

Salvadora D. Rese

Maria Lúcia Santa Rosa Oliveira



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE
SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA



RELATÓRIO MÉDICO

O (a) paciente

Vitor Hugo Roberto

foi atendido (a), nesta unidade dia

03/08/19

tendo sido submetido(a), (☒) a tratamento cirúrgico (☐) conservador).

de

proteção do fêmur

CID:

S81

ARACAJU

13, 01, 2020

Dr. Antônio Franco Cabral
Ortopedia / Traumatologia
CRM 880



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
 UARLEI MELO ROCHA

DOC IDENTIDADE / ÓRGÃO EMISSOR
 37945858 SSP SE

CPF
 098.441.844-01

DATA NASCIMENTO
 03/03/1992

FILIAÇÃO
 HUMBERTO DIONÍSIO
 ROCHA
 JANICLEIDE VIEIRA DE
 MELO

PERMISSÃO
 ACC
 CATIMB
 AB

Nº REGISTRO
 06323917391

VALIDADE
 01/10/2019

1ª HABILITAÇÃO
 17/03/2015

OBSERVAÇÕES
 SEM OBSERVAÇÃO;

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 1240386236

PROIBIDO PLASTIFICAR
 1240386236

ASSINATURA DO PORTADOR
 Uarlei Melo Rocha

LOCAL
 ARACAJU, SE

DATA DE EMISSÃO
 04/04/2016

68872319457
 SE017928990

ASSINATURA DO EMISSOR
 Edgard Simeão da Mota Neto
 DIRETOR - PRESIDENTE

DETRAN - SE (SERGIPE)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

SE

NOME

JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR/UF

21233829 SSP SE

CPF

020.003.675-00

DATA NASCIMENTO

28/11/1985

FILIAÇÃO

JOSE LUIZ ROSA

LUIZETE SANTOS DE OLIVEIRA ROSA

PERMISSÃO

AB

ACC

AB

CAT. HAB.

AB

1º REGISTRO

04659447376

VALIDADE

07/01/2024

1ª HABILITAÇÃO

02/06/2009

OBSERVAÇÕES

SEM OBSERVAÇÃO;

Jose Marcos de Oliveira Rosa

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL

ARACAJU, SE

DATA DE EMISSÃO

08/01/2019

Luciana Cândida Dêda Chagas de Melo

Luciana Cândida Dêda Chagas de Melo
DIRETORA PRESIDENTE

ASSINATURA DO EMISSOR

59018844231
SE021769567

SERGIPE

DFACALAP AMBACEES GOVANTMG PR PB PA

1749963409

1749963409

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190578511 **Cidade:** Nossa Senhora da Glória **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: UARLEI MELO ROCHA **Data do acidente:** 03/08/2019 **Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 02/12/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DA TÍBIA DIREITA. PG5,8

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR EXTERNO) E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida: Sim

**Quantificação das
sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR DIREITA.

**Documentos
complementares:**

Observações: REANÁLISE CONCLUÍDA E NÃO VISUALIZADO DOCUMENTAÇÃO MÉDICA-HOSPITALAR NOVA QUE EVIDENCIE AGRAVAMENTO DE SEQUELA JÁ INDENIZADA ANTERIORMENTE SEGUNDO LEI VIGENTE. CONDUTA MANTIDA.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190578511 **Cidade:** Nossa Senhora da Glória **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: UARLEI MELO ROCHA **Data do acidente:** 03/08/2019 **Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 21/01/2020

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DA TÍBIA DIREITA. PG5,8

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR EXTERNO) E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida: Sim

**Quantificação das
sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR DIREITA.

**Documentos
complementares:**

Observações: REANÁLISE CONCLUÍDA E NÃO VISUALIZADO DOCUMENTAÇÃO MÉDICA-HOSPITALAR NOVA QUE EVIDENCIE AGRAVAMENTO DE SEQUELA JÁ INDENIZADA ANTERIORMENTE SEGUNDO LEI VIGENTE. CONDUTA MANTIDA.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190578511 **Cidade:** Nossa Senhora da Glória **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: UARLEI MELO ROCHA **Data do acidente:** 03/08/2019 **Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 03/01/2020

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DA TÍBIA DIREITA. PG5,8

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR EXTERNO) E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida: Sim

**Quantificação das
sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR DIREITA.

**Documentos
complementares:**

Observações: REANÁLISE CONCLUÍDA E NÃO VISUALIZADO DOCUMENTAÇÃO MÉDICA-HOSPITALAR NOVA QUE EVIDENCIE AGRAVAMENTO DE SEQUELA JÁ INDENIZADA ANTERIORMENTE SEGUNDO LEI VIGENTE. CONDUTA MANTIDA.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190578511 **Cidade:** Nossa Senhora da Glória **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: UARLEI MELO ROCHA **Data do acidente:** 03/08/2019 **Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 04/11/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DA TÍBIA DIREITA. PG5,8

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR EXTERNO) E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida: Sim

**Quantificação das
sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR DIREITA.

**Documentos
complementares:**

Observações: REANÁLISE CONCLUÍDA E NÃO VISUALIZADO DOCUMENTAÇÃO MÉDICA-HOSPITALAR NOVA QUE EVIDENCIE AGRAVAMENTO DE SEQUELA JÁ INDENIZADA ANTERIORMENTE SEGUNDO LEI VIGENTE. CONDUTA MANTIDA.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190578511 **Cidade:** Nossa Senhora da Glória **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: UARLEI MELO ROCHA **Data do acidente:** 03/08/2019 **Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 02/12/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DA TÍBIA DIREITA. PG5,8

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR EXTERNO) E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida: Sim

**Quantificação das
sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR DIREITA.

**Documentos
complementares:**

Observações: REANÁLISE CONCLUÍDA E NÃO VISUALIZADO DOCUMENTAÇÃO MÉDICA-HOSPITALAR NOVA QUE EVIDENCIE AGRAVAMENTO DE SEQUELA JÁ INDENIZADA ANTERIORMENTE SEGUNDO LEI VIGENTE. CONDUTA MANTIDA.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190578511 **Cidade:** Nossa Senhora da Glória **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: UARLEI MELO ROCHA **Data do acidente:** 03/08/2019 **Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 19/11/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DA TÍBIA DIREITA. PG5,8

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR EXTERNO) E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida: Sim

**Quantificação das
sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR DIREITA.

**Documentos
complementares:**

Observações: REANÁLISE CONCLUÍDA E NÃO VISUALIZADO DOCUMENTAÇÃO MÉDICA-HOSPITALAR NOVA QUE EVIDENCIE AGRAVAMENTO DE SEQUELA JÁ INDENIZADA ANTERIORMENTE SEGUNDO LEI VIGENTE. CONDUTA MANTIDA.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190578511 **Cidade:** Nossa Senhora da Glória **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: UARLEI MELO ROCHA **Data do acidente:** 03/08/2019 **Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 16/10/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DA TÍBIA DIREITA. PG5,8

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR EXTERNO) E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR DIREITA.

**Documentos
complementares:**

Observações:

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190578511 **Cidade:** Nossa Senhora da Glória **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: UARLEI MELO ROCHA **Data do acidente:** 03/08/2019 **Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 04/11/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DA TÍBIA DIREITA. PG5,8

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR EXTERNO) E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida: Sim

**Quantificação das
sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR DIREITA.

**Documentos
complementares:**

Observações: REANÁLISE CONCLUÍDA E NÃO VISUALIZADO DOCUMENTAÇÃO MÉDICA-HOSPITALAR NOVA QUE EVIDENCIE AGRAVAMENTO DE SEQUELA JÁ INDENIZADA ANTERIORMENTE SEGUNDO LEI VIGENTE. CONDUTA MANTIDA.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190578511 **Cidade:** Nossa Senhora da Glória **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: UARLEI MELO ROCHA **Data do acidente:** 03/08/2019 **Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 03/01/2020

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DA TÍBIA DIREITA. PG5,8

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR EXTERNO) E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida: Sim

**Quantificação das
sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR DIREITA.

**Documentos
complementares:**

Observações: REANÁLISE CONCLUÍDA E NÃO VISUALIZADO DOCUMENTAÇÃO MÉDICA-HOSPITALAR NOVA QUE EVIDENCIE AGRAVAMENTO DE SEQUELA JÁ INDENIZADA ANTERIORMENTE SEGUNDO LEI VIGENTE. CONDUTA MANTIDA.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190578511 **Cidade:** Nossa Senhora da Glória **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: UARLEI MELO ROCHA **Data do acidente:** 03/08/2019 **Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 16/10/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DA TÍBIA DIREITA. PG5,8

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR EXTERNO) E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR DIREITA.

**Documentos
complementares:**

Observações:

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190578511 **Cidade:** Nossa Senhora da Glória **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: UARLEI MELO ROCHA **Data do acidente:** 03/08/2019 **Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 19/11/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DA TÍBIA DIREITA. PG5,8

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR EXTERNO) E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida: Sim

**Quantificação das
sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR DIREITA.

**Documentos
complementares:**

Observações: REANÁLISE CONCLUÍDA E NÃO VISUALIZADO DOCUMENTAÇÃO MÉDICA-HOSPITALAR NOVA QUE EVIDENCIE AGRAVAMENTO DE SEQUELA JÁ INDENIZADA ANTERIORMENTE SEGUNDO LEI VIGENTE. CONDUTA MANTIDA.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3190578511 **Cidade:** Nossa Senhora da Glória **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: UARLEI MELO ROCHA **Data do acidente:** 03/08/2019 **Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 21/01/2020

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DA TÍBIA DIREITA. PG5,8

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR EXTERNO) E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Documento/Motivo:

**Nome do documento
faltante:**

**Apontamento do Laudo
do IML:**

Conduta mantida: Sim

**Quantificação das
sequelas:** APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

**Documentos
complementares:**

Observações: REANÁLISE CONCLUÍDA E NÃO VISUALIZADO DOCUMENTAÇÃO MÉDICA-HOSPITALAR NOVA QUE EVIDENCIE AGRAVAMENTO DE SEQUELA JÁ INDENIZADA ANTERIORMENTE SEGUNDO LEI VIGENTE. CONDUTA MANTIDA.

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

**PROCURAÇÃO PARTICULAR PARA FINS ESPECÍFICOS DE
PEDIDO DO SEGURO DPVAT**

Por este instrumento particular, eu (nome completo) Warlei Melo Rocha,
(nacionalidade) Brasileiro, (profissão) Camada, portador da cédula
de identidade RG nº 37945858, emitido pela SSP / (UF) SE,
inscrito sob o CPF nº 098.441.844-01, residente na (endereço
completo) Povoado Santo Antonio - S/A, na cidade de
Monte Alegre, (UF) SE, CEP 49690-000, nomeio e
constituo meu procurador, (nome do representante) Jose Marcos de O. Rosa
(nacionalidade) Brasileiro, (profissão) Consultor, portador da cédula
de identidade RG nº 21233829, emitido pela SSP / (UF) SE,
inscrito sob o CPF nº 000.003.675-00, residente na (endereço
completo) Rua Dos Silos nº 217, na cidade de
Nossa Sr.ª da Glória, (UF) SE, CEP 49680-000, a quem confiro
amplios e gerais poderes para, tratar, requerer, assinar papéis e
documentos que se faça necessário para fins de **SOLICITAÇÃO DO**
SEGURO DPVAT da vítima (nome da vítima) Warlei Melo Rocha,
junto à **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**.

(local e data) Gr. São da Glória 26.08.19



(assinatura) Warlei Melo Rocha

(RG) 37945858

RECONHECIMENTO:
Reconheço por autenticidade a firma indicada de **WARLEI MELO ROCHA** que
confere c/ o padrão reg. nesta serventia. Dou fé.
Nossa Senhora da Glória/SE, 01 de outubro de 2019

EDERALDO ALVES DA SILVA (Escrivante)
01/10/2019 16:25:36 Valor Total R\$ 9,84
Selo TJSE 201929574020374, Acesso:
<https://www.tjse.jus.br/xiZBY9BT>



AA042504

OBS: (a assinatura deve ser reconhecida por AUTENTICIDADE)

RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0353478/19

Número do Sinistro: 3190578511

Vítima: UARLEI MELO ROCHA

CPF: 098.441.844-01

Seguradora: CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

Data do acidente: 03/08/2019

CPF de: Próprio

Titular do CPF: UARLEI MELO ROCHA

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Documentação médico-hospitalar

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 30/10/2019
Nome: JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA
CPF: 020.003.675-00

JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 30/10/2019
Nome: JOSE MARINO GOYA ARAUJO
CPF: 221.365.090-04

JOSE MARINO GOYA ARAUJO

RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0353478/19

Número do Sinistro: 3190578511

Vítima: UARLEI MELO ROCHA

CPF: 098.441.844-01

Seguradora: CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

Data do acidente: 03/08/2019

CPF de: Próprio

Titular do CPF: UARLEI MELO ROCHA

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Documentação médico-hospitalar

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 18/11/2019
Nome: JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA
CPF: 020.003.675-00

JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 18/11/2019
Nome: JOSE MARINO GOYA ARAUJO
CPF: 221.365.090-04

JOSE MARINO GOYA ARAUJO

RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0353478/19

Número do Sinistro: 3190578511

Vítima: UARLEI MELO ROCHA

CPF: 098.441.844-01

CPF de: Próprio

Data do acidente: 03/08/2019

Titular do CPF: UARLEI MELO ROCHA

Seguradora: CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Documentação médico-hospitalar

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 27/11/2019
Nome: JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA
CPF: 020.003.675-00

JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 27/11/2019
Nome: JOSE MARINO GOYA ARAUJO
CPF: 221.365.090-04

JOSE MARINO GOYA ARAUJO

RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0353478/19

Número do Sinistro: 3190578511

Vítima: UARLEI MELO ROCHA

CPF: 098.441.844-01

Seguradora: CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

Data do acidente: 03/08/2019

CPF de: Próprio

Titular do CPF: UARLEI MELO ROCHA

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Documentação médico-hospitalar

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 27/12/2019
Nome: JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA
CPF: 020.003.675-00

JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 27/12/2019
Nome: JOSE MARINO GOYA ARAUJO
CPF: 221.365.090-04

JOSE MARINO GOYA ARAUJO

RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0353478/19

Número do Sinistro: 3190578511

Vítima: UARLEI MELO ROCHA

CPF: 098.441.844-01

Seguradora: CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

Data do acidente: 03/08/2019

CPF de: Próprio

Titular do CPF: UARLEI MELO ROCHA

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Documentação médico-hospitalar

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 17/01/2020
Nome: JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA
CPF: 020.003.675-00

JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 17/01/2020
Nome: JOSE MARINO GOYA ARAUJO
CPF: 221.365.090-04

JOSE MARINO GOYA ARAUJO

RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0353478/19

Vítima: UARLEI MELO ROCHA

CPF: 098.441.844-01

Seguradora: CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

Data do acidente: 03/08/2019

CPF de: Próprio

Titular do CPF: UARLEI MELO ROCHA

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Boletim de ocorrência
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação

JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA : 020.003.675-00

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

UARLEI MELO ROCHA : 098.441.844-01

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 10/10/2019
Nome: JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA
CPF: 020.003.675-00

JOSE MARCOS DE OLIVEIRA ROSA

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 10/10/2019
Nome: JOSE MARINO GOYA ARAUJO
CPF: 221.365.090-04

JOSE MARINO GOYA ARAUJO

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o número 186.088.769-49, portador da cédula de identidade RG 2.237.060, expedido pela SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 071.709 e no CPF sob o nº 990.536.407-20, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/BA 43.925, OAB/SE 918-A, OAB/MA 13.569-A e OAB/PB 21.887-A; **CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/BA 41.911 e OAB/MA 13.951-A; **CARLA DA PRATO CAMPOS**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP 156.844 e OAB/BA 47.510, **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA VALENÇA ADVOGADOS**, inscrita na OAB/BA sob nº 1808/2009, com escritório situado na Rua Frederico Simões, 125, 11º andar, sala 1101, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP: 41.820-774, TEL: 55 (71) 3444-5454, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou

Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2017.

SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
JOSÉ ISMAR ALVES TORRES - DIRETOR PRESIDENTE

SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
HÉLIO BITTON RODRIGUES - DIRETOR JURÍDICO

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabellão: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800

088674
AD 379901

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: **HELIO BITTON RODRIGUES e**
JOSE ISMAR ALVES TORRES (X0000049C5DE)
Rio de Janeiro, 18 de abril de 2017. Conf. por:
Em testamento da verdade. Serventia: **TJ4FUNDOS**
Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut. Total
ECAN-97822 FUM, ECAN-97823 DLZ
Consulte em: <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

Cartório 17º Ofício de Notas RJ
Bruno Rodrigo Belem Gaspar
Escravento

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabellão: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800

088674
AD 379533

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
original que foi apresentado. Cod: X0000049C592. Conf. por:
Rio de Janeiro, 18 de abril de 2017. Serventia: **TJ4FUNDOS**
Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut. Total
ECAN-90568 GUN Consulte em: <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

Cartório 17º Ofício de Notas RJ
Bruno Rodrigo Belem Gaspar
Escravento



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00-2017/032938-0
JUCERJA

26 jan 2017 15:53
Guia: 102213091

3330028479-6

Atos: 307

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/

NIRE (de sede ou de filial, quando a sede for em outra UF)

CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA

Nº DE MATRIZ AUXILIAR DO

Cumprir a exigência no mesmo local da entrada.

Junta - Calculado: 554,00

Pago: 554,00

DNRC - Calculado: 21,00

Pago: 21,00

ULT. ARO: -

33.30028479-6

005-4
(vide Tabela 1)

1. REQUERIMENTO

ILMO SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nire - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Protocolo: 00-2017/032938-0

26/01/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/02/2017, E O REGISTRO SOB O NÚMERO

E DATA ABAIXO.

00003002910

DATA: 01/02/2017

Bernardo F. S. Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

ENTO

Se do Conselho de Administração

3

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

Rio de Janeiro

Local

06/1/17

Data

Nome:

Claudio Sadeira
Diretor de Operações

Telefone de contato:

Marcus de Felipe

Diretor de Infraestrutura

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.
A decisão.

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Rubens Branco da Silva
Vogel - JUCERJA

Id. Funcional 403231-5
Presidente da Junta

Marzo Antonio de O. Simão
Vogel
ID 5071780-4

Vogel

Antônio Augusto Fernandes
Vogel - JUCERJA
Id. Funcional 5075701-3

Vogel

OBSERVAÇÕES:

Folha 11

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Nire: 33300284796

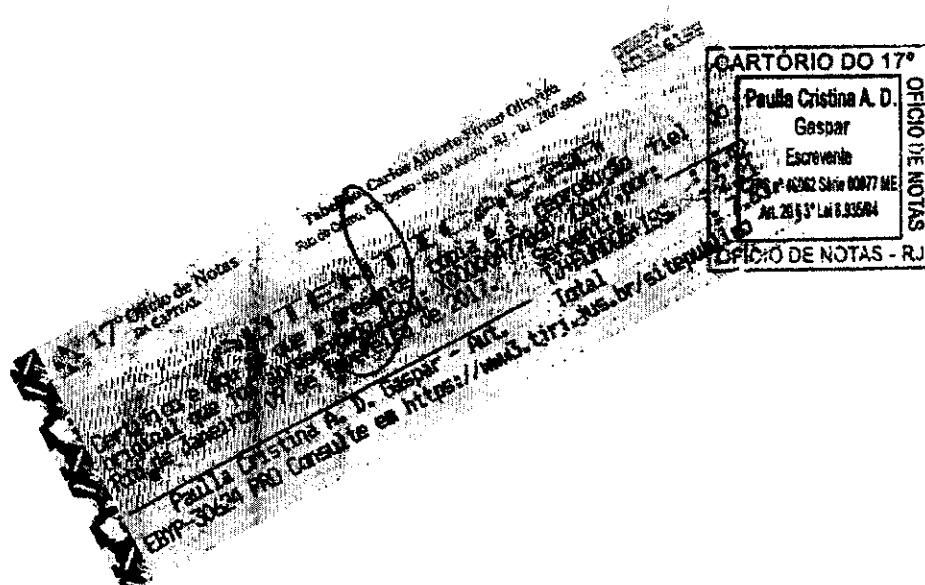
Protocolo: 0020170329380 - 26/01/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 7955FAD142DF1217020A208A7A321F5771CC1299552AE61A7C0EE92F56EC119C

Arquivamento: 00003002910 - 01/02/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



4

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04

5812581

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2016**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro de 2016, às 9 horas, no Hotel Copacabana Palace, Av. Atlântica, 1702 – Sala Vermelha – 1º andar, Copacabana, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.021-001.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 08 de dezembro de 2016.

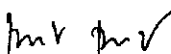
3. PRESENÇA: Presentes os Conselheiros Titulares Jabis de Mendonça Alexandre, Ivan Luiz Gontijo Junior, Roberto Barroso, Rosana Techima Salsano, João Gilberto Possiede, Marcelo Goldman, Jorge de Souza Andrade, Gláucia A. D. de Faria Smithson, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Adriano Fernandes, Mucio N. de Albuquerque Cavalcanti, Francisco Alves de Souza e Nicolás Jesús di Salvo. Presente, ainda, o Conselheiro Suplente Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da ausência do respectivo Conselheiro titular, atendeu à reunião com direito a voto nas matérias da Ordem do Dia. Ademais, presentes, ainda, o Conselheiro Suplente Paulo Augusto Freitas de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, João Carlos Cardoso Botelho e Jorge Carvalho, que, por força da presença do respectivo conselheiro titular, atendeu à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia.

4. ORDEM DO DIA: (i) apresentação do processo de Consulta Prévia do Diretor Presidente e do Diretor sem designação específica; (ii) eleição dos novos Diretores; e (iii) assuntos gerais de interesse da Companhia.

5. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos, no item (i) da Ordem do Dia, o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Jabis Alexandre, cientificou os Conselheiros acerca do deferimento, pela Superintendência de Seguros Privados, dos processos de Consulta Prévia, que teve a finalidade de aprovar a nomeação dos Srs. José Ismar Alves Tóres e Hélio Bliton Rodrigues para ocuparem, respectivamente, os cargos de Diretor Presidente e de Diretor sem designação específica. Em decorrência da aprovação supracitada, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 15 de dezembro de 2016, às 9 horas

Página 1 de 3


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020170329380 - 26/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 7955FAD142DF1217020A208A7A321F5771CC1299552AE61A7C0EE92F56EC119C
Arquivamento: 00003002910 - 01/02/2017

5612582


unanimidade dos presentes: (a) eleger para um mandato de 01 (um) ano o Sr. **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2237060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Avenida Rainha Elisabeth da Bélgica, nº 758, apto 701, Ipanema, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) eleger para um mandato de 01 (um) ano o Sr. **HÉLIO BITTÓN RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 0739050-3, expedido pelo IFRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crime previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-lo de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Em decorrência do (i) da Ordem do Dia, no item (ii), assuntos gerais de interesse da Companhia, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade dos presentes, retificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) **Marcus Vinícius Cataldo de Felipe**: (a.1) diretor responsável administrativo-financeiro; e (a.2) diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) **Helio Bittón Rodrigues**: (b.1) diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12); (b.2) diretor responsável pelos controles internos; e (b.3) diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção, contra fraudes; (c) **Cláudio Mendes Ladeira**: (c.1) diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15); e (c.2) diretor responsável pelas relações com a SUSEP. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem às referidas atividades na Companhia.

6. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

7. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Jabis de Mendonça Alexandre – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior – Conselheiro (ass.), Roberto Barroso – Conselheiro (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), João Gilberto Possiede – Conselheiro (ass.), Marcelo Goldman – Conselheiro (ass.), Jorge de Souza Andrade – Conselheiro (ass.), Glaucia A. D. de Faria Smithson – Conselheiro (ass.), Bernardo Dieckmann – Conselheiro (ass.), Celso Damadi – Conselheiro (ass.), Adriano Fernandes – Conselheiro (ass.), Mucio N. de Albuquerque

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 15 de dezembro de 2016, às 9 horas

Página 2 de 3


Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020170329380 - 26/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 7955FAD142DF1217020A208A7A321F5771CC1299552AE61A7C0EE92F56EC119C
Arquivamento: 00003002910 - 01/02/2017

6

Cavalcanti – Conselheiro (ass.), Francisco Alves de Souza – Conselheiro (ass.), Nicolás Jesús di Salvo – Conselheiro (ass.) e Paulo de Oliveira Medeiros – Conselheiro (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2016

Jabís de Mendonça Alexandre
Presidente

Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 15 de dezembro de 2016, às 9 horas

Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020170329380 - 26/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 7955FAD142DF1217020A208A7A321F5771CC1299552AE61A7C0EE92F56EC119C
Arquivamento: 00003002910 - 01/02/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

17º Ofício de Notas
do Estado

Tabuleiro: Carlos Alberto Pires Oliveira
Rua do Carmo, 64 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9453

RECEBIMOS

Paula Cristina A. D. Gaspar - A/C.

EMP-30626 RJ. Consulte em <http://www3.trib.jus.br/sistema>

17º Ofício de Notas - RJ

Paula Cristina A. D. Gaspar
CPF nº 000.000.000-00
R. 123 N. 456 - 21.000-000



DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 24 DE JANEIRO DE 2017

Inscrição no Registro de Ajudante de Despesas Adiantados.

5612584

A DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGORS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 810, § 1º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, declara:

Art. 1º Inclui(s) no Registro de Ajudante de Despesas Adiantados a(s) seguinte(s) pessoa(s):

NOME	CPF	PROCESSO
MARISTELA APARECIDA DHALSKI	009.281.020-92	11063.73001/2016-87

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo terá validade a partir de sua publicação no DOU.

LILIAN LUIZA TRAPP

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 6.781, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

Constitui Comissão Especial de Desenvolvimento de Produtos de Danos para o mercado de seguros.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 73, do Regulamento Interno de que trata a Resolução CNSP nº 138, de 09 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Constitui Comissão Especial de Desenvolvimento de Produtos de Danos para o mercado de seguros.

Art. 2º A Comissão Especial será composta por representantes de cada um dos seguintes órgãos/federações:

I - Superintendência de Seguros Privados - Susep; Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Monitoramento de Condutas - COCOM, Coordenador(s) da Coordenação de Seguros de Responsabilidades, Avarias, Riscos Financeiros, Marítimos, Aeronáuticos, de Perigos e Nucleares e de Títulos de Capitalização - COSET; Coordenador(s) da Coordenação de Seguros Patrimoniais, Habitacionais, de Avarias e de Transportes - COPAT; Coordenador(s) da Coordenação-Geral de Fiscalização de Condutas - COCOF; Coordenador(s) da Coordenação de Fiscalização de Condutas 1 - COCOF1; Coordenador(s) da Coordenação de Fiscalização de Condutas 2 - COCOF2; e, Coordenador(s) da Coordenação de Análise e Práticas de Mercado - COAPM.

II - Federação Nacional dos Seguros Gerais - Fensseg.

III - Federação Nacional das Corretoras de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros - Fenacor.

IV - Federação Nacional das Empresas de Resseguro - Fenabres.

Art. 3º A coordenação dos trabalhos ficará a cargo dos representantes da Susep, que se reportarão à Diretoria de Supervisão de Condutas - DICON e ao Superintendente.

Art. 4º A Comissão Especial poderá criar subcomissões técnicas para tratar de assuntos específicos, quando julgar conveniente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

PORTARIA Nº 6.784, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

Constitui Comissão Especial de Desenvolvimento de Produtos de Capitalização.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 73, do Regulamento Interno de que trata a Resolução CNSP nº 138, de 09 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Constitui Comissão Especial de Desenvolvimento de Produtos de Capitalização.

Art. 2º A Comissão Especial será composta por representantes de cada um dos seguintes órgãos/federações:

I - Superintendência de Seguros Privados - Susep; Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Monitoramento de Condutas - COCOM, Coordenador(s) da Coordenação de Seguros de Responsabilidades, Riscos, Avarias, Riscos Financeiros, Marítimos, Aeronáuticos, de Perigos e Nucleares e de Títulos de Capitalização - COSET; Coordenador(s) da Coordenação de Seguros Patrimoniais, Habitacionais, de Avarias e de Transportes - COPAT; Coordenador(s) da Coordenação de Fiscalização de Condutas - COCOF; Coordenador(s) da Coordenação de Fiscalização de Condutas 1 - COCOF1; e, Coordenador(s) da Coordenação de Análise e Práticas de Mercado - COAPM.

II - Federação Nacional de Capitalização - Fencap.

III - Federação Nacional das Corretoras de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros - Fenacor.

IV - Federação Nacional das Empresas de Resseguro - Fenabres.

Art. 3º A coordenação dos trabalhos ficará a cargo dos representantes da Susep, que se reportarão à Diretoria de Supervisão de Condutas - DICON e ao Superintendente.

Art. 4º A Comissão Especial poderá criar subcomissões técnicas para tratar de assuntos específicos, quando julgar conveniente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0001201701260029

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 181, DE 23 DE JANEIRO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no inciso a do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta dos processos Susep 15414.61157/2016-22 e 15414.60084/2017-14, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelas assembleias de:

I - Distribuição de capital social em R\$ 143.624.500,00, elevado para R\$ 1.643.624.593,09, dividido em 304.099.422 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Alteração dos artigos 5º e 7º e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 281, DE 23 DE JANEIRO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no inciso a do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta dos processos Susep 15414.60111/2016-61, 15414.61121/2016-39, 15414.61344/2016-57 e 15414.61264/2016-84, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nas reuniões do conselho de administração realizadas em 29 de novembro de 2016, 23 de novembro de 2016 e 15 de dezembro de 2016.

Art. 2º Termar em vigor a PORTARIA CGRAL nº 21, de 14 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 283, DE 23 DE JANEIRO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no inciso a do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta dos processos Susep 15414.61343/2016-50, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de BRASILEIRAS CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 11.138.843/0001-05, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado por suas assembleias em 29 de novembro de 2016 e 29 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 284, DE 24 DE JANEIRO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no inciso a do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e considerando o disposto no artigo 23 da Resolução CNSP nº 233, de 1º de abril de 2011, alterada pela Resolução CNSP nº 251, de 9 de abril de 2012, conforme disposto no artigo 16 da Circular Susep nº 435, de 12 de maio de 2012, e o que consta dos processos SUSEP nº 15414.00534/2015-71 e 15414.00216/2016-86, resolve:

Art. 1º Homologar as seguintes deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2015, Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 22 de abril de 2016, Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9/6/2016 e ocorrida em 2 de dezembro de 2016:

I - Alteração do Estatuto Social;

II - Novo Quadro da Diretoria;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 285, DE 24 DE JANEIRO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no inciso a do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta dos processos Susep 15414.61103/2016-92, resolve:

Art. 1º Aprovar a destituição de administradores de MONGE-RAL ANON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., conforme deliberado no conselho de administração realizada em 24 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Nire: 33300284796

Protocolo: 0020170329380 - 26/01/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 01/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 7955FAD142DF127020A208A7A321F5771CC1299552AE61A7COEE92F56EC119C

Arquivamento: 00003002910 - 01/02/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

2/1

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016



4996397

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996503

ARTIGO 8º – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo – A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de $\frac{2}{3}$ (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4995500

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

17/4

convocada.



4856510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/14



4996511

- g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
- h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;
- k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;
- l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;
- m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;
- n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;
- o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;
- p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;
- q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;
- r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;
- s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;
- t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.
- u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e
- v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 5 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 6 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

16/7

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.



4998513

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

12/2



4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 8 de 10

Bernardo F. S. Benwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4986515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284798
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

de março de 1967.

13/4



4986516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284798
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva, os poderes gerais para o foro que me foram conferidos, à Bela. **Verônica Gonçalves Magalhães Castro**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SE sob o nº 4.168; ao Bel. **Alisson Almeida dos Santos**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SE sob o nº 6165; à Bela. **Fernanda Sodré Grisi de Almeida**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SE nº 406-B; à Bela. **Juliana de Aragão Leite dos Santos**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SE nº 7.197, estabelecidos na Rua José Ramos da Silva, nº 228, Galeria Praia Formosa, Salas 13 e 14, Bairro 13 de Julho, Aracaju-SE, CEP 49020-200, aos quais confiro poderes para, em conjunto ou isoladamente, independente da ordem de nomea o, representar e defender a Outorgante.

Salvador/BA, 02 de setembro de 2019.



Rodrigo Ayres Martins de Oliveira
OAB/MA 13.569-A
OAB/BA 43.925
OAB/SE 918-A



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086100132

DATA:

23/06/2020

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intime-se o autor para réplica em 15 (quinze) dias

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086100132

DATA:

01/07/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

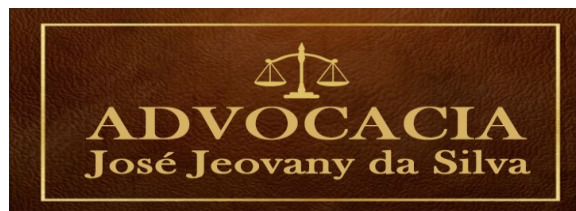
Juntada de Réplica à Contestação realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JOSÉ JEOVANY DA SILVA - 12367}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
COMARCA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DISTRITO JUDICIÁRIO DE
MONTE ALEGRE DE SERGIPE – SERGIPE**

Processo nº 202086100132

UARLEI MELO ROCHA, já qualificado nos autos de processo em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência, através do seu advogado, atendendo ao despacho retro, apresentar **IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO** pelas razões de fato e de direito que agora expõe:

SOBRE AS PRELIMINARES

Excelência, a Requerida alega em sua defesa as preliminares de carência de ação, por falta de interesse de agir, e inépcia da inicial, por ausência de laudo do IML, embora o faça com refinada técnica, as preliminares são incabíveis na espécie, pelas razões abaixo elencadas.

A alegação de que o Requerente não tem interesse de agir na presente demanda é, evidentemente, absurda, e em desacordo com os ditames jurídicos que norteiam o processo civil, pois o que o Requerente pleiteia na inicial é, simplesmente, a complementação do valor que foi pago administrativamente pela Requerida, por não ser este proporcional à lesão sofrida pelo Requerente.

Vale salientar ainda, no que concerne à inépcia da inicial por ausência de laudo do IML, esta preliminar também não deve ser acolhida por Vossa Excelência, tendo em vista que não havendo IML na localidade onde reside o Requerente, relatórios médicos podem suprir essa necessidade satisfatoriamente. Sendo que, inclusive, para fazer o requerimento administrativo do valor do seguro, os relatórios médicos foram suficientes, não havendo indeferimento do pagamento pela parte Requerida.



SOBRE O MÉRITO

A Requerida alega que não há razão para ser feita a complementação pleiteada, traz parâmetros legais para graduar e quantificar a invalidez, os quais por sua vez são muito objetivos e abstratos, não se atentando para a necessidade de uma adequação a casos concretos singulares ou individuais, haja vista uma lesão sofrida por um indivíduo não tem como ser exatamente igual a uma lesão sofrida por outro indivíduo, inclusive em circunstâncias diferenciadas.

Portanto, como já foi destacado, o Requerente vem, perante Vossa Excelência, apenas questionar o valor que foi pago a título de indenização pela Requerida, em virtude do mesmo não ter sido proporcional à lesão sofrida pelo Requerente, por ocasião do sinistro, pedindo somente a sua complementação, a fim de garantir a sua dignidade, como medida da mais lídima justiça.

Ainda no mérito, concorda a Requerida que **a prova pericial é medida necessária e indispensável para instruir o feito**, visto que a Lei previu a necessidade de “*quantificar as lesões*” conforme redação do art. 5º, §5º, da Lei 6.194/74, com redação dada pela Lei 11.945/09, bem como enumera em sua peça de defesa os quesitos a serem respondidos pelo perito, os quais a parte autora concorda.

PEDIDOS FINAIS

Diante do exposto, requer que Vossa Excelência rejeite as preliminares levantadas pela Requerida, para que no mérito seja a presente ação julgada procedente, para assim condenar-se a Requerida nos exatos termos da inicial.

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 01 de Julho de 2020.

José Jeovany da Silva
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A





Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086100132

DATA:

06/07/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086100132

DATA:

09/07/2020

MOVIMENTO:

Decisão

DESCRIÇÃO:

Sendo assim, determino a realização de perícia e nomeio o perito especialista em Ortopedia, credenciado(a) pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, o senhor Andrey Sorrilha, a fim de que examine a parte autora e responda aos seguintes quesitos deste juízo:

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Monte Alegre**

Nº Processo 202086100132 - Número Único: 0000133-88.2020.8.25.0060

Autor: UARLEI MELO ROCHA

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Decisão >> Deferimento >> Prova Pericial

RH.

Entendo que o deslinde da matéria discutida nos autos reclama a produção de prova pericial.

Sendo assim, **determino a realização de perícia e nomeio como perito o especialista em Ortopedia**, credenciado(a) pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, **Andrey Sorrilha**, a fim de que examine a parte autora e responda aos seguintes quesitos deste juízo:

- 1 - O(A) periciado(a), em razão do acidente automobilístico, sofreu lesão(ões) corporal(is) que lhe causou(aram) **invalidez permanente**?
- 2 – Em sendo permanente a invalidez, pode ser ela classificada como **total ou parcial**?
- 3 – Em sendo parcial, a invalidez permanente foi **completa ou incompleta**?
- 4 – Tratando-se de invalidez permanente **parcial completa**, com dano(s) corporal(is) segmentar(es)/parcial(is) e repercussão em partes de membros superiores e inferiores ou órgãos e estruturas corporais do(a) periciando(s), a perda anatômica ou funcional pode ser enquadrada em qual dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa da Lei nº 6.194/74, incluída pela Lei nº 11.495/09?
- 5 – Tratando-se de invalidez permanente **parcial incompleta**, com dano(s) corporal(is) segmentar(es)/parcial(is) e repercussão em partes de membros superiores e inferiores ou órgãos e estruturas corporais do(a) periciando(s), a perda anatômica ou funcional pode ser enquadrada em qual dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa da Lei nº 6.194/74, incluída pela Lei nº 11.495/09?
- 6 – Em se tratando de invalidez permanente **parcial incompleta**, o(a) periciando(s) sofreu perda(s) de intensa, média ou leve repercussão, ou houve apenas sequelas residuais?

Além desses quesitos, **determino que sejam respondidos os trazidos aos autos pelas partes**. Ressalto que a ambas já apresentaram os quesitos (fls. 11 e 76).

Providencie a Secretaria o agendamento da prova técnica, intimando as partes em seguida, as quais poderão, nos termos do art. 465, § 1º, II e III do NCPC, indicar assistente técnico e apresentar quesitos.

Arbitro os honorários periciais no importe de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), os quais deverão ser pagos pela requerida, nos moldes do convênio 18/2018 firmado entre o TJSE e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A.

Fixo o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da realização da perícia, para juntada aos autos do respectivo laudo pericial.

Com o aporte nos autos do laudo pericial, **intimem-se** as partes para que sobre ele se manifestem em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 477, § 1º, do NCPC.

Intimações necessárias.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ MARCELO BARRETO PIMENTA, Juiz(a) de Monte Alegre, em 09/07/2020, às 22:48:45**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001241243-38**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086100132

DATA:

28/07/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Depósito Judicial nº 200720012338717 do BANESE referente a Honorários periciais, ocorrido em 27/07/2020, realizado por SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA.

{Movimento automático gerado pelo Sistema de Gestão de Depósito Judicial}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Informações do depósito da conta judicial: 12288050952 - Parcela: 1

Banco - BANESE

CPF/CNPJ do depositante	09.248.608/0001-04
Nome do depositante	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ID da guia	1338166
Origem	Interligação
Data do depósito	27/07/2020
Forma de recolhimento	DINHEIRO
Valor do depósito	250,00



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

MONTE ALEGRE DA COMARCA DE MONTE ALEGRE
Praça Deputado Passos Porto, Bairro Centro, Monte Alegre/SE, CEP 49690000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202086100132

DATA:

29/07/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA - 918}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MONTE ALEGRE- SE**

PROCESSO Nº: 202086100132

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, em que litiga com **UARLEI MELO ROCHA**, vem, através dos seus advogados subscritores desta, com endereço profissional em Salvador/BA constante do timbre, onde deverão receber todas as comunicações processuais, **requerer a juntada do comprovante de depósito judicial, em anexo, no valor de R\$ 250,00**, para fins de pagamento de honorários periciais, conforme documento em anexo.

Por oportuno, consoante despacho proferido por este douto juízo, vem a Ré apresentar seus quesitos técnicos para perícia médica:

- a) A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente?
- b) Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou é oriundo de circunstância anterior?
- c) A citada invalidez atinge que órgão, membro, função ou sentido? Descreva a lesão constatada.
- d) Restando constatada a invalidez permanente, esta se caracteriza como TOTAL ou PARCIAL?
- e) Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado ou redução funcional no órgão, membro, função ou sentido lesionado?
- f) Considerando-se o grau de invalidez permanente parcial identificado, está correta a quantia paga administrativamente, a título indenizatório, pela Seguradora ré à parte autora?
- g) Sendo negativa a resposta ao item "f", qual seria o correto valor da indenização do seguro DPVAT?

Importa solicitar que todas as comunicações processuais pertinentes, sejam vinculadas no nome do **Bel. RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA, OAB/SE 918-A**, sob pena de nulidade processual insanável.

Termos em que,
pede-se deferimento.
Monte Alegre - SE, 28 de julho de 2020.



RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA
OAB/BA 43.925
OAB/MA 13.569-A
OAB/SE 918-A

			N° DA CONTA JUDICIAL	
			0	
N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
		24/07/2020	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO		
24/07/2020	2727836	202086100132		
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
SE	Vara Cível	RÉU	250,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
UARLEI MELO ROCHA		FISÍCA	09844184401	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
95E53750ACA7DD4B				
CÓDIGO DE BARRAS				
04791.59097 00001.601335 81669.047367 1 83420000025000				

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

A guia de depósito poderá ser paga em toda rede bancária utilizando-se o boleto bancário abaixo

Processo nº.....: 202086100132

CEDENTE: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE

Nome do cliente SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA	Data de Vencimento 09/08/2020	Valor Cobrado R\$ 250,00
Agência / Código do Cedente 015/909000016	Nosso Número 01338166-9	Autenticação Mecânica

 **Banese** **047-7** **04791.59097 00001.601335 81669.047367 1 83420000025000**

Local de Pagamento PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESE					Vencimento 09/08/2020
Beneficiário BANCO DO ESTADO DE SERGIPE					Agência/Cod Beneficiário 015/909000016
Data do Documento 20/07/2020	Nº do Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data do Processamento 20/07/2020	Nosso Número 01338166-9
Uso Banco	Carteira CS	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento R\$ 250,00
Instruções - Documento referente a DEPOSITO JUDICIAL; - Não cobrar Multas juros ou qualquer tipo de encargo; - Não receber após o vencimento.					(-) Desconto/abatimento
					(-) Outras deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
Pagador: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA Cpf/Cnpj: 09.248.608/0001-04					
SACADOR/AVALISTA					

Autenticação mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO

